

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ISADORA GRASER MARASQUIN

“HOJE JÁ É POSSÍVEL PENSAR EM MIM SEM ESQUECER DE VOCÊ OU DE TODAS NÓS”: O DISCURSO  
FEMINISTA DE RESISTÊNCIA PRESENTE NOS JORNAIS BRASIL MULHER (1975-1980) E NÓS  
MULHERES (1976-1978)

CURITIBA

2023

ISADORA GRASER MARASQUIN

“HOJE JÁ É POSSÍVEL PENSAR EM MIM SEM ESQUECER DE VOCÊ OU DE TODAS NÓS”: O DISCURSO  
FEMINISTA DE RESISTÊNCIA PRESENTE NOS JORNAIS BRASIL MULHER (1975-1980) E NÓS  
MULHERES (1976-1978)

Dissertação apresentada como requisito à obtenção do título de Mestre, do curso de Mestrado em História no Programa de Pós Graduação em História – do Departamento de História, Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Priscila Piazzentini Vieira.

CURITIBA  
2023

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Marasquin, Isadora Graser

Hoje já é possível pensar em mim sem esquecer de você de todas nós: o discurso feminista de resistência presentes nos jornais Brasil Mulher (1975-1980) e Nós Mulheres (1976-1978). / Isadora Graser Marasquin . – Curitiba, 2023.

1 recurso on-line : PDF.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História.

Orientador: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Priscila Pianzentini Vieira.

1. Imprensa alternativa. 2. Ditadura civil-militar. 3. Feminismo.  
I. Vieira, Priscila Pianzentini. II. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

Bibliotecário: Dênis Junio de Almeida CRB-9/002092

## TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação HISTÓRIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **ISADORA GRASER MARASQUIN** intitulada: **HOJE JÁ É POSSÍVEL PENSAR EM MIM SEM ESQUECER DE VOCÊ OU DE TODAS NÓS: O DISCURSO FEMINISTA DE RESISTÊNCIA PRESENTE NOS JORNAIS BRASIL MULHER (1975-1980) E NÓS MULHERES (1976-1978)**, sob orientação da Profa. Dra. PRISCILA PIAZENTINI VIEIRA, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestra está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 20 de Junho de 2023.

Assinatura Eletrônica

21/06/2023 16:16:01.0

PRISCILA PIAZENTINI VIEIRA

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

21/06/2023 21:09:03.0

DANIELLE TEGA

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS)

Assinatura Eletrônica

22/06/2023 12:07:30.0

JULIA GLACIELA DA SILVA OLIVEIRA

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC)

## AGRADECIMENTOS

Ao longo dos dois anos e meio do mestrado, muitas pessoas estiveram ao meu lado e me ofereceram apoio incondicional. Primeiro, agradeço aos meus pais, Heike e Cesar, que são meu lar onde estivermos e sempre transbordaram amor, acolhimento, apoio e amizade. Ao meu irmão, Gabriel, companheiro e amigo para tudo, que alegra meus dias. Ao Luciano, meu amor, que deixa minha vida mais leve e divertida, mesmo quando não parece possível. Obrigada também por ter acompanhado toda essa pesquisa e por não ter me deixado desistir.

Agradeço também à minha orientadora, Priscila, que tornou o processo do mestrado e da pesquisa muito mais agradável. Obrigada por todo o cuidado, apoio e por ter me proporcionado tantas reflexões. Às professoras Júlia e Danielle, que acompanharam a pesquisa desde a qualificação, agradeço pela leitura atenciosa e pelas importantes contribuições ao resultado final da dissertação. Agradeço à Universidade Federal do Paraná e aos demais professores e funcionários do PPGHIS.

Aos amigos historiadores que dividem as mesmas incertezas e felicidades, obrigada por todas as conversas, desabafos e incentivos. Aos amigos de longa data, obrigada por estarem comigo mesmo em meio ao caos e por me apoiarem em tudo.

Sem cada um de vocês, a vida não teria graça. Obrigada por compartilharem cada conquista junto comigo.

## RESUMO

Os jornais alternativos *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres* foram produzidos por mulheres militantes durante a década de 1970, no Brasil, como forma de resistência à ditadura civil militar e divulgação das pautas feministas. Apesar da similaridade temporal e de conteúdo, muitas vezes apresentaram divergências ao abordar assuntos que interessavam ao momento, como o trabalho feminino, o movimento feminista, a política, o corpo, etc. Para analisar as diferenças, as semelhanças e os conflitos existentes nos exemplares dos dois jornais e os discursos veiculados neles, foi utilizada a análise de periódicos proposta por José D'Assunção Barros e os estudos de Michel Foucault sobre a Ordem do Discurso. A partir dessas metodologias, procurou-se responder quais as formas de resistência à ditadura presentes nos jornais e qual a relação feita por essas mulheres entre o feminismo e a democracia, apoiando-se nas concepções de coragem da verdade de Michel Foucault e de não violência de Judith Butler.

Palavras chave: Ditadura Civil-Militar no Brasil. Feminismo. Imprensa Alternativa.

## ABSTRACT

The alternative newspapers *Brasil Mulher* and *Nós Mulheres* were produced by militant women during the 1970s, in Brazil, as a form of resistance to the civil military dictatorship and dissemination of feminist agendas. Despite the similarity in time and content, they often diverged when addressing subjects that interested them, such as women's work, the feminist movement, politics, the feminine body, etc. To analyze the differences, similarities and conflicts existing in the copies of the two newspapers and the discourses conveyed in them, the analysis of periodicals proposed by José D'Assunção Barros and Michel Foucault's studies on the Order of Discourse were used. Based on these methodologies, an attempt was made to answer which forms of resistance to the dictatorship are present in the newspapers and what is the relation made by these women between feminism and democracy, based on Michel Foucault's conceptions of courage of truth and Judith Butler's non-violence.

Key words: Brazil's Civil-Military Dictatorship. Feminism. Alternative Press.

## SUMÁRIO

<b>SUMÁRIO .....</b>	<b>7</b>
<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
1.1. DIALOGANDO COM A BIBLIOGRAFIA .....	12
<b>2. O FEMINISMO E A IMPRENSA ALTERNATIVA.....</b>	<b>15</b>
2.1. AS PERSPECTIVAS FEMINISTAS DA DÉCADA DE 1970 .....	15
2.1.1. Reorganização do feminismo sob o autoritarismo .....	16
2.2. A IMPRENSA ALTERNATIVA .....	23
<b>3. O FEMINISMO E A RESISTÊNCIA.....</b>	<b>48</b>
3.1. OS EDITORIAIS .....	56
3.2. AS CARTAS .....	64
3.2.1. Direitos Reprodutivos e o Corpo Feminino .....	68
<b>4. O FEMINISMO E DEMOCRACIA.....</b>	<b>77</b>
4.1. DEMOCRACIA À BRASILEIRA .....	77
4.2. A DEMOCRACIA E OS JORNAIS .....	81
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>98</b>
<b>6. FONTES .....</b>	<b>102</b>
<b>7. REFERÊNCIAS .....</b>	<b>102</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A década de 1970 representou um marco importante para as mulheres por ter sido escolhida pela Organização das Nações Unidas como a Década da Mulher, em especial o ano de 1975, definido como o Ano Internacional da Mulher. Mesmo em um país que vivia a Ditadura Civil-Militar e não tinha interesse nas temáticas relacionadas às mulheres, foi possível realizar eventos que tinham como objetivo a discussão e reflexão acerca da realidade da mulher no Brasil, como o evento *O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira*, que resultou na criação do *Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira*. Segundo a historiadora Céli Regina Jardim Pinto, a “formalização é particularmente interessante porque aponta para uma virada radical na trajetória do movimento, que não só se tornava público como buscava institucionalização” (PINTO, 2003, p. 57). O ano de 1975 também foi marcado pelo *Movimento Feminino pela Anistia* que, apesar de não se identificar com o feminismo, era liderado por mulheres e era muito ativo politicamente.

As mulheres nunca deixaram de agir e de refletir acerca de sua realidade, mas durante os primeiros anos da Ditadura as questões de gênero<sup>1</sup> deixaram de ser uma prioridade, pelo menos em manifestações públicas, seja pelo medo das perseguições – as mulheres buscavam se reunir em pequenos grupos de discussão para não chamar a atenção – seja pela falta de incentivo em se discutir esses temas mesmo dentro dos partidos políticos de esquerda, que estavam preocupados em lutar pelo fim do regime militar e pela revolução. Por isso, os eventos e movimentações ocorridos em 1975 e liderados por mulheres são essenciais para a retomada de uma luta política feminina e feminista.

O contato das mulheres exiladas com o feminismo nos Estados Unidos e em países da Europa foi de extrema importância para um deslocamento teórico que foi agregado às suas lutas na volta ao Brasil. Em Paris, as brasileiras fundaram o *Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris* para discutir questões de gênero, dividir experiências e trocar conhecimento. Já as mulheres que permaneceram no Brasil iniciaram seu contato com o feminismo com os grupos de reflexão, encontros intimistas e acolhedores onde as mulheres, longe de seus companheiros, tinham a oportunidade de se identificar com outras mulheres através de suas experiências, suas dúvidas, seus medos. Essa nova visão acerca da realidade e de sua própria identidade empolgou essas

---

<sup>1</sup> Os estudos de gênero foram conceituados na década de 1980, principalmente nos Estados Unidos, entretanto, mesmo antes dessa formalização, discussões e práticas anteriores já trabalhavam essas questões, portanto a presente pesquisa escolhe nomear tais práticas e discussões como questões de gênero.

mulheres que, mesmo em um momento de muita violência e vigilância, propagaram o feminismo pelo Brasil, culminado nos eventos de 1975.

Nesse momento também surgiram os dois jornais utilizados como fonte para a presente pesquisa, o *Brasil Mulher*, com seu início em 1975 e muito influenciado pelos eventos do Ano Internacional da Mulher e pelo Movimento Feminino Pela Anistia, como é possível observar no editorial do jornal número 1:

Dezembro de 1975. Aqui termina o Ano Internacional da Mulher que, embora findo, não deve delimitar o empenho de homens e mulheres em prol da emancipação feminina e a daqueles que se encontram mutilados por qualquer forma de discriminação.

Fogos de artifício e propostas concretamente libertadoras surgiram nas conferências, simpósios, entrevistas, reuniões privadas ou públicas no Brasil e no exterior. A nossa sociedade, saturada pelas contradições que cria, promoveu este Ano com a finalidade de “dar à mulher uma oportunidade” para debater seus problemas [...].

O Brasil Mulher situa-se entre os que assumem a posição atualmente incômoda de discutir, informar, debater ideias e tenta em seu número 1 e último deste Ano Internacional da Mulher, apesar da modesta tiragem de 5.000 exemplares – contribuir para elevar o nível cultural e de informação das mulheres que nos lêem (BRASIL MULHER, 1975, n. 1, p. 2<sup>2</sup>).

E o jornal *Nós Mulheres* que, apesar de sua fundação ter ocorrido no ano seguinte, em 1976, também relata a influência que o Ano Internacional da Mulher teve na criação do jornal:

Em 1975, com o Ano Internacional da Mulher, o debate em torno da opressão da mulher começou a crescer. E foi nesse clima de nascente entusiasmo que em maio de 1976, faz um ano, preparávamos o primeiro número de NÓS MULHERES. [...] Um jornal de frente onde coubessem todos os interessados em discutir abertamente a opressão da mulher (NÓS MULHERES, 1977, n. 5, p. 2).

Com isso, os dois jornais buscavam, em um tempo de exceção, violências e perseguições, se posicionar abertamente como resistência ao regime militar e em favor da causa da mulher e da emancipação feminina. Em um momento da história do Brasil em que não era tolerada nenhuma forma de manifestação contrária ao governo, a publicação e distribuição dos jornais eram um ato de coragem. Dessa forma, a imprensa alternativa feminista se tornou uma forma de resistência e denúncia das violências cometidas pelo Estado autoritário, mas também um local em que as mulheres pudessem dividir experiências e refletir acerca de suas realidades.

Para a análise dos jornais, a primeira metodologia escolhida é a análise de periódicos. O historiador José D’Assunção Barros levanta questões que precisam ser consideradas ao utilizar um jornal como fonte histórica, como: polifonia, seções temáticas, conteúdo,

---

<sup>2</sup> Por falta de numeração nas páginas dos jornais *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*, serão utilizadas como referência as páginas do PDF dos arquivos de cada edição.

periodicidade, materialidade, publicização, recepção, meios de impressão, lugar de impressão e lugar de produção (BARROS, 2019, p. 206). Em concordância com Barros, Tânia Regina de Luca (2008, p. 138-141) também aponta para a importância de considerar os mais diferentes aspectos dos jornais ao realizar um trabalho historiográfico, como a distribuição, o público, as relações com o mercado, o lugar ocupado pela publicação na história da imprensa, a linguagem, grupo responsável pela publicação, colaboradores, entre outros. Então, o trabalho proposto categoriza qualitativa e quantitativamente informações sobre a existência material e as possíveis interações sociais dos periódicos.

As categorias aqui escolhidas servem para, além de categorizar os periódicos, uma possível comparação das duas fontes de pesquisa. Este ponto apoia-se na ideia de que apesar de aparentemente atuarem da mesma forma, no mesmo território, com os mesmos temas e pelos mesmos meios, foram percebidas as particularidades de cada jornal. Assim, as fontes apresentaram tipos de potências de interação social diferentes, explicitando diversas singularidades.

Então, perguntas foram levantadas sobre diversas questões que compreendem os dois jornais, desde seu contexto de produção até seus elementos materiais. Por se tratar de categorias de análise bem diversificadas, foram feitas múltiplas perguntas às fontes. Algumas foram respondidas em conjunto, outras pensando nas particularidades de cada jornal. As questões que norteiam a pesquisa são: de que forma é possível perceber a polifonia presente na escrita dos jornais? Quais são as seções temáticas e os conteúdos mais recorrentes? Qual a periodicidade de publicação? Como era realizada a publicização? De que forma é possível analisar a recepção e qual era o público alvo dos jornais? Quais eram seus meios de impressão, lugar de impressão e lugar de produção?

Dessa forma, usando os quadros metodológicos de José D'Assunção Barros, foram reunidas e analisadas as informações dos jornais *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*, o que facilitou o trabalho realizado com a segunda metodologia: os mecanismos da ordem do discurso, a partir de Michel Foucault.

Para Foucault, a palavra é o próprio acontecimento e podemos compreender quais são os mecanismos que ordenam o discurso, então “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” e “não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo” (FOUCAULT, 2014, p. 10). E, então, para compreender o discurso é preciso, primeiro, compreender os elementos que o moldam, divididos por Foucault da seguinte maneira: o que regula o poder do discurso, com elementos

externos (interdição, a separação ou rejeição, e a oposição entre verdadeiro e falso); o que regula a aparição do discurso, com elementos internos (o comentário, o autor e as disciplinas); e o que regula os sujeitos (o ritual, a sociedade do discurso, a doutrina e a apropriação social).

Com o estudo acerca do discurso, a pesquisa pôde responder outras problemáticas, mais centrais e norteadoras: quais são as formas de resistências feministas à Ditadura Civil-Militar Brasileira presente nos jornais *Nós Mulheres* e *Brasil Mulher*? Como as reivindicações feministas presentes nos dois jornais podem ser consideradas como formas de resistência? Qual é a relação entre as reivindicações feministas e a luta pela democracia a partir dos jornais? A partir do livro *A Cidadã Paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem*, de Joan Scott (1996), compreendemos que o feminismo sempre denunciou as contradições do regime democrático, apesar de ter surgido nele. Com as ditaduras civis militares latino-americanas, percebe-se como a luta contra a ditadura fará surgir uma nova noção de democracia que, inclusive, precisaria estar aberta à participação ativa das mulheres.

Então, o primeiro capítulo da presente dissertação apresenta as bases contextuais e metodológicas da pesquisa, analisando o feminismo dos anos 1970 e a imprensa alternativa produzida no período da Ditadura Civil-Militar no Brasil. Ainda, ele apresenta as fontes principais, os jornais *Nós Mulheres* e *Brasil Mulher*, suas origens, influências, propostas e indica quem foram suas fundadoras e demais mulheres que contribuíram para sua existência. Dessa forma, nesse primeiro momento, respondemos às questões propostas por José D'Assunção Barros sobre os periódicos, compreendendo o contexto em que a produção dos jornais está inserida e levantando informações que foram cruciais para pensar a ordem do discurso, desenvolvida nas demais partes do trabalho.

O segundo capítulo analisa a questão da resistência feminista proposta pelos jornais. Por meio da escrita dessas mulheres nos jornais, é analisado de que forma o discurso feminista dialoga com a resistência à Ditadura Militar e como as próprias reivindicações feministas por si só são resistências ao governo autoritário. Para isso, ganha destaque as análises da seção de cartas para conhecer quem era o público leitor, como ele recebia as informações veiculadas nos periódicos e quais os debates abertos nesse espaço. Por fim, o terceiro capítulo trata da questão da democracia e como, segundo os jornais, a emancipação feminina estava diretamente ligada a um processo de redemocratização. Nos dois capítulos utilizou-se como suporte as reflexões sobre a *Coragem da Verdade*, inspiradas em Michel Foucault e sobre a *Não-Violência*, pensadas a partir de Judith Butler.

Além dos jornais mencionados, utilizou-se textos acadêmicos publicados por mulheres que participaram da produção de *Nós Mulheres* e *Brasil Mulher* – textos esses que muitas vezes

estão entre um relato de experiência e uma escrita acadêmica. Muitas dessas mulheres, após o fim dos jornais, continuaram a atuar no movimento feminista e contribuíram bastante para as produções acerca do tema, como Maria Lygia Quartim de Moraes, Amelinha Teles, Rosalina Santa Cruz Leite, Cynthia Sarti, entre outras. Além disso, levamos em consideração outras pesquisas que já utilizaram os dois jornais como fonte, compreendendo o que já foi feito e o que ainda pode ser feito – destacando novas perspectivas em diálogo com o que já foi escrito sobre o tema. Ainda, muitas dessas pesquisas já realizadas apresentam relatos e entrevistas de mulheres que contribuíram com os jornais, trazendo uma visão interna e subjetiva dos acontecimentos e da própria produção dos periódicos.

### 1.1. DIALOGANDO COM A BIBLIOGRAFIA

O livro *Da Guerrilha à Imprensa Feminista: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980)* (TELES; LEITE, 2013), de Amelinha Teles e Rosalina Santa Cruz Leite, que colaboraram com o jornal *Brasil Mulher*, traça um panorama acerca dos dois jornais, apresentando uma análise cuidadosa dos conteúdos veiculados em suas páginas e relatos de outras mulheres que contribuíram para a existência deles. Após apresentarem uma contextualização da Ditadura no Brasil e do papel das mulheres nesse momento, a análise dos periódicos é centralizada principalmente nos seguintes conteúdos: anistia, custo de vida, eleições e sexualidade. A partir das informações já levantadas e categorizadas nesse livro, além das entrevistas com conteúdos inéditos apresentados pelas próprias produtoras dos dois jornais, a presente dissertação analisa de forma mais direta os editoriais e cartas, que não foram abordados como fontes principais.

Outro livro muito relevante para a presente pesquisa é *Feminismos na Imprensa Alternativa Brasileira: quatro décadas de lutas por direitos* (FREITAS, 2018), que tem como fontes os jornais *Nós Mulheres*, *Mulherio*, publicado entre 1981 e 1988, *Nzinga Informativo*, de 1985 a 1989, e *Fêmea*, de 1992 a 2014. Mesmo utilizando periódicos com abordagens e recortes temporais diferentes, o estudo é importante por ter encarado o feminismo como pano de fundo de suas publicações. O objetivo dessa pesquisa foi apresentar as agendas desses jornais e suas visões sobre o feminismo, buscando explicitar a pluralidade do movimento. A principal diferença do livro para a presente pesquisa é a escolha do recorte temporal e das fontes, já que o primeiro não optou pelo jornal *Brasil Mulher* enquanto, aqui, não optamos pelos outros jornais, publicados a partir dos anos 1980, além de a análise comparativa entre *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres* ser essencial para a presente dissertação.

Algumas dissertações também foram muito utilizadas, como *Escritas Feministas: os jornais Brasil Mulher, Nós Mulheres e Mulherio (1975-1988)*, de Juliana Segato Tamião. Seu primeiro capítulo apresenta uma contextualização do feminismo e da imprensa alternativa, considerando principalmente as tensões internas e externas que envolveram a produção dos jornais. Em seu segundo capítulo, ela procurou responder de que forma os jornais compreendiam a mulher, quais as bases teóricas utilizadas e como podemos encontrar “outras formas de pensar a mulher, diferente da postura dos jornais” (TAMIÃO, 2009, p. 17). Nesse momento, Tamião analisou também as capas do *Brasil Mulher* e do *Mulherio*, buscando compreender a visão do jornal sobre a mulher e, principalmente, qual ideia de mulher os jornais queriam apresentar a partir das fotografias estampadas nas capas. Por fim, o trabalho apresentou os debates acerca do corpo, percebendo que o *Brasil Mulher* e o *Nós Mulheres* priorizavam a questão da saúde e de métodos contraceptivos, afirmando ser necessário que a mulher conheça o próprio corpo, mas não debateram a questão da sexualidade – assunto tabu e considerado preocupação “burguesa”. Nesse caso, o recorte temático desta pesquisa citada tem um foco maior na questão do corpo ao analisar o discurso dos jornais, enquanto priorizamos outras temáticas – como a democracia.

Natalia de Souza Bastos apresentou, em sua dissertação intitulada *Elas por Elas: trajetórias de uma geração de mulheres de esquerda*, uma extensa contextualização da Ditadura no Brasil, principalmente sobre os grupos e partidos de esquerda, evidenciando suas rupturas e continuidades “após o desmantelamento das organizações pelas forças repressoras e pelo isolamento em relação à sociedade” (BASTOS, 2007, p. 16). Sua análise segue para como essa mudança e renovação dentro dos grupos e partidos de esquerda afetou a trajetória política das mulheres, momento em que optam pelo feminismo. Em seu segundo capítulo, ela analisa o *Círculo das Mulheres Brasileiras em Paris*, onde muitas mulheres tiveram seu primeiro contato com o tema da opressão feminina e com o movimento feminista. No último capítulo, depois de apresentar os jornais *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres* e analisar as diferentes trajetórias das mulheres dos dois jornais e os conflitos causados por isso, Bastos avalia os temas trabalho, anistia e sexualidade nas páginas dos jornais. Outro tema que perpassa os capítulos é a democracia e, mesmo não sendo o foco da pesquisa, Natalia analisou a mudança de perspectiva dos militantes de esquerda que, no início da Ditadura, tinham um projeto revolucionário que depois foi substituído pela luta pela redemocratização. Apesar de ser um tema presente na dissertação de Bastos, ele não é analisado a partir dos discursos publicados nos dois jornais.

A dissertação *Brasil Mulher: Joana Lopes e a imprensa feminista*, de Karen Silvia Debértolis, trabalha a trajetória pessoal, profissional e militante de Joana Lopes, uma das

fundadoras do jornal *Brasil Mulher*. Iniciando com uma contextualização do pensamento feminista e da imprensa alternativa, Debértolis avança para o segundo capítulo apresentando a vida de Joana Lopes, narrando suas diferentes fases, sua separação, suas mudanças, sua formação, seus empregos. Ainda no mesmo capítulo analisa o envolvimento da militante com o jornalismo e sua atuação no jornal *Brasil Mulher*, desde a idealização até sua saída conturbada. No terceiro capítulo, Karen apresenta cada edição do jornal, realizando uma análise das reportagens e dos editoriais, dividindo a duração do jornal em duas fases, sendo a primeira fase o início do periódico até a saída de Joana Lopes. Apesar de apresentar uma estrutura, no terceiro capítulo, mais próxima do que foi produzido na presente pesquisa, com análise de reportagens e editoriais, a proposta da dissertação era a análise do jornal *Brasil Mulher*, sem o movimento de comparação com o jornal *Nós Mulheres*.

Além dos livros e dissertações apresentados, foram produzidos diversos artigos sobre os dois jornais e que contribuíram muito para a presente pesquisa. Vale mencionar o trabalho da professora Cintia Lima Crescêncio (2021) que desenvolveu pesquisas sobre as tirinhas e charges presentes nos dois jornais, associando a resistência com a Ditadura, o feminismo e o humor, como o artigo “*Pilulinhas Porretas*” e *Feministas de Conceição Cahú nos Jornais Brasil Mulher e Nós Mulheres (1976-1978)*.

Dessa forma, podemos perceber que apesar da vasta produção sobre os dois jornais, sempre é possível realizar novas análises, apoiando-nos em teorias, tais como as de Michel Foucault e Judith Butler, assim como metodologias, em especial aliando a leitura de periódicos à análise da ordem do discurso, e problemáticas diferentes, como a da coragem da verdade e a da não violência – o conjunto dessas três escolhas somada à comparação entre os dois periódicos é o que diferencia a presente pesquisa das demais produções.

## 2. O FEMINISMO E A IMPRENSA ALTERNATIVA

### 2.1. AS PERSPECTIVAS FEMINISTAS DA DÉCADA DE 1970

Atualmente a classificação do feminismo em ondas é reavaliada para evitar a impressão de descontinuidades, de superação das organizações e manifestações anteriores ou a exclusão de outras formas de expressão feminista (FREITAS, 2018, p. 73). Segundo Joana Maria Pedro (2006, p. 250), as datas e os acontecimentos que marcam o início e o fim dessas ondas são escolhas resultantes de disputas de poder e de narrativas. Com consciência de que o movimento feminista é plural, precisamos considerar que:

[...] devido aos diversos grupos, com diversificadas posições políticas, esta pluralidade continua se ampliando e se aprofundando. Essa pluralidade de posicionamentos expressa, muitas vezes, as profundas desigualdades entre as mulheres no que tange aos seus pertencimentos de classe, de raça/etnia, sexualidade, geracional e de localidade geopolítica (PEDRO; BARLETTO, 2019, p. 4).

Além disso, a realidade e a história do feminismo na América Latina e, mais especificamente, no Brasil, não são iguais a de outros lugares, como dos Estados Unidos e países da Europa. Portanto, para não desconsiderar a especificidade do feminismo brasileiro, para o presente trabalho será utilizado como marco inicial o ano de 1975 por conta das comemorações do Ano Internacional da Mulher, definido pela ONU, já que para as fontes trabalhadas aqui, os jornais *Nós Mulheres* e *Brasil Mulher*, e as mulheres envolvidas nos projetos dos dois periódicos, esse foi justamente o momento em que puderam dar uma forma mais institucional ao feminismo e quando conseguiram levar ao espaço público suas reivindicações.

Por conta disso, a década de 1970 será analisada como o marco inicial do feminismo no Brasil para essa geração de mulheres e a influência dos eventos de 1975 em seus projetos feministas, sem desconsiderar que outras expressões feministas podem não se sentir representadas por essas delimitações.

Dentro do ano de 1975 existem divergências ao tentar demarcar exatamente qual evento inaugurou o feminismo na vida dessas mulheres. Para algumas, o evento realizado no México pela ONU no início do ano foi definitivo para uma mudança de pensamento, enquanto para outras o evento realizado em julho na Associação Brasileira de Imprensa, no Rio de Janeiro, foi o momento em que se perceberam feministas (PEDRO, 2006, p. 251). Para outras, ainda, pode ser a experiência no exílio ou nos grupos de reflexão em que se reuniam no ambiente privado para discutir sobre ser mulher. Anterior a esse momento também são importantes a coluna de

Carmen da Silva na revista *Claudia* e trabalhos acadêmicos que já refletiam sobre a questão da mulher, como *Mulher na Construção do Mundo Futuro*, de Rose Marie Muraro, da década de 1960 (ALVES; PITANGUY, 2022, p. 101). A identificação com o feminismo é uma construção subjetiva e para cada uma dessas mulheres ocorreu por meio de uma experiência diferente. Sem querer ignorar essas experiências individuais, para a pesquisa histórica é importante estabelecer a construção de um marco, um ponto de partida, que nesse caso foi definido a partir da fonte, já que os dois jornais explicitam que foram os eventos de 1975 que influenciaram as suas criações. Escolhendo a década de 1970, há a possibilidade de perpassar por alguns desses diferentes eventos e diversas formas de fazer feminismo que marcaram a vida das participantes dos jornais *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*.

#### 2.1.1. Reorganização do feminismo sob o autoritarismo

Desde o fim do século XIX o feminismo já estava presente no Brasil e estava profundamente ligado à luta por direitos políticos e pela cidadania das mulheres, que culminou no movimento sufragista, obtendo vitória na década de 1930, com destaque para as lideranças femininas de Bertha Lutz e Leolinda Daltro (KARAWEJCZYK, 2013, p. 328). Após a conquista do direito ao voto, o movimento de mulheres se dispersou já que haviam alcançado seus objetivos de incluir as mulheres no rol de direitos políticos. Então, as pautas femininas não tinham “a mesma sensação de urgência, nem o mesmo nível de participação, organização e visibilidade” (ALVES; PITANGUY, 2022, p. 81). Além da luta por direitos políticos, as mulheres também estiveram envolvidas nas lutas operárias e no anarquismo, sem necessariamente estarem ligadas à pauta dos votos. A luta das mulheres nunca deixou de existir e durante esse período em que permaneceu desarticulada institucionalmente, foram publicadas novas pesquisas e teorias que fundamentaram o feminismo e inspiraram milhares de mulheres ao redor do mundo, como os textos de Simone de Beauvoir, Betty Friedan, Margareth Mead, etc.

No Brasil, durante esse período, as mulheres permaneceram envolvidas nos movimentos políticos e sociais, atuaram contra o governo de Getúlio Vargas e participaram da redemocratização depois de 1945. No campo conservador, as mulheres tiveram grande peso nas manifestações que culminaram na Marcha da Família com Deus pela Liberdade (DEBÉRTOLIS, 2002, p. 21). Apesar de sempre ativas, essas participações não tinham como pauta questões específicas da realidade da mulher e, por isso, considera-se que apenas nas décadas de 1960 e 1970 houve uma reorganização do movimento feminista, coincidindo com o período da Ditadura Militar no Brasil.

Nos Estados Unidos e em países da Europa, com modos de produção de subjetividade e lutas diferentes das décadas anteriores,

Uma nova geração de mulheres nascida já com o direito de voto garantido, passa a questionar as bases culturais de sua posição na sociedade, ao mesmo tempo em que participa desses movimentos contestatórios<sup>3</sup>. O feminismo dos anos 1960 reflete esse ambiente em que movimentos políticos de diversas origens demandam uma mudança social radical (ALVES; PITANGUY, 2022, p. 84).

Em terras brasileiras, além das questões sociais e culturais, as feministas precisavam se preocupar com as violências praticadas por um Estado ditatorial e, por isso, uniram suas reivindicações específicas à luta pela redemocratização. Ainda, influenciadas pelo marxismo, traziam de forma muito evidente um recorte de classe, pensando o feminismo a partir dos sindicatos, dos trabalhadores e das periferias, buscando analisar pelas lentes do feminismo questões relacionadas ao trabalho, à creche e ao custo de vida – muito presente nas páginas dos jornais *Nós Mulheres* e *Brasil Mulher*.

Paralelamente ao feminismo, mulheres iniciaram movimentos contra a Ditadura como clubes de mães, associações de bairros, o Movimento do Custo de Vida (DEBÉRTOLIS, 2002, p. 22) e o Movimento Feminino Pela Anistia. Por mais que o movimento feminista tenha buscado se integrar e divulgar essas ações, eram movimentos que existiam sem a dependência de uma ligação com o feminismo, eram autônomos. Então, as mulheres estiveram muito envolvidas nos mais diferentes projetos de resistência, seja a partir do feminismo ou independente dele.

O exílio, pelo qual muitas das militantes passaram, foi um momento de mudança profunda, com episódios de autocrítica, desesperança, aprendizados, contato com novas culturas ao mesmo tempo que lidavam com a culpa por estar longe do Brasil, da família, dos amigos e dos companheiros de luta. Segundo Denise Rollemberg, o exílio foi um processo interno muito intenso:

A história do dia-a-dia no exílio é, portanto, a história do choque cultural renovado constantemente; do mal-estar em relação ao outro e, sobretudo, em relação a si mesmo, entre o que se era - ou se pretendia ser -, e o que se acabou sendo de fato. É a história da desorientação, da crise de valores que significou, para uns, o fim de um caminho e, para outros, a descoberta de outras possibilidades. É a história do esforço inútil e inglório para manter a identidade. É a história da sua redefinição e da sua reconstrução, que se impunham num processo que se estendeu ao longo das fases do exílio e que continuou para muitos, mesmo depois da volta ao Brasil (ROLLEMBERG, 2007, p. 5).

---

<sup>3</sup> Com “desses movimentos contestatórios” as autoras se referem a movimentos políticos da década de 1960 que questionavam o colonialismo e o imperialismo e lutavam contra o racismo e pelo desarmamento nuclear.

A primeira fase do exílio ocorreu logo após o golpe civil-militar e foi composta por políticos que já eram atuantes antes de 1964, com destino a países da América Latina, principalmente a cidade de Montevidéu. Nesse momento, segundo Bastos, as mulheres participaram desse movimento mais como companheiras de seus maridos, já que muitas não estavam envolvidas em qualquer militância (BASTOS, 2007, p. 63). A segunda fase do exílio ocorreu principalmente a partir de 1968, depois do AI-5, e o principal destino foi o Chile. Diferente da situação anterior, na segunda fase a maioria dos exilados eram jovens estudantes e as mulheres haviam participado ativamente dos grupos da esquerda e da luta contra a ditadura, inclusive em grupos armados.

No Chile, os brasileiros passaram a rearticular as estratégias de combate à ditadura, com intenção de retornar ao Brasil. Entretanto, essa rearticulação foi interrompida novamente por um golpe militar, que destituiu Salvador Allende em 1973. Em meio a novas perseguições, os militantes precisaram fugir para outros lugares, escolhendo principalmente Paris como destino, em um exílio dentro do exílio (BASTOS, 2007, p. 64). Nesses países, em contato com novas pessoas, em um momento de medo, tristeza e tentativa de reorganização dos grupos de esquerda, essas mulheres buscaram conforto em grupos de discussão onde puderam compartilhar suas experiências. Diferente do exílio em países da América Latina, a mudança para países da Europa aumentou a dificuldade de adaptação por causa da língua e da cultura, muito diferentes do Brasil, e a frustração pelo crescimento da onda autoritária que assolava a América Latina (MORAES, 2017a, p. 23). Nesse momento:

Houve um processo crescente de valorização da defesa dos direitos humanos e foram criados grupos de exilados que mobilizavam campanhas de denúncia da ditadura no exterior. O projeto de transformação da sociedade foi revisto e reavaliado a partir da experiência no Brasil e na América Latina, e uma nova temática foi incorporada ao debate político da esquerda brasileira: a democracia (BASTOS, 2007, p. 65).

Assim, surgiram grupos de exilados que buscavam novas estratégias para a situação brasileira, com grupos de discussão e leitura. O *Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris* é um exemplo desse contexto. Criado para suprir a falta de espaço para temas específicos da realidade da mulher em outros grupos de esquerda, tornou-se um lugar seguro para discutir sobre aborto, sexualidade, maternidade, sem abandonar o viés marxista. O grupo também foi importante porque as mulheres começaram a dividir suas experiências com pessoas que possuíam vivências muito parecidas, percebendo que inclusive suas opressões eram comuns:

as participantes falavam de suas experiências pessoais e debatiam com as demais, buscando compreender que seus problemas não eram únicos nem particulares, mas parte de uma vivência social de opressão compartilhada por todas as mulheres. A exposição dos problemas e anseios individuais, ou seja, dos fatos da vida privada se tornariam, a partir de então, públicos e políticos e, conseqüentemente, passíveis de se transformarem em bandeiras de luta (BASTOS, 2007, p. 67).

Para muitas, foi no exílio que perceberam que os grupos e partidos políticos de esquerda, e às vezes seus próprios companheiros, não consideravam a luta pela igualdade de gênero uma prioridade. Segundo Maria Lygia Quartim de Moraes, uma das participantes do *Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris* e do jornal *Nós Mulheres*, foi a partir das discussões acerca da realidade das mulheres, durante seu exílio, que começou a perceber comportamentos com os quais não concordava em vários setores de sua vida, inclusive dentro dos partidos políticos de esquerda e de seus companheiros de resistência. Segundo ela, os partidos não queriam dividir a luta discutindo questões mais específicas e acreditavam que a revolução socialista seria suficiente para resolver todos os problemas, incluindo as desigualdades de gênero. Entretanto, em seu tempo morando em Cuba, Maria pode perceber como apenas a revolução não é suficiente já que, segundo ela, essas desigualdades estavam ligadas também à cultura e uma mudança nas leis não resolveria um problema cultural. É interessante perceber como foram as próprias vivências de Moraes que a fizeram sentir a necessidade de um movimento de mulheres para mulheres que pudesse pensar em soluções que não eram contempladas nas discussões dos partidos ou de outros grupos de esquerda. Segundo ela:

Era a ideia de que o socialismo ia resolver todos esses problemas e mais alguns. A ideia de que as lutas específicas dividem. Era essa que era a ideia. Eu sempre fui de esquerda. Então, nós, que éramos de esquerda, a nossa questão era mostrar como, sim, era importante essa luta específica, sim, e que não tinha essa de que começa aqui e depois aqui, que não existia isso, e que a União Soviética era a maior comprovação de que o socialismo por si não resolve. Olha, mais leis do que Cuba teve, de igualdade... [...] Mas a coisa cultural é muito forte. Por isso que não dá... E é isso que a gente dizia: “Se a gente não começar agora com uma nova atitude – a gente, agora, onde a gente estiver -, abrir espaço para isso, depois não vai ser por milagre”. É a experiência, é a vivência que vai fazendo (MORAES, 2019, p. 27).

Então, nesse contexto, mulheres que haviam sido exiladas ou que estavam viajando por países da Europa e nos Estados Unidos entraram em contato, muitas pela primeira vez, com o pensamento feminista. O impacto e a novidade do debate fizeram com que essas mulheres trouxessem ao Brasil os textos e as discussões de fora que abordavam o tema do feminismo. Mas o cenário brasileiro era completamente diferente do cenário de onde essas mulheres trouxeram as teorias feministas: em regimes democráticos o discurso feminista podia se ocupar de temas considerados tabu e, de forma mais particular, com temas relacionados às relações de

gênero, por isso, no contexto brasileiro, as pautas feministas também estavam relacionadas ao tema da redemocratização e luta contra a ditadura. Em um primeiro momento, os espaços públicos não eram uma opção para abrigar tais teorias e discussões, o que fez com que essas mulheres começassem a se reunir em suas casas para debater os temas, trazendo uma ideia de pertencimento e fazendo com que elas se identificassem umas com as outras de uma forma nova, reorganizando os agenciamentos coletivos políticos e se colocando de uma nova maneira na esfera pública (PINTO, 2003, p. 49-50).

Entretanto, as discussões feministas e as reflexões sobre as relações de gênero não chegaram ao Brasil apenas por meio do exílio visto que, mesmo antes da volta das exiladas, foram criados grupos de reflexão no Brasil, principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro. Assim como no *Círculo*, aqui as mulheres também consideravam os grupos um lugar acolhedor para discutir suas experiências, suas inseguranças e suas dúvidas. Apesar do medo da repressão do Estado, sentiam-se confortáveis umas com as outras em um dos poucos momentos em que se reuniam sem seus companheiros. Segundo suas participantes, os grupos de reflexão foram definidos como momentos de afetividade, solidariedade e acolhimento. Leila Linhares Barsted comenta sua experiência com um dos grupos no livro *Feminismo no Brasil*:

Foi muito bonito, porque a gente se reunia, isso antes de 1975, nas casas, sentávamos no chão. Era uma relação extremamente afetiva, porque a vida da outra nos afetava também. Era uma troca de experiência. Ninguém sabia mais do que ninguém, todas estávamos no mesmo barco, e o que fazer? Essa era a grande questão. Esse início do movimento teve uma característica de horizontalidade, uma característica de afetividade. É uma coisa interessante porque esse feminismo da segunda onda é um feminismo que surge sem uma liderança definida (ALVES; PITANGUY, 2022, p. 109).

Além disso, muitas mulheres vivenciaram também a clandestinidade durante o período ditatorial. Desde o início os partidos políticos de esquerda foram tornados ilegais e precisaram agir clandestinamente, o que ocorreu também com as organizações revolucionárias e de luta armada. Então, muitas mulheres vinculadas a essas organizações que permaneceram no Brasil, portanto não sofreram o exílio, precisaram abandonar suas famílias, trabalhos, casas, para viver a clandestinidade sozinhas ou com seus companheiros de luta. Seja para sobreviver à repressão, seja para continuar a militância, muitos precisaram se esconder ou trocar de identidade para permanecer no país. A clandestinidade deixou traumas e marcas profundas nas pessoas que a viveram mesmo depois da volta à legalidade (FILHO, 2011, p. 93).

Apesar de atualmente o feminismo ser amplamente aceito pela esquerda político-partidária e de estar incluído nas pautas dessa vertente, durante a Ditadura Civil-Militar

Brasileira muitos homens da esquerda não viam com bons olhos as novas reivindicações das mulheres. Para eles o feminismo era visto como um “desvio” do real propósito da luta política: a redemocratização. Por isso, o pensamento feminista brasileiro desse período está diretamente ligado à luta contra a ditadura. A luta por direitos das mulheres não era possível separada da luta por direitos democráticos básicos (HOLLANDA, 2019, p. 15). A falta de apoio, até mesmo da esquerda, fez com que os estudos feministas permanecessem, em grande maioria, em espaços privados, como os grupos de reflexão, até o ano de 1975.

O pensamento feminista também se caracterizava como parte de uma resistência não violenta principalmente quando, a partir de 1975, as atividades feministas voltaram a atuar com mais força nos espaços públicos. O ano foi marcado pela ONU como o Ano Internacional da Mulher, iniciado com a *I Conferência Mundial da Mulher*, no México, com o tema *Igualdade, Desenvolvimento e Paz*. No Brasil, as mulheres aproveitaram para produzir eventos porque “seria possível abrigar-se sob esse guarda-chuva oficial, internacional, isento e confiável<sup>4</sup> aos olhos de quem mandava e controlava, os censores e vigias da ditadura” (ALVES; PINTAGUY, 2002, p. 111). Um dos mais relevantes foi o evento *Pesquisa Sobre o Papel e o Comportamento da Mulher Brasileira*, realizado na Associação Brasileira de Imprensa, entre junho e julho, que, apesar do nome relativamente “neutro”, abordou pautas feministas, trouxe renomados convidados, como o professor Celso Furtado, e por muitos dias encheu a ABI. Ao fim do evento, as mulheres envolvidas quiseram continuar os trabalhos, o que resultou na criação do *Centro da Mulher Brasileira*, também no Rio de Janeiro.

Em São Paulo, ainda em 1975, mulheres se reuniram e montaram o evento *Encontro para o Diagnóstico da Mulher Paulista*, na Câmara Municipal da cidade. Assim como ocorreu com o evento do Rio de Janeiro, o *Encontro* resultou na criação no *Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira*, em 1976. Período de intensa movimentação em que as mulheres tornaram públicas suas pautas por meio de instituições próprias, sem necessariamente depender dos partidos políticos, “era o feminismo se colocando como ator político” (ALVES; PITANGUY, 2022, p. 118).

Segundo a historiadora Céli Regina Jardim Pinto, a “formalização é particularmente interessante porque aponta para uma virada radical na trajetória do movimento, que não só se tornava público como buscava institucionalização” (PINTO, 2003, p. 57). Os partidos políticos também viram esses eventos como uma possibilidade de reorganização de suas próprias ações:

---

<sup>4</sup> Em referência à Organização das Nações Unidas.

o ressurgimento do movimento de mulheres e feminista em 1975, com o apoio da ONU, teria representado para diversos partidos e grupos políticos, ainda clandestinos, que tentavam se reorganizar em meio à repressão, uma possibilidade e, ao mesmo tempo, uma ameaça. Inicialmente a possibilidade aberta pelo ano Internacional da Mulher foi considerada como um espaço autorizado para fortalecer a luta contra a ditadura, e, portanto, entre os partidos clandestinos, uma possibilidade de reuniões e atuação sob a proteção da ONU, sem que se sentissem ameaçados pela repressão. Entretanto, o fato de 1975 ser o Ano Internacional das Mulheres, tendo resultado de uma luta feminista que recomeçava, foi, também, pensado como uma ameaça ao projeto político de muitos desses grupos, pois poderia significar a ‘dispersão’ daquilo que consideravam uma luta prioritária (PEDRO, 2006, p. 250).

Foi também em 1975 que o *Movimento Feminino pela Anistia* foi criado, liderado por Terezinha Zerbini, uma das responsáveis pela produção do jornal *Brasil Mulher*, e que, apesar de não ser um movimento feminista, mostrou a união e a força das mulheres como resistência contra o regime autoritário. Durante todo o período ocorreram também os movimentos de mulheres que, apesar de não possuírem o objetivo de questionar as relações de gênero, apresentaram diversas outras reivindicações de forma pública. Essas novas experiências das mulheres, tanto no âmbito privado quanto público, entraram em conflito com o caráter tradicional, autoritário e patriarcal reforçado pela ditadura.

A partir desse momento também houve um aumento no número de jornais alternativos no país – seja por conta do massacre contra os grupos da luta armada e da necessidade de outros meios de resistência, seja por conta da suposta abertura do governo Geisel<sup>5</sup> -, inclusive de jornais feministas como *Brasil Mulher* (1975-1980) e *Nós Mulheres* (1976-1978). A partir de 1975, os jornais alternativos feministas ganharam força tanto como forma de disseminar o pensamento feminista, quanto como forma de resistência à Ditadura Militar, seja de forma explícita, seja por meio das próprias pautas feministas.

---

<sup>5</sup> Apesar da promessa de abertura política, o governo Geisel foi responsável por assassinatos, perseguições, censuras e arbitrariedades políticas típicas de um governo autoritário, como será visto de maneira mais detalhada no capítulo três.

## 2.2. A IMPRENSA ALTERNATIVA

Atualmente o campo historiográfico considera uma quantidade quase ilimitada de fontes históricas e, por isso, se torna necessário um trabalho de classificação da fonte escolhida e de suas especificidades, facilitando as escolhas teórico-metodológicas. Para isso, serão acatadas as categorias propostas por Barros (2019, p. 28), que se dividem em: posição (direta ou indireta), qualidade (culturais ou materiais, sendo a primeira subdividida em verbais e não verbais), intencionalidade (voluntária ou involuntária), e, por fim, serialidade (seriais ou não seriais). Em alguns casos, é necessário considerar as perguntas que serão feitas às fontes de pesquisa, já que uma mesma fonte pode se enquadrar em diferentes categorias dependendo da problemática apresentada. A partir das categorias, surgem perguntas:

(1) Qual a sua posição em relação ao processo ou conjunto de acontecimentos aos quais se refere? (2) De que material físico e tipo de linguagem é feita? (3) Foi produzida intencionalmente para falar sobre certos acontecimentos? E, por fim: (4) Está isolada, ou pode ser conectada a outras fontes da sua mesma espécie? (BARROS, 2019, p. 29).

Os dois jornais utilizados como fonte na presente pesquisa podem se enquadrar na taxonomia proposta da seguinte forma: posição direta, já que o foco da pesquisa é analisar o discurso feminista de resistência e não há intermediário entre o que as mulheres escreveram e o que está na fonte. Entretanto, em alguns aspectos a fonte pode ser indireta ao se analisar o conteúdo das reportagens, já que não necessariamente as mulheres estavam presentes nos acontecimentos relatados; intencionalidade voluntária de caráter público porque os jornais foram publicados com a intenção de circular entre as pessoas; qualidade cultural, mas na classificação proposta por Barros pode ser enquadrada em qualidade de fonte de conteúdo verbal e textual; por fim, em relação à serialidade, para a pesquisa proposta a fonte é seriada já que serão analisadas todas as edições dos dois jornais e as fontes são homogêneas e continuadas.

Então, finalizado o processo de categorização das fontes, é possível iniciar o processo de análise específico da fonte escolhida, no caso a fonte periódica. Segundo Barros, a principal característica que torna uma fonte um periódico é justamente a periodicidade do mesmo, que pode ser anual, mensal, semanal, diária. Além da periodicidade, existem outras duas características essenciais para que seja considerado um periódico: a forma impressa e a publicização, ou seja, é preciso considerar “o formato ou a materialidade da ‘forma impressa’, o ritmo de disponibilização que define a ‘periodicidade’ e o modo ou abrangência da ‘publicização’” (BARROS, 2019, p. 180).

Além dos três elementos citados, muitos outros precisam ser considerados na análise: a polifonia, as seções temáticas, os conteúdos, a recepção, os meios de impressão, o lugar de impressão e o lugar de produção – e esses elementos chave ainda se subdividem em outros aspectos que a análise deve abranger.

Os dois jornais escolhidos como fonte para a pesquisa ainda apresentam mais uma particularidade que os diferenciam dos jornais entendidos como “oficiais” ou da “grande imprensa”, já que fazem parte dos jornais “alternativos” ou da “imprensa nanica”. Essa diferenciação deve ser considerada ao utilizar a metodologia proposta por Barros já que muitas vezes os alternativos não se enquadram exatamente nas categorias propostas. Um exemplo disso é a própria periodicidade que, por uma série de fatores como a dificuldade de financiamento e de distribuição, muitas vezes não é constante.

A análise de parte dos elementos apresentados por Barros será feita separadamente para cada jornal, para se ter mais clareza acerca das similaridades e diferenças entre os periódicos. Entretanto, o ponto de partida para a análise proposta, que será a compreensão do contexto de criação dos dois jornais, será comum, visto que os periódicos foram produzidos no mesmo período. Segundo Barros (2019, p. 234), é de extrema importância para a pesquisa em periódicos compreender o contexto da História da Imprensa no momento em que o jornal foi produzido, inclusive considerando as tecnologias empregadas em sua produção. Ainda para o pesquisador, a História da Imprensa permite compreender:

Os progressos tecnológicos, as mudanças na prática jornalística, os aperfeiçoamentos no uso do texto e das imagens de vários tipos, o aperfeiçoamento da nitidez gráfica, a possibilidade de ampliação extraordinária nas tiragens diárias, o concomitante desenvolvimento de um público consumidor redefinido pela ampliação possível no número de leitores, e, por fim, o próprio estímulo ao desenvolvimento das indústrias de suporte, sobretudo voltada para a produção e elaboração do papel-imprensa [...] (BARROS, 2019, p. 234).

Os dois jornais, *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*, foram produzidos durante a década de 1970 e, apesar dos avanços tecnológicos já estarem presentes no mundo jornalístico, a falta de financiamento não permitia que os jornais alternativos produzissem da mesma forma e na mesma quantidade que os jornais oficiais ou da grande imprensa. Entretanto, mesmo sem o acesso aos mais recentes meios de produção, parte dos avanços tecnológicos os alcançavam e, o mais importante, o sempre crescente número de pessoas alfabetizadas possibilitava a ação política e da militância por meio da escrita. Em 1872 a taxa de analfabetismo no Brasil era de 82,3% (FERRARO; KREIDLOW, 2004, p. 182), enquanto em 1970 a taxa de alfabetização era 62,32% para homens e 58,72% para mulheres (BELTRÃO; NOVELLINO, 2002, p. 17). Apesar

do crescimento da alfabetização no Brasil, o número de analfabetos ainda era muito grande e ainda maior entre as mulheres, o que também influenciava na tiragem dos jornais alternativos, na forma de distribuição e no público alvo.

Segundo Rivaldo Chinem (2004, p. 61), os jornais alternativos já existiam desde antes do período da ditadura, entretanto receberam esse nome a partir dos anos 1970, período em que circulavam no Brasil cerca de 150 jornais alternativos (CARDOSO, 2004, p. 37). Jornais muitas vezes produzidos de forma clandestina, com dificuldades financeiras e de distribuição, mas que formaram uma importante frente de denúncias às violências cometidas pelo regime militar. Segundo Viviane Gonçalves Freitas, o jornalismo alternativo era importante porque:

Quando ainda a comunicação era analógica e o compartilhamento de experiências se dava por meios impressos, a imprensa alternativa foi a grande possibilidade para que as discussões dos grupos progressistas se difundissem tanto dentro quanto fora do país, chegando, inclusive às/os exilados políticos (FREITAS, 2018, p. 20).

Para Bernardo Kucinski, é possível compreender quatro características desses jornais a partir de uma análise da palavra *alternativo*:

[...] algo que não está ligado a políticas dominantes; [...] uma opção entre duas coisas reciprocamente excludentes; [...] única saída para uma situação difícil; [...] desejo das gerações dos anos 1960 e 1970 de protagonizar as transformações sociais que pregavam (KUCINSKI, 2018, p. 11).

Nesse momento, o próprio campo de trabalho estava passando por transformações e os jornalistas, que antes publicavam seus textos por “satisfações intelectuais, literárias e ideológicas” (KUCINSKI, 2018, p. 21), passaram a se vincular aos jornais de forma assalariada, gerando outras obrigações com seus patrões. Além disso, passou a ser obrigatória a formação em jornalismo para atuar nesse campo, o que causou um aumento significativo na quantidade de cursos dessa área no Brasil (KUCINSKI, 2018, p. 141). Essas mudanças somadas à censura cada vez mais intensa – e também a autocensura que muitos jornais praticavam para evitar conflitos com os militares – fez com que muitos jornalistas saíssem da grande imprensa e migrassem para opções alternativas, “ansiosos por se libertarem das restrições da grande imprensa” (KUCINSKI, 2018, p. 22).

Então, o início de um alternativo normalmente é marcado por um jornalista da imprensa tradicional que, insatisfeito com o contexto do seu local de trabalho ou após uma demissão, decide fundar o seu próprio jornal. Podemos observar essa dinâmica também nos jornais feministas que, apesar de contarem com uma equipe com formações diversas, possuíam jornalistas em suas estruturas. No *Brasil Mulher*, sua fundadora Joana Lopes possuía

experiência na grande imprensa com sua seção *Arte e Comunicação* no jornal *Folha de Londrina*. Em *Nós Mulheres*, Mariza Corrêa era a jornalista responsável pelas primeiras edições: formada em jornalismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, havia trabalhado nos jornais *Zero Hora* e *Diário de Minas*, e na *Revista Veja*. Então, nos dois casos os jornais contavam com mulheres que tinham experiência com a área jornalística e já haviam trabalhado em jornais da grande imprensa.

Os jornais alternativos produzidos por mulheres durante a década de 1970 tiveram um papel muito importante na resistência contra a ditadura, ao denunciarem os crimes cometidos pelo regime militar e ao incentivarem a união e a participação das mulheres na luta pela redemocratização. Além disso, os jornais foram meios de divulgação das pautas e reivindicações feministas, conduzindo reflexões acerca de mudanças não apenas no regime político vigente, mas também nas relações socioeconômicas e culturais que envolviam as mulheres. A passagem dessas discussões conduzidas por mulheres para o meio público, como por meio dos jornais, demonstra uma mudança na dinâmica dos ambientes que anteriormente eram dominados por homens.

As mulheres passaram a reivindicar espaço nesses ambientes e, para além disso, exigir que seus modos de agir fossem aceitos e respeitados, sem que precisassem se adequar aos modos masculinos como, por exemplo, dentro dos partidos políticos de esquerda que, preocupados com a redemocratização e a revolução, escolhiam não tratar das relações de poder e de gênero existentes dentro do próprio partido. Segundo Margareth Rago, as mulheres mudaram esses espaços “deixando suas marcas com tudo aquilo que lhes é próprio: a dimensão subjetiva, as emoções, a afetividade, os sentimentos, de modo a complementar e a melhorar a ordem masculina do mundo” (RAGO, 2013, p. 26). Portanto, foi a partir da vontade e do esforço dessas mulheres que tais ambientes públicos passaram por mudanças e agregaram as formas de vida e de luta delas em suas práticas de resistências, também por influência do pensamento feminista.

Segundo Amelinha Teles e Rosalina Leite (2013, p. 49), que contribuíram com textos em algumas edições do jornal *Brasil Mulher*, no ano de 1975 as organizações de esquerda, principalmente as que participaram da luta armada, já haviam sofrido com as intensas perseguições da ditadura e, depois de anos de prisões, torturas, assassinatos, clandestinidade e exílio, tais organizações se encontravam desorganizadas e desestruturadas. Nesse momento, a entrada das mulheres em diferentes ambientes políticos proporcionou a possibilidade de criação de novas formas de se fazer política e se fazer resistência, o que resultou, por exemplo, em mobilizações fora dos partidos políticos (o que não significa que os partidos políticos não

influenciaram ou não passaram a fazer parte de tais mobilizações), como as associações de bairros e de mães, redes de solidariedade e, também, os jornais alternativos. Portanto, elas afirmam: “a resistência continuava e se transformava em outras ações, agora lideradas por mulheres da periferia e da classe média” (LEITE; TELES, 2013, p. 49). A produção de jornais alternativos foi uma das formas de unir novamente os militantes da esquerda e os jornais se tornaram um meio de difundir suas discussões, chegando até mesmo aos militantes que estavam fora do Brasil, exilados.

Portanto, a imprensa alternativa serviu como um espaço de reorganização da esquerda e, assim, criou-se um “espaço público alternativo” (KUCINSKI, 2018, p. 19), onde os militantes poderiam novamente se encontrar para discutir, criar e resistir. Bernardo Kucinski analisa como a imprensa alternativa aparece e reaparece nos intervalos das atuações políticas diretas, como o desaparecimento dos primeiros alternativos da década de 1960<sup>6</sup> com a intensificação da luta armada e das manifestações de rua, reaparecendo na década de 1970, no período pós luta armada e pós AI-5. Então, “essa alternância entre imprensa alternativa e atividade política direta sugere um modelo funcional da imprensa alternativa no Brasil muito mais como substituta da ação política do que como parte desta ação” (KUCINSKI, 2018, p. 72). A produção dos periódicos alternativos também é uma forma de atuação política e de resistência à ditadura, porém pode ser entendido como uma alternativa à ação política mais escancarada ou violenta, em um momento de maior repressão e impossibilidade.

Então, considerando esse contexto, os jornais alternativos eram a possibilidade de se fazer resistência em um momento de violência e desestruturação dos movimentos de esquerda:

[...] até o colapso do milagre econômico e o surgimento da política de distensão no interior do aparelho militar, em 1975, os jornais alternativos se constituíram não em meros símbolos de resistência da sociedade civil ao autoritarismo, ou expressão de um movimento, ou uma articulação de resistência: eles eram a própria resistência (KUCINSKI, 2018, p. 94).

A escrita dos jornais *Nós Mulheres* e *Brasil Mulher* pode ser entendida, então, como um veículo que possibilitou a organização de movimentos e ações políticas alternativas, assim como possibilitou também a transformação da produção das subjetividades. Dessa forma, os textos funcionaram tanto como suporte de divulgação das pautas, quanto como produtor de tais transformações. Por meio dos jornais, surgiram também novas formas de pertencimento, tanto pessoal quanto coletivas, permitindo que as mulheres compartilhassem experiências, lutas,

---

<sup>6</sup> A primeira geração de jornais alternativos tem início ainda em 1964 com o surgimento de Pif-Paf, poucos meses após o golpe militar (KUCINSKI, 2018, p. 31).

questionamentos, reivindicações comuns, provocando mudanças não apenas em sua relação com o mundo público, mas também em seu ambiente doméstico, politizando suas relações privadas. Segundo Margareth Rago (2013, p. 26):

[...] não só do mundo público e da esfera política institucional ocuparam-se os feminismos, que também passaram a problematizar as concepções de subjetividade e as estratégias que têm mobilizado para criá-las. Várias feministas perguntaram e continuam perguntando pelas técnicas e práticas de produção de si propostas por um movimento que luta justamente para libertar as mulheres da colonização de seus corpos e psiques. Enfim, criticando a identidade Mulher como forma opressiva instaurada pela lógica masculina, os feminismos resistiram a determinadas formas de condução das condutas e promoveram novos modelos de subjetividade e novos modos de existência múltiplos e libertários para as mulheres.

Os dois jornais apresentavam reportagens sobre o cotidiano ditatorial brasileiro (censuras<sup>7</sup>, eleições<sup>8</sup>, manifestações<sup>9</sup>, etc.), algumas notícias internacionais, discussões acerca da realidade da mulher brasileira<sup>10</sup> e, principalmente, temas relacionados ao mundo do trabalho como, por exemplo, o dia a dia das mulheres em seus ambientes de trabalho<sup>11</sup>, a questão salarial<sup>12</sup>, entre outros. Além do recorte de gênero, é possível perceber o recorte de classe sendo muito utilizado nas reportagens, influência do pensamento marxista com o qual essas mulheres já haviam tido contato dentro das universidades, dos partidos e grupos de esquerda e dos grupos de discussão e reflexão, o que resultou em muitas reportagens com preocupações sobre a vida das mulheres nas periferias, mesmo que essa realidade não estivesse relacionada com a das produtoras dos dois jornais – que eram majoritariamente universitárias de classe média. Segundo Leite e Teles (2013, p. 67):

Ambos os jornais levavam os exemplares para as mulheres do campo *popular* e com elas liam as matérias e debatiam os temas, transformando esses momentos em atos de construção de um feminismo popular, contra a ditadura e comprometido com a luta de classes.

<sup>7</sup> Ver a reportagem: **NÓS MULHERES**. Daqui: Almanaque do Humordaz censurado. São Paulo: Associação Nós Mulheres, n. 3, p. 4, nov./dez. 1976.

<sup>8</sup> Ver a reportagem: **BRASIL MULHER**. Eleições: um novo teste. São Paulo: Associação Brasil Mulher, n. 3, p. 3, 1976.

<sup>9</sup> Ver a reportagem: **BRASIL MULHER**. As Manifestações Estudantis. São Paulo: Brasil Mulher, n. 7, p. 9, jun. 1977.

<sup>10</sup> Ver a reportagem: **NÓS MULHERES**. Violência Cotidiana: Lindonéia ou o peso da vida. São Paulo: Associação Nós Mulheres, n. 1, p. 16, jun. 1976.

<sup>11</sup> Ver a reportagem: **NÓS MULHERES**. A Hora das Metalúrgicas. São Paulo: Associação Nós Mulheres, n. 3, p. 6, nov./dez. 1976.

<sup>12</sup> Ver a reportagem: **NÓS MULHERES**. Trabalho: direitos da mulher. São Paulo: Associação Nós Mulheres, n. 1, p. 6, jun. 1976.

São muitas as semelhanças entre os dois jornais, principalmente em relação aos conteúdos publicados, como demonstra a pesquisa realizada por Amelinha Teles e Rosalina Leite no livro *Da Guerrilha à Imprensa Feminista: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980)*, que conclui que os temas mais abordados nos dois jornais são os mesmos: custo de vida, inflação, anistia, denúncia de presos políticos e eleições de 1976/1978.

Apesar da aparente similaridade, a abordagem dos jornais muitas vezes era diferente, mesmo ao tratar dos mesmos assuntos. As tensões eram tanto externas, entre os jornais, quanto internas, entre as mulheres que os produziam, o que resultava em conflitos e cisões. A explicação da necessidade e vontade de produzir dois jornais com temáticas tão parecidas em um mesmo período e local pode ser justamente essa tensão provocada por visões diferentes.

As diferenças começam já na criação dos jornais, enquanto o *Brasil Mulher* foi criado com a intenção de divulgar o *Movimento Feminino Pela Anistia*, o jornal *Nós Mulheres* foi criado com a intenção de divulgar o pensamento feminista no Brasil. O corpo editorial do primeiro era formado principalmente por mulheres militantes, muitas ligadas ao PCdoB, enquanto do segundo faziam parte mulheres que haviam recém retornado do exílio, muitas inseridas no ambiente universitário. Segundo Joana Maria Pedro, por conta das críticas que os jornais recebiam, um por ser “pouco feminista” e outro por ser pouco preocupado com a causa democrática, “o jornal *Brasil Mulher* incorporou, progressivamente, temáticas específicas do feminismo, e, desse modo, o *Nós Mulheres*, em vários momentos, reforçou seu comprometimento com a luta pela democracia” (PEDRO, 2006, p. 268).

Portanto, o pensamento feminista não foi homogêneo e mesmo a partir das tensões, conflitos e discussões, foi um impulsionador de movimentos de criação: novos modos de vida, de existência, de subjetividade e de resistência, mudanças que estão registradas nas páginas dos jornais *Nós Mulheres* e *Brasil Mulher*.

Bernardo Kucinski elenca alguns motivos para o fim dos jornais alternativos no Brasil, principalmente a partir da década de 1980. Durante o período de maior repressão e censura, quando os partidos políticos de esquerda foram proibidos e forçados à clandestinidade, os jornais alternativos tornaram-se um espaço de encontro desses grupos, que muitas vezes precisavam conviver com ideais muito diferentes. Com o fim da ditadura, os partidos políticos retomaram suas ações e, inclusive, seus jornais próprios, esvaziando os espaços alternativos criados pelos jornais. Além da competição com os jornais dos partidos políticos, a imprensa alternativa perdeu o monopólio da crítica à ditadura nos momentos finais do regime militar, quando os jornais da grande imprensa passaram também a cobrir esses acontecimentos. Além disso, os periódicos alternativos enfrentavam problemas financeiros e de distribuição, situação

agravada com os ataques a bancas de jornais que os vendiam, principalmente a partir de 1977, o que fez com que jornalheiros deixassem de vender alternativos em suas bancas (KUCINSKI, 2018, p. 173).

Com a abertura, outras formas de ação política ganharam força e os atores sociais passaram a ocupar outros espaços de resistência. Segundo Kucinski, há uma diferença entre a ação política e a ação jornalística que, durante grande parte da ditadura, principalmente na década de 1970, atuaram juntas (2018, p. 72). Entretanto, em outros momentos se anularam, como durante o período da luta armada e após 1980, momentos em que os esforços e financiamentos foram direcionados para outras formas de resistência, para ações políticas que não estavam ligadas à ação jornalística.

A lógica que estava por trás da organização e existência dos jornais alternativos havia mudado com a chegada dos jornais ligados a entidades da sociedade civil, como aos partidos políticos ou outras organizações. O foco deixava de ser o jornalista e sua escrita e passava a ser o pensamento da instituição, limitando o trabalho jornalístico e aderindo às relações de trabalho da grande imprensa. Assim:

O desaparecimento quase total e repentino da imprensa alternativa parece ter sido premonitório, corroborando a tese de que essa imprensa, por estabelecer pontes entre organizações e sociedades, antecipa as grandes transformações. Nesse caso, por raciocínio inverso, podemos entender o próprio surgimento da imprensa alternativa dos anos de 1970 como uma das últimas grandes manifestações da *utopia* do Brasil. Estimulado pelo surgimento da ditadura, mas com direito próprio de existência da história (KUCINSKI, 2018, p. 26).

O fim do jornal *Nós Mulheres* é abordado de forma muito crítica por Maria Quartim que, apesar de ser uma das fundadoras, reconhece os problemas que levaram ao fim. Entre eles, a dificuldade em se tratar de temas que não tinham relação com trabalho ou creches, sem levantar temas que interessavam às mulheres “mesmo sabendo que a leitora estava justamente querendo falar de sua vida sexo-afetiva; enfim, cometia-se o típico equívoco doutrinário” (MORAES, 2017b, p. 70). Então, a multiplicação de assuntos discutidos entre as mulheres e o fato de o jornal não ter acompanhado essa mudança temática do feminismo, é um dos fatores que fez com que o jornal parasse de ser produzido.

Com a contextualização da imprensa alternativa no período da ditadura, é possível continuar a análise proposta por Barros para elementos propriamente dos jornais. A polifonia, por exemplo, busca compreender os diferentes discursos dos textos jornalísticos e os diferentes tipos de linguagens dentro das publicações – escrita e imagética – e, segundo Barros (2019, p. 220) “os jornais são conjuntos polifônicos formados por muitos textos”. Então, para que seja

possível analisar a polifonia é necessário, primeiro, conhecer os personagens por trás da produção dos periódicos como os proprietários ou financiadores, os editores, os jornalistas, os colaboradores, os anunciantes, entre outros que possam ser relevantes para o aspecto discursivo. No caso dos jornais *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*, as reportagens não eram assinadas, portanto não é possível reconhecer os discursos específicos de cada participante ou associar as reportagens a determinadas autoras, mas a partir da biografia dessas mulheres é possível conhecer o posicionamento político que cada uma carregava. Ainda, a partir dos relatos das próprias mulheres é possível conhecer os “rachas” ocorridos durante a história dos periódicos, o que também revela muito sobre as intenções dos jornais e de suas participantes e é uma demonstração das polifonias conflitantes. Além disso, Barros cita algumas formas para a análise da polifonia presente no discurso jornalístico:

A abordagem de documentos que revelem filiações políticas, o pareamento de correspondências trocadas pelos jornalistas, as análises de anunciantes, as investigações sobre os circuitos de sociabilidades frequentados pelos editores – esses e mais outros procedimentos podem ser úteis para situar o jornal em sua polifonia de interesses (BARROS, 2019, p. 202).

Assim, é de extrema importância conhecer as mulheres que produziram esses jornais, quem eram, quais eram os seus posicionamentos, suas formações, suas influências, entre outros, porque “analisar um jornal é pôr-se em contato com uma obra coletiva e polifônica, que pede que apuremos o ouvido para a escuta das diversas vozes que o percorrem” (BARROS, 2019, p. 220).

O jornal *Nós Mulheres*, publicado entre os anos de 1976 e 1978, com oito exemplares, era produzido em São Paulo, publicado pela *Associação de Mulheres* e passaram por sua equipe mais de 100 pessoas, em sua maioria mulheres, como Cynthia Sarti, Mariza Corrêa, Maria Quartim de Moraes, Raquel Moreno, entre tantas outras que, mesmo após o fim do jornal, continuaram pesquisando e produzindo conteúdos relacionados às questões de gênero e ao pensamento feminista.

Segundo Raquel Moreno, idealizadora do jornal, era necessário criar um jornal abertamente feminista:

Marcamos uma reunião em São Paulo. Apresentei todo o material que eu já tinha – uma série de entrevistas, ainda na fita cassete. Fizemos ainda outra reunião maior e aí a Lais chegou com o primeiro número do Brasil Mulher, assinado por Joana Lopes. O editorial declarava: este não é um jornal feminista – é o jornal do Movimento Feminino pela Anistia. Eu achei que continuávamos tendo que lançar um jornal feminista, mas as jornalistas se bandearam para o Brasil Mulher (TELES; LEITE, 2013, p. 166).

Apesar do contratempo, o jornal enfim foi criado no ano de 1976, com o financiamento de Ruth Escobar: é importante, para a análise do jornal, compreender quem foi a mulher responsável pelo financiamento da primeira edição, por isso, destacamos uma breve biografia de Escobar: “Maria Ruth dos Santos Escobar (Porto, Portugal, 1936 - São Paulo, São Paulo, 2017). Atriz e produtora cultural. Uma das notáveis personalidades do teatro brasileiro, empreendedora de muitos projetos culturais especialmente comprometidos com a vanguarda artística” (ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira, 2021). Além disso, utilizou o teatro como forma de manifestação contra a Ditadura militar e participou da fundação do *Comitê da Anistia Internacional*. Ainda, foi eleita deputada estadual duas vezes pelo estado de São Paulo, a primeira de 1983 a 1987 pelo PMDB e a segunda de 1987 a 1991 pelo PDT. Assim, após influências do Ano Internacional da Mulher e seus eventos:

Em 1975, com o Ano Internacional da Mulher, o debate em torno da opressão da mulher começou a crescer. E foi nesse clima de nascente entusiasmo que em maio de 1976, faz um ano, preparávamos o primeiro número de NÓS MULHERES. [...] Um jornal de frente onde coubessem todos os interessados em discutir abertamente a opressão da mulher (NÓS MULHERES, 1977, n. 5, p. 2).

Em entrevista realizada pelo CPDOC, Maria Quartim de Moraes conta que a partir da década de 1970 se tornou “feminista roxa” (MORAES, 2019, p. 26), principalmente em sua segunda vez na França, mas com início já em sua primeira estada. Sua atuação política era feita principalmente por meio de pesquisas, publicações, pela vida acadêmica e, assim, buscava publicar artigos que tratassem do tema das mulheres em jornais dos quais fazia parte. Com certa resistência de alguns, conseguiu publicar artigos de economia no jornal *Movimento* que refletiam sobre a questão das mulheres, principalmente relacionando ao trabalho. Em busca de mais espaço, ajudou a fundar o jornal *Nós Mulheres*, em 1976.

Mesmo o Ano Internacional da Mulher, comemorado em 1975, que possibilitou eventos acerca da realidade da mulher no Brasil e que, inclusive, impulsionou a criação dos jornais *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*, hoje pode ser analisado de forma mais crítica. Segundo Maria, em um dos eventos realizados durante o Ano, o *Encontro Para o Diagnóstico da Mulher*, houve um esforço para que as falas fossem mais “amenas”, para não assustar a Igreja e por conta do contexto autoritário em que viviam. Então, ao final, a mulher foi responsabilizada e culpabilizada por não se envolver com mais força na sociedade:

Elas são tratadas como um bando de ignorantes que precisam ser estimuladas e romperem com os “grilhões” e, assim, poderem “surgir como companheiras em

igualdade de condição” aos homens. Não existe opressão específica da mulher: trata-se apenas do subdesenvolvimento feminino que pode ser rompido pelo esclarecimento que tornará a mulher apta a... torna-se um homem. O esclarecimento, será obtido através de instrumentos especiais (os departamentos femininos) concebidos como forma de tornar acessível às menos preparadas (as mulheres) o universo masculino (MORAES, 2017b, p. 51).

Com muita ironia, Maria demonstra que mesmo o momento que inspirou muitas mulheres a dar início a projetos feministas no Brasil foi realizado com pensamentos machistas e de desvalorização das mulheres e das ações femininas que já existiam no Brasil. Mas foi a vontade de continuar a fazer ou a vontade de fazer diferente que originou os jornais. Entretanto, o jornal *Brasil Mulher* não se declarou feminista em seu início como o jornal *Nós Mulheres*, “vai ser feminista em 1975 e veja como é que era. Nós éramos o único grupo que se dizia feminista. O resto era movimento de mulheres, grupo feminino. Feminista, não” (MORAES, 2019, p. 27).

Com essa fala é possível perceber uma disputa narrativa dentro da história do feminismo no Brasil, onde um grupo tenta reafirmar sua posição e importância em detrimento de outros grupos, o que também é revelador em relação às disputas entre os dois jornais. Como é demonstrado na presente pesquisa, em diferentes momentos e entrevistas esses conflitos são evidenciados. Diferente da fala de 2019, em entrevista no ano de 2021, Maria Quartim afirma que o grupo *Nós Mulheres* foi o **primeiro** grupo feminista no Brasil, substituindo a ideia de que era o **único** (TEGA, 2021, p. 214), uma mudança de percepção sutil, mas muito interessante.

Maria também aborda a dificuldade de se entender como parte das mulheres oprimidas, mesmo se posicionando como feminista. Acostumadas a escrever sobre a realidade de outras mulheres, com reportagens sobre a mulher operária, moradora das periferias de São Paulo, esqueciam que também faziam parte dessa categoria e que, por mais que suas classes sociais refletissem em opressões diferentes, também eram afetadas pela organização patriarcal do Brasil. Com isso, sentia-se também certa resistência em colocar em prática as teorias feministas, já que no jornal escreviam para outras mulheres, sem se sentirem pertencentes. Então, a partir de uma reportagem sobre o aborto, mudaram a visão acerca do que elas mesmas escreviam, percebendo que também faziam parte daquela realidade:

Alguém argumentou que já não aguentava mais ficar ouvindo que nossas reivindicações não eram importantes e, então, ficar imaginando que as mulheres pobres (as católicas, inclusive) não fazem abortos. Vamos enfrentar o fato de que a maioria entre nós já fez ao menos um aborto, transformando a questão em algo realmente significativo. E, assim, fizemos também um aprendizado (anônimo) de como as questões reais terminam se impondo na prática e da importância em saber enfrentá-las (MORAES, 2017b, p. 69).

Já o jornal *Brasil Mulher*, publicado entre os anos de 1975 e 1980, produziu 20 edições, contando com as edições extras. À frente de suas publicações iniciais estavam Joana Lopes, jornalista, e Terezinha Zerbini, uma das responsáveis pelo *Movimento Feminino Pela Anistia*. Ao longo das publicações, passaram pela equipe do jornal aproximadamente 200 pessoas, em sua maioria mulheres.

Lopes residia em Londrina e, por isso, inicialmente o jornal era escrito lá, mas impresso em São Paulo, segundo Zerbini “estava em Londrina; ela morava em Londrina. [...] o jornal foi rodado aqui, em Pinheiros, na rua [Virgílio Carvalho Pinto]. A Joana mandou o boneco final do jornal lá de Londrina” (TELES; LEITE, 2013, p. 137). Sobre o número zero do jornal, Joana Lopes comenta que, apesar de existirem outras mulheres no projeto da criação do jornal, todo o processo foi feito por ela:

Joana Lopes imprime neste número zero a sua marca pessoal. Ela conta que mesmo elaborando o projeto do jornal em diálogo com outras mulheres produziu o número zero do *Brasil Mulher* sozinha. Desde a definição da pauta à redação das matérias – que se resumem, na sua maioria, à compilação de textos já publicados – passando pela edição, diagramação, impressão e o traslado do jornal até São Paulo (DEBÉRTOLIS, 2002, p. 59).

Diferente de *Nós Mulheres*, o *Brasil Mulher* não se autointitulava feminista desde sua primeira publicação, entretanto, seu discurso e reivindicações apresentavam características do pensamento feminista. Segundo Juliana Sagato Tamião (2009, p. 26), o jornal passa por dois “rachas”: o primeiro com a saída de Zerbini por não concordar com a postura feminista e falta de protagonismo da temática da anistia, e o segundo com a saída de Lopes. Segundo a própria Zerbini, a sua saída do jornal ocorreu por causa do feminismo:

E o meu rompimento com ela, com o jornal, se deu pelo seguinte. Ela disse: Olha, as feministas tem razão! Então, o primeiro entrevero que eu tive, o primeiro entrevero foi com as feministas, porque elas queriam dizer que o Movimento Feminino pela Anistia era um Movimento Feminista. Eu digo não. Para as feministas, eu te digo, não, não. O Movimento Feminino é o movimento da mulher cristã, que luta pelos direitos de cidadania, não tem nada de feminista (TELES; LEITE, 2013, p. 137). Então eu rompi, pois não foi para isso que eu entrei no movimento; eu não me dispus a fazer um jornal feminista. [...] Que eu não vou ficar vendo coisas que não concordo, lutando contra a ditadura, e elas querendo fazer briga de mulher contra homem. Quer dizer: eu não sou por um jornal feminista; sou a favor de um jornal pela cidadania (TELES; LEITE, 2013, p. 138).

Assim como o jornal *Nós Mulheres*, o *Brasil Mulher*, com seu início em 1975, foi muito influenciado pelos eventos do Ano Internacional da Mulher e pelo *Movimento Feminino Pela Anistia*, como é possível observar no editorial do jornal número 1:

Dezembro de 1975. Aqui termina o Ano Internacional da Mulher que, embora findo, não deve delimitar o empenho de homens e mulheres em prol da emancipação feminina e a daqueles que se encontram mutilados por qualquer forma de discriminação.

Fogos de artifício e propostas concretamente libertadoras surgiram nas conferências, simpósios, entrevistas, reuniões privadas ou públicas no Brasil e no exterior. A nossa sociedade, saturada pelas contradições que cria, promoveu este Ano com a finalidade de “dar à mulher uma oportunidade” para debater seus problemas [...].

O Brasil Mulher situa-se entre os que assumem a posição atualmente incômoda de discutir, informar, debater ideias e tenta em seu número 1 e último deste Ano Internacional da Mulher, apesar da modesta tiragem de 5.000 exemplares – contribuir para elevar o nível cultural e de informação das mulheres que nos lêem (BRASIL MULHER, 1975, n. 1, p. 2).

Apesar das similaridades com os conteúdos publicados pelo jornal *Nós Mulheres*, principalmente após a saída de Zerbini e o posicionamento mais enfático do jornal como feminista, as mulheres do *Brasil Mulher* consideravam que suas “concorrentes” não atuavam tão diretamente com outras formas de ação política, como relata Vera Soares:

Olha, acho que o que diferenciava nós do *Brasil Mulher* era a política, porque éramos mais militantes... do que as mulheres do *Nós Mulheres*. O fato de sermos pessoas organizadas politicamente, pertencíamos a diversas organizações político-partidárias, isso refletia nas nossas brigas internas e na relação com o *Nós Mulher* e com o movimento de mulheres. No caso do *BM*, todas nós tínhamos uma grande disponibilidade de participar das atividades na periferia. Coisa que eu acho que o pessoal do *Nós Mulheres* não tinha tanto. [...] As mulheres do *Nós Mulheres* também participavam do movimento de mulheres, mas acho que mais como imprensa... tinham uma militância menor junto aos grupos de periferia (TELES; LEITE, 2013, p. 156-157).

De fato, grande parte das mulheres que participavam do *Brasil Mulher* havia participado de outras formas de ação política e de partidos políticos, inclusive passando por prisões e torturas – algumas narram que foi na prisão que refletiram e perceberam as desigualdades de gênero – e, mesmo depois que iniciaram seus trabalhos dentro do jornal, continuaram filiadas a partidos políticos e ainda faziam parte de outras organizações da esquerda. As mulheres do jornal *Nós Mulheres* também haviam participado de partidos e organizações de esquerda, inclusive na luta armada, mas muitas se conheceram no exílio, tendo uma experiência muito diferente do outro grupo. Entretanto, enquanto as mulheres do *Brasil Mulher* entendiam como positiva essa relação entre o jornal e suas outras práticas políticas, Maria Quartim Moraes, do jornal *Nós Mulheres*, entendia que a relação um pouco mais distante entre o seu jornal e os partidos políticos rompia com “a tutela de grupos e tendências políticas” (TELES; LEITE, 2013, p. 170). Apesar das divergências, os jornais divulgavam um ao outro e chegaram a realizar eventos em conjunto.

Em seguida, percorreremos as seções temáticas e conteúdos publicados pelos jornais. Por se tratarem de jornais alternativos em constante mudança, conflitos e “rachas” internos, as seções temáticas não mantêm um padrão em todas as edições publicadas. Apesar disso, os dois jornais possuem conteúdos mais recorrentes, que revelam muito sobre o propósito dos dois periódicos: o tema central são as mulheres e, a partir disso, os conteúdos com maior frequência são relacionados ao trabalho e ao custo de vida. É importante considerar também que os discursos das publicações são com frequência uma união entre informação e opinião, o que tem ainda mais força em jornais alternativos, que apresentam uma linguagem muito clara de resistência e denúncia.

Apesar da dificuldade com a questão visual, o jornal *Nós Mulheres* apresentava uma capa, muitas fotografias e, ainda, charges e tirinhas, além de algumas edições com capas vermelhas. Sobre o conteúdo, o jornal era dividido em seções, mesmo que elas não fossem sempre as mesmas em todas as edições. Algumas das seções mais recorrentes são: *daqui e dali* que apresentava notícias nacionais e internacionais sobre mulheres e suas lutas; *bate papo*, que publicava entrevistas; cartas publicadas das leitoras e leitores do jornal; *retalhos*, seção com textos pequenos que envolviam vários assuntos. Entretanto a maior parte das publicações dentro do jornal não estava inserida em uma seção temática. Apesar disso, é possível perceber que um dos temas mais importantes e recorrentes dentro do jornal é o trabalho feminino, contando com reportagens extensas, entrevistas e fotografias.

Em relação ao *Brasil Mulher*, o foco principal do jornal sempre foi a anistia e o *Movimento Feminino pela Anistia*, mesmo depois da saída de Zerbini. O tema, inclusive, recebia uma seção temática específica, presente em várias edições. Além disso, outras seções eram recorrentes: *os fatos estão aí*, que apresentava pequenas notícias de questões relacionadas às mulheres no mundo; *arte comunicação*; *rosa dos ventos*, que também trazia assuntos sobre mulheres no âmbito internacional, entretanto eram reportagens maiores do que as da seção *os fatos estão aí*; as cartas recebidas, abrindo espaço para o diálogo com as leitoras; *educação*; entre outras seções que não eram tão constantes dentro do jornal.

Outros três aspectos que compõem a análise são: a recepção, a publicização e a periodicidade. Em relação ao último, é importante destacar que os dois jornais, principalmente o *Nós Mulheres*, não tinham a possibilidade de publicar muitas edições por ano e tinham dificuldade em seguir uma periodicidade bem definida, ou seja, suas edições não estão espaçadas temporalmente de forma ordenada, havendo anos com mais ou menos publicações. Organizando por ano, o jornal *Brasil Mulher* em 1975, seu primeiro ano, publicou 2 edições. No ano seguinte, aumentou para 5 e o jornal *Nós Mulheres*, em seu primeiro ano, publicou 3.

Nos anos seguintes: 1977, *BM* com 5 e *NM* com 3; 1978, *BM* com 4 e *NM* com 2 (último ano do jornal); e 1979 *BM* com 3 publicações. Já sobre a publicização, por serem jornais alternativos, as tiragens eram menores e sua distribuição era feita, normalmente, pelas próprias participantes dos jornais que os levavam até os clubes de mães, de bairros, sindicatos, partidos políticos, entre outros.

Sobre a distribuição de jornais alternativos, Bernardo Kucinski relata a dificuldade logística e financeira que os periódicos viviam. O valor para sua distribuição nacional era elevado e consumia uma grande fatia dos valores arrecadados com as vendas e, além disso, principalmente a partir de 1977, as vendas por meio das bancas de jornais foi impedida por conta dos ataques à bomba que os jornaleiros estavam sofrendo por distribuírem jornais alternativos. Assim, como o projeto dos alternativos era nacional e importava para eles que seus escritos se espalhassem pelo território brasileiro, perdiam grande parte da receita para alcançarem esse objetivo. Exceção a esse problema eram os poucos jornais que possuíam tiragens maiores do que o mínimo para distribuição nacional, conseguindo equilibrar a vida financeira do jornal, mas “os demais sofriam prejuízo pelo privilégio de uma presença nacional em banca, o que aponta para a natureza política e não mercantil desses projetos” (KUCINSKI, 2018, p. 16).

Em relação à distribuição do jornal *Brasil Mulher*, assim como o *Nós Mulheres*, havia um esforço em distribuir exemplares em diferentes lugares. Segundo Amelinha Teles, ela, sozinha, chegou a distribuir e vender mais de 750 exemplares de uma edição, entregando em universidades, grupos de movimentos sociais, associações e em outros estados (TELES; LEITE, 2013, p. 145). Além disso, a partir da edição número seis, de 1976, o jornal *Brasil Mulher* passou a divulgar o nome e endereço de lugares que distribuía exemplares, principalmente livrarias, espalhadas por diferentes cidades do Brasil e, ao longo dos anos, a lista de lugares cresceu. No caso do *Nós Mulheres*, Maria Quartim afirma que os exemplares eram enviados, por exemplo, para Paris, onde eram vendidos, e eram distribuídos em clubes de mães e associações de donas de casa (TEGA, 2019, p. 212-214).

Apesar da baixa tiragem e da distribuição “manual” do *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*, seus exemplares não ficaram limitados ao território do estado de São Paulo, o que é possível perceber através das cartas recebidas e publicadas em suas páginas. Ainda a partir das cartas é possível analisar a questão da recepção, destacando quem eram as leitoras e onde estavam. Sobre a recepção, Barros ressalta algumas formas de análise:

Os historiadores podem surpreender a composição do público leitor de um jornal através de cartas que este recebe, sem contar que muitos periódicos mantêm uma página ou sessão de diálogos publicizado com os leitores. [...] Além disso, podemos encontrar indícios sobre a recepção dos jornais em outros textos da época, como nas crônicas que relatam o dia a dia de uma cidade, ou como os romances ficcionais que, de maneira explícita ou encoberta, sempre abordam questões bem reais. Correspondências particulares e públicas também costumam falar dos jornais e podem permitir indicações de público. Outros caminhos ainda são importantes, como consulta às listas de assinantes (BARROS, 2019, p. 219).

Nesse caso, surge a possibilidade de utilizar para análise da recepção as cartas publicadas, que serão analisadas no capítulo dois, entrevistas e textos autobiográficos das participantes dos dois jornais e, também, os comentários feitos no *Nós Mulheres* sobre o *Brasil Mulher* e vice e versa – o que também revela muito sobre os conflitos entre os jornais e como as mulheres lidavam com essa questão. A utilização de outras fontes para complementar a análise dos jornais, como as entrevistas mencionadas, também é uma forma de acesso aos “bastidores” da produção jornalística, com informações que não estão presentes nas páginas dos jornais.

A partir do editorial número 5 é possível extrair informações sobre o surgimento do jornal *Nós Mulheres*, como, por exemplo, que este era o primeiro jornal criado por essas mulheres e que, desde o seu início, tinha a intenção de ser um jornal feminista. É possível perceber que tinha como objetivo atingir um público amplo: "fazer um jornal para a mulher trabalhadora, a mãe e dona-de-casa da periferia de São Paulo; para a estudante, a profissional, a intelectual" (NÓS MULHERES, n. 5, 1977, p. 2), para, assim, diversificar o debate. Além disso, trata sobre as dificuldades que um jornal feminista enfrentava na época, seja pela falta de financiamento, seja pela falta de liberdade de expressão imposta pelo regime autoritário ou ainda pela dificuldade em se discutir temas relacionados às mulheres e ao feminismo no contexto em que o Brasil se apresentava, mas, apesar de todas as dificuldades, entendiam a importância de seguir com esse projeto já que "enquanto houver uma mulher oprimida, não haverá liberdade" (NÓS MULHERES, n. 5, 1977, p. 2).

Segundo Natália Bastos, o público do jornal era, em sua maioria, “mulheres ligadas a movimentos sociais e políticos e estudantes universitárias, em sua maioria representantes da classe média dos grandes centros urbanos” (BASTOS, 2007, p. 100); a baixa tiragem dos exemplares (devido, também, ao financiamento insuficiente que recebiam) e o modo como era distribuído (passado, principalmente, entre militantes da esquerda) pode ser um dos motivos para o público ser tão restrito (BASTOS, 2007, p. 100). Entretanto, segundo as próprias militantes responsáveis pelo jornal, havia um esforço para distribuir os jornais também nas periferias, nos clubes de mães, nas associações de bairros, “um lote ia para a zona leste [de São

Paulo], para ser distribuído à Associação das Donas de Casa e seus arredores” (TELLES; LEITE, 2013, p. 166). A partir das cartas dos leitores, publicadas nas páginas dos jornais, é possível perceber que o jornal chegava a outros estados brasileiros e, inclusive, outros países. Um exemplo de carta internacional está presente na publicação número três do jornal *Nós Mulheres*, de novembro/dezembro de 1976, em que foi publicada uma carta de uma leitora do Canadá, que considera importante a luta feminista para que a sociedade passe a compreender a mulher como um ser humano autônomo e finaliza afirmando que “é bom saber que o movimento feminista já chegou ao Brasil” (*NÓS MULHERES*, 1976, n. 3, p. 14).

Apesar de a maioria das cartas publicadas serem de mulheres, haviam também homens leitores que participavam dos debates propostos pelo jornal, tanto a favor quanto contra, como a carta recebida de um preso político, Altino Rodrigues Dantas Júnior, que elogia a maturidade e importância do jornal ao mesmo tempo que faz uma crítica a outras práticas feministas no Brasil. Interessante ressaltar que sua carta é publicada no jornal sem que haja qualquer reflexão ou discordância ao seu menosprezo por parte do movimento feminista:

**Brasil Mulher** é hoje um jornal definido, se situando ao lado da mulher trabalhadora, que sofre como o homem a exploração e, mais do que o homem, é vítima de todos os preconceitos que a ideologia dominante impõe a toda a sociedade. Ao invés de um feminismo sem sentido e muitas vezes até ridículo, **Brasil Mulher** procurou se unir às mulheres que possuem motivos para lutar por uma sociedade mais justa (*BRASIL MULHER*, 1978, n. 14, p. 14).

Então, restam a materialidade, os meios de impressão, o lugar de impressão e o lugar de produção. Primeiramente, é preciso destacar a diferença entre os dois últimos, o lugar de impressão e o lugar de produção. O lugar de produção é o contexto em que a produção do jornal está inserida, considerando os aspectos sociais, econômicos e culturais, enquanto o lugar de impressão se refere ao local físico em que o jornal é impresso (BARROS, 2019, p. 249). O jornal *Nós Mulheres* iniciou sua trajetória com a redação e a administração com sede em um porão no bairro Pinheiros<sup>13</sup>, em São Paulo, permanecendo nesse endereço até a edição número 4, em 1977, quando foi publicada uma nota sobre a mudança de endereço para a Vila Madalena<sup>14</sup>. Já a impressão das seis primeiras edições foi realizada pela Empresa Jornalística AFA<sup>15</sup>, também em São Paulo, enquanto as duas últimas publicações, de março e junho de 1978, foram impressas pela PAT Publicações e Assistência Técnica LTDA<sup>16</sup>.

<sup>13</sup> Rua Capote Valente, 376, Pinheiros, São Paulo.

<sup>14</sup> Rua Fidalga, 548, sala 26, Vila Madalena, São Paulo.

<sup>15</sup> Avenida Liberdade, 704, São Paulo.

<sup>16</sup> Rua Doutor Virgílio de Carvalho Pinto, 412, São Paulo.

Já o jornal *Brasil Mulher* apresenta seu endereço em Londrina<sup>17</sup> nas primeiras edições, mas a impressão do material variou: na primeira edição, a número zero, foi informado que o alternativo foi “composto e impresso” no espaço do jornal *Folha de Londrina*, onde Joana Lopes trabalhava; na número um a impressão foi feita em São Paulo, pela mesma empresa responsável pelas últimas edições do jornal *Nós Mulheres*, a PAT Publicações e Assistência LTDA<sup>18</sup>; enquanto nas edições de número dois a cinco, todas de 1976, passaram a ser impressas em Londrina, pela Editora Tibagi LTDA<sup>19</sup>. No número cinco, o editorial tratou sobre o crescimento do jornal e a necessidade de uma sede em São Paulo para a redação, sob responsabilidade da *Sociedade Brasil Mulher*, também de São Paulo. Então, a partir da edição número seis, o endereço de Londrina permaneceu no jornal, mas foi adicionado um endereço em São Paulo<sup>20</sup>, definido como uma sucursal, e o estabelecimento responsável pela impressão apenas com as informações “Diários Associados, São Paulo”, sem endereço. Em dezembro de 1977, número 10, o endereço de Londrina não foi publicado, apenas sendo informado que existia uma sede na cidade, e o endereço de São Paulo<sup>21</sup> foi alterado. A partir de março de 1978, número 11, Londrina foi substituída por São Paulo como sede, e a impressão passou a ser feita pela Editora AFA LTDA, que no jornal *Nós Mulheres* foi publicada com o nome Empresa Jornalística AFA (apesar dos nomes diferentes, as duas apresentavam o mesmo endereço). Na edição seguinte, de maio de 1978, foi acrescentado o endereço da sede da *Sociedade Brasil Mulher* do Rio de Janeiro<sup>22</sup>. Em junho de 1978 o endereço de São Paulo é alterado para a Vila Madalena<sup>23</sup>, mesmo endereço das cinco últimas publicações do jornal *Nós Mulheres*, mas em uma sala diferente – vale ressaltar que no momento em que o *Brasil Mulher* é publicado com essa mudança de endereço, o jornal *Nós Mulheres* havia recém publicado sua última edição.

A publicação dos endereços tanto das sedes dos jornais (ou da associação a qual pertenciam) quanto dos responsáveis por suas impressões, é uma das suas diferenças para os jornais clandestinos. Os jornais *Nós Mulheres* e *Brasil Mulher*, apesar de estarem sujeitos à censura e perseguições e de não fazerem parte dos jornais entendidos como da grande imprensa,

<sup>17</sup> Avenida Inglaterra, 665, Londrina.

<sup>18</sup> Sobre o espaço, visitar o verbete do Memorial da Resistência: [http://memorialdaresistencia.org.br/lugares/publicacoes-e-assistencia-tecnica-ltda-pat/?perpage=36&order=ASC&orderby=date&taxquery%5B0%5D%5Btaxonomy%5D=tnc\\_tax\\_10337&taxquery%5B0%5D%5Bterms%5D%5B0%5D=432&taxquery%5B0%5D%5Bcompare%5D=IN&pos=0&source\\_list=term&ref=%2Fclassificacao-de-lugar%2Fgrafica%2F](http://memorialdaresistencia.org.br/lugares/publicacoes-e-assistencia-tecnica-ltda-pat/?perpage=36&order=ASC&orderby=date&taxquery%5B0%5D%5Btaxonomy%5D=tnc_tax_10337&taxquery%5B0%5D%5Bterms%5D%5B0%5D=432&taxquery%5B0%5D%5Bcompare%5D=IN&pos=0&source_list=term&ref=%2Fclassificacao-de-lugar%2Fgrafica%2F)

<sup>19</sup> Avenida Tiradentes, 1280, Londrina.

<sup>20</sup> Rua Oscar Freire, 1607, apartamento 2, São Paulo.

<sup>21</sup> Rua Arthur Prado, 637, Paraíso, São Paulo.

<sup>22</sup> Avenida Rui Barbosa, 762, Rio de Janeiro.

<sup>23</sup> Rua Fidalga, 548, sala 16, Vila Madalena, São Paulo.

possuíam uma sede oficial com endereço que era divulgado em suas páginas e a impressão do periódico não era feita de forma “artesanal”.

Sobre a materialidade e os meios de impressão, estão mais relacionados aos aspectos físicos do jornal e às questões que afetam essa produção. Por exemplo, a materialidade e meios de produção são diretamente afetados pela criação da imprensa e avanços tecnológicos relacionados, a alfabetização da população e a produção de papel. É importante considerar também que conforme a imprensa foi se aperfeiçoando, o custo para a impressão diminuiu, o que impactou o preço do periódico, a tiragem, a quantidade de leitores, enfim, os avanços tecnológicos são de extrema importância para a compreensão da imprensa e do papel do jornal na sociedade. Segundo Barros:

Barato, periódico, socialmente penetrante, formador de um hábito de consumo, fácil de manusear e descartável – o jornal rapidamente ganhou as massas, armou-se de suas máquinas e se revestiu de seus papéis, pronto para se tornar parte do cotidiano da vida citadina e um dos seus símbolos mais imediatos (BARROS, 2019, p. 187).

Claro que é preciso considerar que os jornais alternativos não tinham acesso às mesmas tecnologias e financiamentos que os jornais entendidos como oficiais e é possível perceber isso tanto pela tiragem menor, quanto pelo preço maior. Renata Villas Boas, militante feminista responsável pela diagramação do jornal, comenta sobre as dificuldades da produção material do jornal:

No *Nós Mulheres* assumi a função de diagramadora do jornal por ser uma das poucas que tinha alguma experiência em trabalhos de programação visual. A colaboração da equipe do jornal *Versus* foi fundamental para viabilizar a produção gráfica pobre, improvisada, feita com pouquíssimos recursos e que dependia da colaboração voluntária de ilustradores e de outros profissionais. Na verdade, cada número do jornal era “um parto”, sempre comemorado, mas que gerava para todas um enorme desgaste que foi se acentuando com o tempo (TELES; LEITE, 2013, p. 173).

Para um exercício de comparação, em 1976, ano da primeira edição do jornal *Nós Mulheres*, dois jornais também de São Paulo, mas da imprensa tradicional, a *Folha de São Paulo* e o *Estado de São Paulo*, custavam 2,00 cruzeiros, enquanto o *Nós Mulheres* e o *Brasil Mulher* custavam 5,00 cruzeiros. Já no ano da última edição do *Nós Mulheres*, 1978, a *Folha de São Paulo* custava 6,00 cruzeiros, o *Estado de São Paulo* custava 5,00, enquanto os dois jornais alternativos custavam 8,00 – um aumento considerável em poucos anos, o que também revela muito sobre a economia do período. Em relação à tiragem, na década de 1970, alguns jornais chegavam à quantidade de 200 mil exemplares diários, como é o caso do jornal *O Globo*

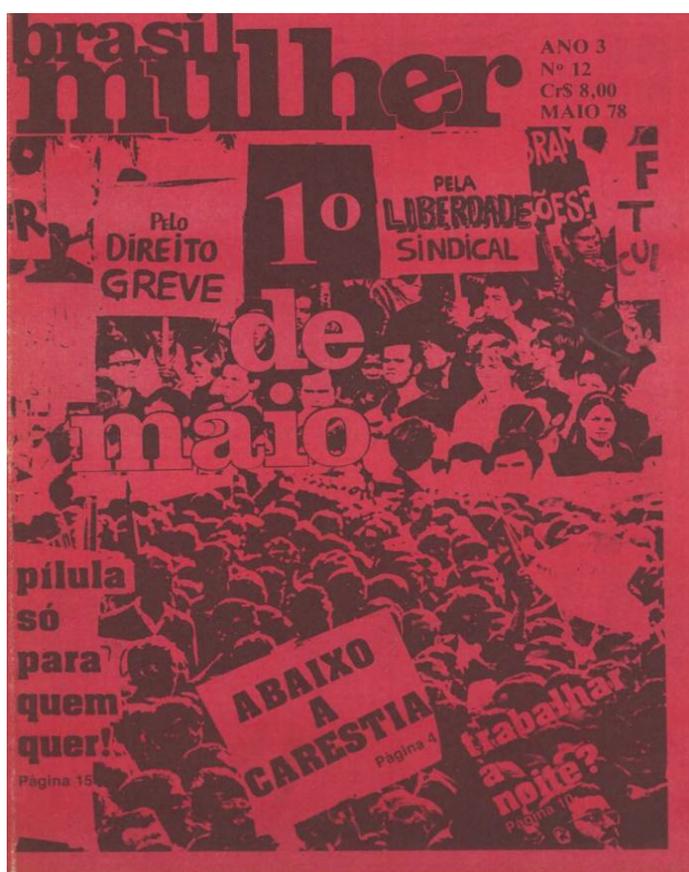
(BARBOSA, 2007, p. 198), enquanto os jornais alternativos chegavam a 10 mil (TELES; LEITE, 2013, p. 142), no caso do jornal *Brasil Mulher*.

Sobre os aspectos materiais, os dois jornais foram produzidos em formato de tabloide:

Ambos os jornais eram editados em formato de tabloide, em preto e branco, o que era bastante comum na imprensa alternativa, um tipo de imprensa reconhecida como democrática e de oposição ao governo militar. Era chamada também de imprensa nanica, devido ao formato menor de suas publicações, se comparadas às da imprensa tradicional (TELES; LEITE, 2013, p. 59).

Os dois jornais usavam muitas fotografias e desenhos em suas edições e, em sua maioria, as edições eram impressas em preto e branco, entretanto algumas publicações contaram com cores: no jornal *Brasil Mulher*, que vem abaixo, a edição número 12, de maio de 1978, apresenta uma capa inteira em vermelho e preto, algo muito chamativo e impactante para o leitor, com o título “1º de maio” e uma imagem de manifestações com cartazes que dizem “pela liberdade sindical” e “pelo direito greve”.

Figura 1 – Capa do jornal *Brasil Mulher*, 1978, n. 12.

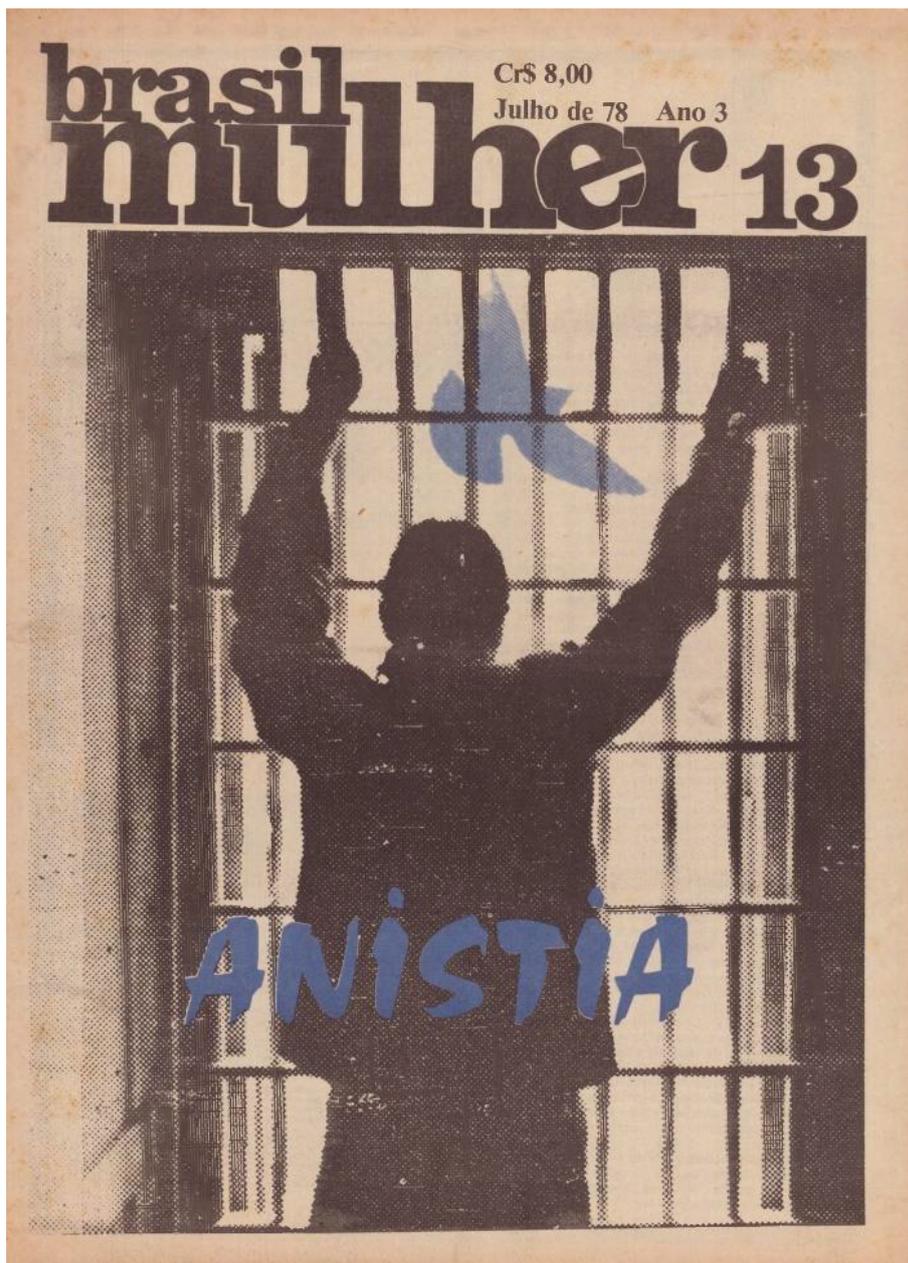


Fonte: Acervo Centro Sérgio Buarque de Holanda<sup>24</sup>

<sup>24</sup> Disponível em: <https://acervo.fpabramo.org.br/index.php/jornal-brasil-mulher-7>. Acesso em: 14 ago. 2020.

Como visto abaixo, na edição número 13, de julho de 1978, a imagem da capa é de uma pessoa de costas dentro de uma cela de prisão e o título diz “Anistia”, apesar de a fotografia e todo o resto da publicação estarem em preto e branco, a palavra anistia e o desenho de um pássaro livre, para fora das grades, estão em azul, algo muito chamativo considerando o histórico de publicações em preto e branco.

Figura 2 – Capa do jornal *Brasil Mulher*, 1978, n. 13.

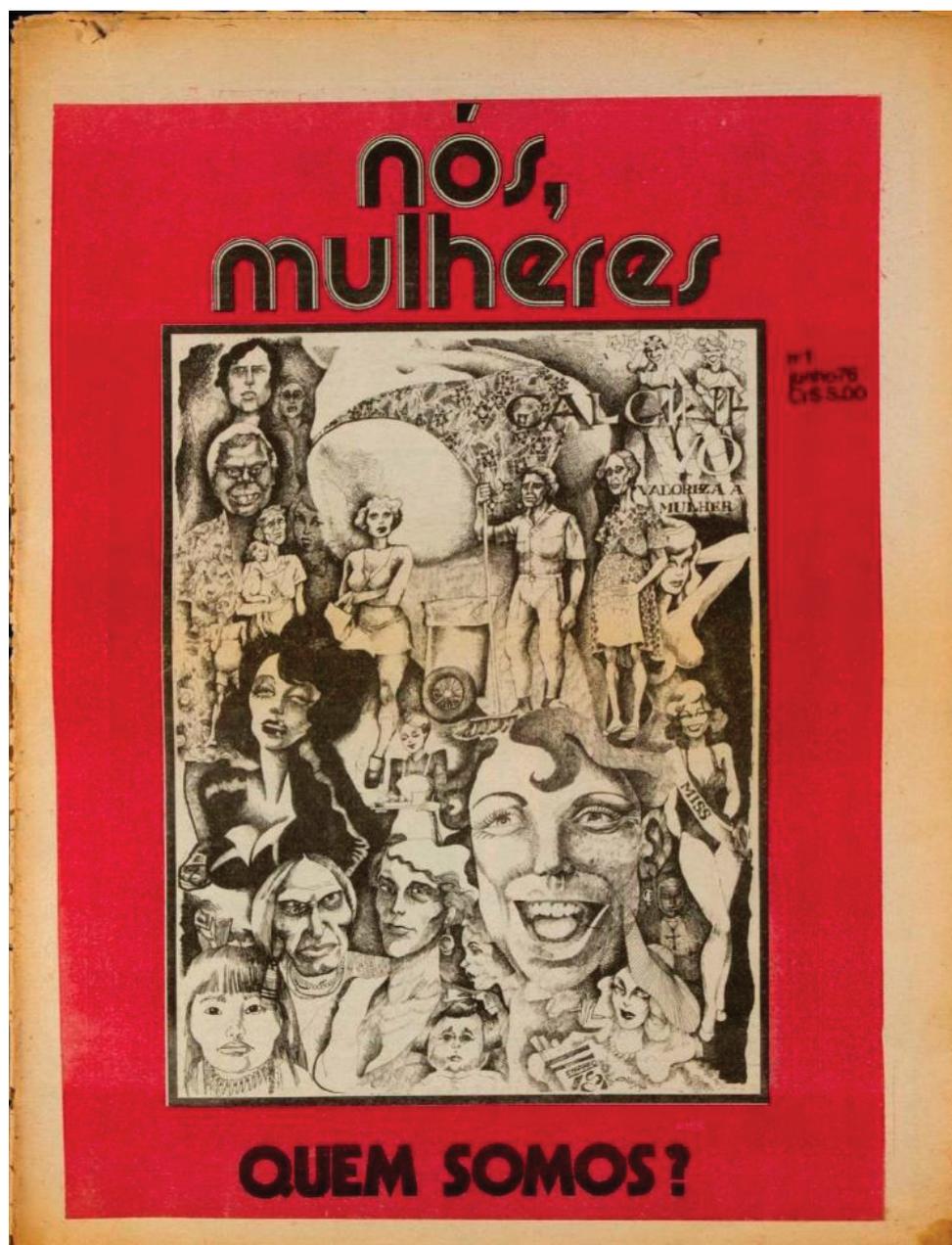


Fonte: Acervo Centro Sérgio Buarque de Holanda<sup>25</sup>

<sup>25</sup> Disponível em: <https://acervo.fpabramo.org.br/index.php/jornal-brasil-mulher-7>. Acesso em: 14 ago. 2020.

O jornal *Nós Mulheres* também apresenta um histórico de publicações em preto e branco, entretanto a primeira edição do jornal apresenta uma capa com um desenho de várias mulheres diferentes e uma “moldura” vermelha, com o título do jornal e a frase “quem somos?”.

Figura 3 – Capa do jornal *Nós Mulheres*, 1976, n. 1.



Fonte: Acervo Fundação Carlos Chagas<sup>26</sup>

<sup>26</sup> Disponível em: <https://www.fcc.org.br/conteudos especiais/nosmulheres/>. Acesso em: 14 ago. 2020.

Em sua edição número 7, de março de 1978, há novamente o uso da cor vermelha na capa, dessa vez como fundo para uma imagem de “livre interpretação do quadro de Delacroix, a liberdade guiando o povo” e com o título “as mulheres em busca da liberdade”.

Figura 4 – Capa do jornal *Nós Mulheres*, 1978, n. 7.



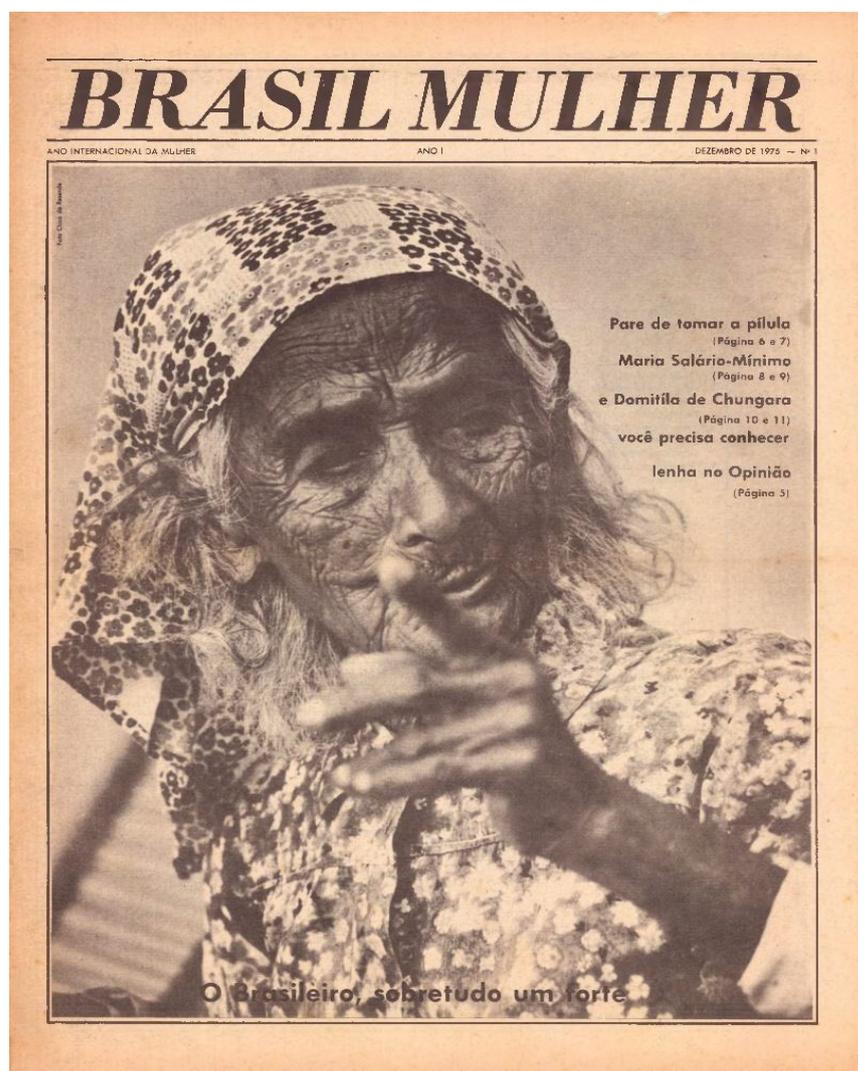
Fonte: Acervo Fundação Carlos Chagas<sup>27</sup>

Além da escolha por utilizar cores em algumas das edições (muito provavelmente também relacionado à possibilidade momentânea dessa utilização), as fotografias escolhidas para compor as páginas dos jornais serviam não apenas para informar ou ilustrar, mas também

<sup>27</sup> Disponível em: <https://www.fcc.org.br/conteudos especiais/nosmulheres/>. Acesso em: 14 ago. 2020.

para provocar emoções, para comover, fazer rir ou então indignar. Segundo Barros (2019, p. 189), essas são estratégias utilizadas pelos jornalistas e que também precisam ser decifradas pelos historiadores. As imagens das capas dos dois jornais são sempre muito chamativas, mas no interior dos mesmos também haviam imagens variadas: fotografias, desenhos, tirinhas e charges. Um exemplo é a fotografia da capa da edição número 1 do jornal *Brasil Mulher* que apresenta uma senhora com a legenda “o brasileiro, sobre tudo um forte” e na última página mais uma fotografia da mesma senhora, dessa vez com a legenda “D. Gumercinda: ouve, fala e pensa, 113 anos de Brasil”. No caso, são imagens esteticamente fortes e com frases que pretendem gerar uma reflexão acerca do que vai ser apresentado dentro do jornal, seu conteúdo que muitas vezes não é tão prazeroso.

Figura 5 – Capa do jornal *Brasil Mulher*, 1975.



Fonte: Acervo Sérgio Buarque de Holanda<sup>28</sup>

<sup>28</sup> Disponível em: <https://acervo.fpabramo.org.br/index.php/jornal-brasil-mulher-7>. Acesso em: 14 ago. 2020.

Por fim, a questão da concorrência, visto que os jornais se relacionam com os seus leitores e suas leitoras, mas também com os demais jornais em circulação, principalmente os que são concorrentes mais diretos, que disputam o mesmo público leitor. Em relação aos jornais alternativos, apesar de estarem inseridos em um contexto capitalista e precisarem de dinheiro para manter suas publicações, a intenção maior era a de divulgar uma ideia e não de obter lucro – tanto é que em muitos casos as próprias responsáveis pelos jornais pagavam para produzir uma edição quando não conseguiam financiamento suficiente. Então, a dinâmica das relações entre os jornais alternativos é muito diferente da dinâmica entre os jornais tradicionais.

Um exemplo disso é que, mesmo o jornal *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres* disputando o mesmo público, já que o tema central dos jornais, as mulheres, é o mesmo, não havia uma disputa por espaço. Os jornais podiam discordar entre si, mas ao mesmo tempo um divulgava o outro em suas páginas. Por exemplo, na primeira edição do jornal *Nós Mulheres* há uma nota agradecendo pela divulgação que outros jornais, como o *Versus*, haviam feito. Ou também na sétima edição do jornal *Brasil Mulher* em que há um espaço reservado para a divulgação de vários jornais alternativos, inclusive o *Nós Mulheres*. Então, esses jornais foram publicados no mesmo período e localidade e com conteúdos muito parecidos, mas não devem ser entendidos como concorrentes, já que essa não era a dinâmica proposta pelos jornais alternativos, mas devem, sim, ser entendidos como complementares (KUCINSKI, 2018, p. 83).

A partir das propostas metodológicas de Barros para pesquisa em periódicos, inicia-se uma análise mais específica de cada um dos jornais para, então, com o auxílio das informações levantadas no presente capítulo, iniciar a análise dos jornais por meio do estudo dos mecanismos que produzem uma ordem do discurso.

### 3. O FEMINISMO E A RESISTÊNCIA

Segundo Michel Foucault (1995, p. 242), *poder* se caracteriza por uma ação de uns sobre outros, ou seja, “o poder só existe em ato, mesmo que, é claro, se inscreva num campo de possibilidade esparso que se apoia sobre estruturas permanentes”. Então, o poder existe no momento da ação de um indivíduo ou grupo sobre outros, já que se trata de “uma ação sobre a ação, sobre ações eventuais, ou atuais, futuras ou presentes” (FOUCAULT, 1995, p. 243). Entretanto, uma relação de poder não se sustenta por ela mesma já que para que ela exista, é preciso também que exista resistência, caso contrário seria apenas uma relação de obediência (FOUCAULT, 2004, p. 268). Ou seja, “a resistência vem em primeiro lugar, e ela permanece superior a todas as forças do processo, seu efeito obriga a mudarem as relações de poder” (FOUCAULT, 2004, p. 268). Portanto, no caso de uma relação de poder, sempre existe a possibilidade de mudança, porque sempre existe a resistência.

Além da resistência, outro fator essencial da relação de poder é a liberdade. Apenas sujeitos livres podem praticar atos de resistência, o que significa que apenas sujeitos livres podem estar inscritos em relações de poder. No caso da ditadura do Brasil, as relações entre o Estado e os militantes podem ser entendidas como relações de violência, já que para frear a resistência “a única escolha é tentar reduzi-la” (FOUCAULT, 1995, p. 243). Tais relações de violência podem ser entendidas como relações integrantes do Estado de Exceção já que, segundo Giorgio Agamben:

O totalitarismo moderno pode ser definido, nesse sentido, como a instauração, por meio do estado de exceção, de uma guerra civil legal que permite a eliminação física não só dos adversários políticos, mas também das categorias internas de cidadãos que, por qualquer razão, pareçam não integráveis ao sistema político (AGAMBEN, 2004, p. 13).

As resistências foram violentamente reprimidas por meio de ações estatizadas que tinham como objetivo torturas, desaparecimentos, mortes, censuras e exílio, em que os integrantes dos movimentos de resistência perderam sua identidade jurídica (AGAMBEN, 2004, p. 14), mas não sua identidade militante – o que significa que a parte de sua identidade que justificava a violência, o ser militante contrário ao governo, era mantida, enquanto a identidade relacionada aos direitos era ignorada. Entretanto, mesmo nos momentos mais sombrios e duros da Ditadura e com tantos esforços para que os militantes fossem dizimados, grupos continuaram resistindo das mais diferentes formas. Segundo Guilherme Castelo Branco (2001, p. 244) “a liberdade somente pode se externar em um espaço público no qual estejam garantidas as condições mínimas para seu exercício, e estas somente podem ser dadas num

ambiente explícito de tolerância político-social ao exercício da liberdade”, o que justifica a centralidade da luta pela redemocratização nas pautas feministas durante a Ditadura.

Mas, no caso dos jornais *Nós Mulheres* e *Brasil Mulher*, além da resistência à violência do Estado, estavam presentes também as resistências às relações de poder existentes nas relações de gênero, de classe e de raça. Mesmo tratando desses outros eixos de dominação, as mulheres responsáveis pelos jornais ainda se encontravam vivendo em uma realidade violenta e autoritária e, por isso, mesmo escrevendo sobre assuntos como o trabalho feminino, essas mulheres precisavam buscar formas de resistência próprias, sem simplesmente seguir o que era realizado fora do Brasil, já que eram ideias e reflexões produzidas em um cenário democrático. A apropriação de teorias vindas, principalmente, da Europa e dos Estados Unidos para o contexto ditatorial brasileiro também passou por um processo de reconhecimento da própria realidade e de criações, o que, segundo Teles e Leite, resultou em “um feminismo de resistência, de luta e ação, com propostas de denúncia e defesa da igualdade com liberdades democráticas e anistia ampla [...]” (TELES; LEITE, 2013, p. 280).

Então, as relações de poder precisam, em cada situação, ser analisadas e verificadas, a partir da “consciência histórica da situação presente” e do “tipo de realidade com a qual estamos lidando” (FOUCAULT, 1995, p. 232), já que as relações de poder não são exercidas sempre da mesma forma. Assim, as resistências também não podem permanecer estáticas já que dependem das relações de poder que se busca combater, criando estratégias diferentes para cada caso. Nesse sentido, Branco apresenta uma ideia de Foucault elaborada no texto “O que são as Luzes?”, a “atitude de modernidade”, que exige, em sua prática, “o diagnóstico do tempo presente e a realização da infinita tarefa de libertação” (BRANCO, 2001, p. 247). Pensando nisso, é possível perceber que as mulheres responsáveis pelos jornais feministas exerciam uma “atitude de modernidade”, um pouco como Foucault percebe-a em Baudelaire, já que realizavam um diagnóstico do tempo presente por meio de discussões acerca da realidade e da investigação jornalística, que resultavam nas reportagens e na tarefa de libertação, uma prática de luta pela liberdade que era elaborada por meio da publicação e da distribuição dos jornais. Quanto mais os temas acerca do presente são discutidos e compreendidos entre as mulheres, mais organizada e eficaz pode ser a resistência.

A criação e a inovação são aspectos muito importantes para Foucault e, segundo ele, é “muito chato ser sempre o mesmo” (FOUCAULT, 2004, p. 266). Então, a criação de novos modos de vida, de novas subjetividades, de novos prazeres, novas formas de se fazer política, novas estratégias, é muito importante para uma prática de vida criativa e de resistência, pois, segundo Austerlitz Jr. “quando resistimos criamos possibilidades de existência a partir de

composições de forças inéditas. Resistir é, neste aspecto, sinônimo de criar” (MACIEL JR, 2014, p. 2). Nesse sentido, o feminismo da década de 1970 proporcionou muitos momentos de criação para as mulheres da esquerda, refletindo essa existência criativa em suas práticas de militância política e que, para Yolanda Muñoz, a partir da procura por “novas formas de subjetividade emergem as resistências ativas e produtivas das minorias” (MUÑOZ, 2016, p. 101). Uma das preocupações de Foucault em relação a práticas políticas e de resistências era o esvaziamento dos processos criativos causado pelos partidos políticos, limitando seus participantes a seguirem o programa político proposto, não incentivando novas maneiras de agir politicamente. Como foi tratado anteriormente, durante os anos 1970 outras formas de movimentos políticos, fora dos partidos, ganhavam força, tais como as associações de bairros, que foram amplamente divulgadas nos jornais alternativos feministas.

Outro ponto abordado por Foucault é a técnica do poder de individuação, que pretende controlar as pessoas, limitando a liberdade de construção de novas produções subjetivas e, nesse caso, as resistências são, principalmente, “lutas pela autonomia e emancipação” (BRANCO, 2001, p. 246) e, novamente, para isso é necessário um esforço criativo e inventivo, priorizando a formação de novos vínculos. A autonomia e a emancipação são aspectos centrais do feminismo e, com sua retomada nos anos 1970, no Brasil, surgiram novas possibilidades de vínculos, de reconhecimento e afinidade entre as mulheres, tornando essa uma luta coletiva.

Assim, é possível ter mais clareza acerca do conceito de resistência e sua ligação com as temáticas apresentadas nos jornais, com o que a escrita e os discursos de suas reportagens podiam significar em um contexto ditatorial. É possível, também, perceber a forte relação das práticas de resistência e de vida das mulheres responsáveis pelos jornais com os temas de democracia e a coragem que as incentivava a continuar suas lutas.

Então, as mulheres responsáveis pelos jornais eram produtoras de resistências e denúncias às violências cometidas pelo regime militar, além de questionar modos de vida autoritários e patriarcais que, muitas vezes, faziam parte até mesmo de suas vidas domésticas ou de outros movimentos de resistência dos quais faziam parte. Portanto é a partir do feminismo que tais mulheres passam a “desconstruir os discursos que controlavam suas vidas” (RAGO, 2015, p. 105), discursos de submissão e silenciamento que faziam parte – e ainda fazem – da realidade da mulher. Essas mulheres que buscaram no feminismo modos de libertação, apesar de todos os riscos, publicavam os jornais com seus nomes, sobrenomes e endereço da redação, sem anonimato. Segundo Leite e Teles, o “tema das mulheres era mal visto pelos militares” (LEITE; TELES, 2014, p. 43), o que significava um risco para as mulheres que se disponibilizavam para as publicações. Tamanho era o risco, que uma carta recebida pelo jornal

*Nós Mulheres* e publicada na edição número 3 elogia o “trabalho pioneiro e *corajoso*” dessas mulheres. Trecho já citado anteriormente que, entretanto, agora será analisado pela perspectiva da Coragem da Verdade:

[...] Desejo sucesso ao seu jornal. Continuem a luta que iniciaram. A jornada vai ser longa e árdua. A fé, a esperança, o entusiasmo, o trabalho exaustivo, juntamente com o desânimo e o desencorajamento, serão os companheiros de viagem. Igualmente importante é a sua participação nos meios de comunicação que afetam a opinião pública – e neste setor vocês estão fazendo um trabalho pioneiro e corajoso aí no Brasil. É bom saber que o movimento feminista já chegou ao Brasil [...] (*NÓS MULHERES*, 1976, n. 3, p. 14).

A coragem e o risco em se dizer essa verdade compõem o que Michel Foucault denomina de *Parresía* ao estudar a cultura antiga, ou seja, a coragem de dizer a verdade sem se importar a quem, mesmo que signifique colocar sua vida em risco. Além dessas características, para que exista a *Parresía*, deve haver uma harmonia entre o discurso e o modo de vida, a verdade que é dita deve ser percebida também no agir de quem a diz (FOUCAULT, 2011, p. 129). Como foi apresentado, as mulheres que publicavam nos jornais feministas tinham uma verdade para dizer, seja sobre as práticas autoritárias da Ditadura, seja sobre modos de vida que refletiam uma estrutura patriarcal, o que as colocavam em risco tanto pelas denúncias do governo quanto pelos seus próprios relacionamentos com outros homens e mulheres que poderiam não concordar com os novos modos de vida propostos pelo feminismo. Portanto, o risco era externo, pois se posicionar contra o regime militar poderia resultar em perseguições, prisões, torturas, entre outras formas de violência. Joana Lopes, uma das responsáveis pela criação do jornal *Brasil Mulher*, relata que foi vigiada e interrogada pela Polícia Federal enquanto morava em Londrina e trabalhava no jornal *Folha de Londrina*. Segundo Debértolis (2002, p. 45), “Em muitos momentos, ao longo de seu trabalho na Folha de Londrina, Joana se deparou com as impossibilidades impostas pelo regime de exceção, tendo que driblar a perseguição da polícia federal”. Além disso, o risco era também interno, visto que o feminismo não era bem aceito pelos partidos e grupos políticos de esquerda, dos quais essas mulheres faziam parte e que eram responsáveis, inclusive, pela formação da subjetividade delas. Dessa forma, havia também o risco pessoal de não ser mais aceita ou de precisar se afastar de pessoas e grupos que ajudaram a formar quem eram essas mulheres.

Segundo Foucault, a partir da Modernidade o discurso revolucionário pode ser entendido como um discurso parresiástico quando “assume a forma de uma crítica da sociedade” (FOUCAULT, 2011, p. 29). O discurso feminista presente nos jornais se apresenta justamente como uma crítica da sociedade, como uma vontade de revolução dos modos de

existência, se afirmando como discurso da *parresía*. Os editoriais dos jornais, momento em que as mulheres podem, de forma ainda mais direta, expressar suas opiniões, demonstra essa vontade de mudança, crítica da forma como a sociedade é organizada. Alguns exemplos de discursos revolucionários que pretendiam colocar a mulher no centro da discussão e protagonista da sua própria mudança, podem ser percebidos a seguir:

Acreditamos que a melhoria da situação da mulher no mercado de trabalho só poderá concretizar-se quando ela própria assumir, através de sua participação efetiva a luta por melhores condições de vida e de trabalho e pela construção de uma sociedade mais justa, na qual homens e mulheres trabalhadores tenham igualdade de direitos e de oportunidades (*BRASIL MULHER*, 1977, n. 9, p. 2).

Nesta conjuntura, onde a mulher trabalhadora já vem lutando pelos seus direitos, é fundamental que ela se integre, participando ativamente do movimento operário e popular na luta pelo fim do regime militar (*BRASIL MULHER*, 1978, n. 14, p. 2).

NÓS MULHERES queremos, junto com os homens, lutar por uma sociedade mais justa, onde todos possam comer, estudar, trabalhar em trabalhos dignos, se divertir, ter onde morar, ter o que vestir e o que calçar (*NÓS MULHERES*, 1976, n. 1, p. 2).

A partir dos trechos destacados, é possível perceber a coragem de tratar sobre temas “proibidos”, como por melhorias nas condições de vida e pelo fim do regime militar, o que resultava em um risco para a vida dessas mulheres, como também sobre temas relacionados à igualdade entre homens e mulheres e emancipação feminina. Temas difíceis, mas que foram abordados em todas as edições dos jornais, sem anonimato. Além disso, com esses recortes dos editoriais é possível perceber outro aspecto: o cuidado. Segundo Foucault, a missão da vida de Sócrates era conseguir fazer com que os cidadãos cuidassem de si, seu objetivo era “fazer que as pessoas cuidem de si mesmas, que cada indivíduo cuide de si [enquanto] ser razoável que mantém, com a verdade, uma relação fundada no próprio ser da sua alma” (FOUCAULT, 2011, p. 75). Mas como cuidar de si em uma realidade em que falta o básico para a sobrevivência? Foucault explica que o cuidado de si não tem relação com “fortuna”, “reputação”, “honrarias” ou “encargos”, mas sim “deles mesmos, isto é, da sua razão, da verdade e da sua alma” (FOUCAULT, 2011, p. 74), entretanto, no contexto brasileiro – tanto ditatorial quanto o atual – as precárias condições de vida levam as feministas a proporem o cuidado com o básico para que, a partir disso, fosse possível uma outra luta, a da emancipação feminina. Segundo o editorial número 6 do jornal *Nós Mulheres*:

Sabemos que é somente numa sociedade que garanta à toda população boas condições de existência, de trabalho, de estudo e liberdade e independência para se organizar política e sindicalmente, que estarão dadas as condições para se alcançar a emancipação feminina. Nesse sentido, pode-se dizer também que a *luta por esse tipo*

*de sociedade é parte integrante da luta pela emancipação feminina. Ou seja, a democracia brasileira, entendida dessa forma, precisa da mulher assim como a mulher precisa da democracia. Mas se esse tipo de sociedade é uma condição necessária para emancipação feminina, essa condição não é suficiente. [...] Enquanto a mulher não atingir a plena igualdade de direitos e deveres é necessário, portanto, que exista uma luta organizada e independente de mulheres (NÓS MULHERES, n. 6, 1977, p. 2).*

Portanto, a condição mínima para uma luta pela emancipação feminina é a democracia e, por isso, a luta contra o regime militar fez parte do movimento feminista. Então, segundo o jornal, a partir da garantia dos direitos básicos a todos os cidadãos, é possível pensar na liberdade das mulheres. Apesar da luta estar mais direcionada aos direitos básicos, é possível perceber um cuidado entre essas mulheres. Segundo Margareth Rago “o cuidado de si não é uma prática solitária, é também um cuidado com o outro” (RAGO, 2015, p. 117). O cuidado de si como prática coletiva é a base do feminismo apresentado por essas mulheres nas páginas dos jornais, a luta conjunta por liberdade, por melhores condições de vida, a preocupação com as mulheres que sofriam violências, discriminações, desigualdades. Segundo relato publicado no editorial número 4 do jornal *Nós Mulheres*: “Hoje já é possível pensar em mim sem esquecer de você ou de todas nós, pensar em todas nós sem me sentir dividida na luta política mais ampla, e pensar em política sem que para tal tenha que me esquecer de mim ou de nós” (1977, n. 5, p. 2).

Essa necessidade de união das mulheres, essa vontade de permanecerem unidas e cuidar umas das outras também pode ser percebida na reportagem intitulada “Abrindo Caminhos” do jornal *Nós Mulheres*, publicado em 1978. Nesta reportagem, foram divulgados diversos grupos, associações, clubes e organizações de mulheres de São Paulo e Rio de Janeiro, em alguns casos contando inclusive com as programações que ainda seriam realizadas e um apelo à união: “precisamos nos organizar enquanto mulheres [...] pois assim vamos aos poucos descobrindo a profundidade de nossas carências e adquirindo a força necessária para gritar por elas” (*NÓS MULHERES*, 1978, n. 4, p. 4). Uma forma de convite à luta coletiva, ao cuidado coletivo.

A coragem da verdade expressa nas páginas dos jornais é fundamental para compreender o esforço para dar continuidade as publicações apesar da falta de financiamento, da dificuldade de distribuição e do medo da Ditadura. Assim, os jornais alternativos feministas formaram uma importante frente de combate à Ditadura, de instrumentalização política e de conscientização acerca da opressão e desigualdade.

Toda a resistência e a coragem da verdade são expressas nos jornais por meio do discurso. Segundo Michel Foucault para compreender o discurso, é preciso entender os mecanismos que o ordenam e os elementos que o atravessam. Para isso, Foucault divide esses

mecanismos em três grandes grupos: o primeiro que regula o poder, o segundo que regula a aparição e o terceiro que regula os sujeitos, tudo em relação aos discursos. O primeiro grupo, então, os princípios de exclusão, que são externos ao discurso: a interdição, a separação ou rejeição, e a oposição entre verdadeiro e falso.

A interdição, entendida como o poder de impedir que determinados assuntos sejam abordados ou que não sejam abordados em determinadas ocasiões, ainda se subdivide em três formas: o tabu do objeto, o ritual da circunstância e o direito privilegiado. Segundo Foucault, principalmente dois campos são atravessados por essas formas de interdição, a sexualidade e a política, dois temas que aparecem nos jornais:

Como se o discurso, longe de ser esse elemento transparente ou neutro no qual a sexualidade se desarma e a política se pacifica, fosse um dos lugares onde elas exercem, de modo privilegiado, alguns de seus mais temíveis poderes. Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder (FOUCAULT, 2014, p. 9-10).

Para explicar a separação ou a rejeição, Foucault utiliza o exemplo da loucura: aqueles considerados, pela sociedade, como loucos, não possuem o direito ao discurso, são silenciados ou brutalmente ignorados pelos demais ao seu redor. Assim podemos pensar na questão das mulheres, nas inúmeras vezes em que seus discursos não eram permitidos ou não eram considerados, seja no ambiente doméstico em uma situação de submissão à figura masculina (pai, marido, irmão), seja na esfera pública, como na política onde, por muito tempo, foi também fisicamente proibida de participar. Ou ainda quando, em discordância com os padrões da sociedade, era considerada louca e abandonada em alguma instituição, um isolamento físico que rejeitava também seu discurso. Foucault apresenta essa forma de exclusão como uma oposição entre a razão e a loucura e, assim, podemos pensar em como ao longo da história a figura masculina foi relacionada à razão e a feminina ao sentimento, lhe negando a razão e a legitimidade de discursar. Apesar de se tratar de uma forma de exclusão que passa por mudanças históricas, como a “loucura” ou a situação das mulheres, a separação e a rejeição não chegam a um fim, apenas são exercidas de formas diferentes, “por meio de novas instituições e com efeitos que não são de modo algum os mesmos” (FOUCAULT, 2014, p. 12).

Por fim, o último princípio de exclusão externo ao discurso: a oposição entre verdadeiro e falso. Para isso, Foucault avalia que a vontade de verdade e vontade de saber são importantes na definição dessa oposição entre o verdadeiro e o falso. Essa vontade da verdade, então, pode

ser entendida como um dos pontos de exclusão ao ser compreendida como uma pressão de instituições – que as apoia e distribui – sob os discursos e contra a mentira.

Além dos atravessamentos externos, existem questões internas que moldam o discurso: o comentário, o autor e as disciplinas. O primeiro, o comentário, diz respeito aos discursos que nascem de outro, de um discurso de origem que é tido como base para a sociedade e que dele partem outros discursos. Esse que fundamenta os demais, segundo Foucault, é o discurso religioso, jurídico ou científico. Entretanto, nem sempre há uma clara diferenciação entre eles, não é uma relação estática. No caso dos jornais *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*, podemos pensar que seus discursos partem do discurso feminista, são originados dele. Ou do discurso marxista. E, a partir desses, desdobram em novos discursos, que estão acompanhados e misturados com a própria vivência dessas mulheres e seus pensamentos, sentimentos, fazendo com que, apesar de apresentarem origens discursivas comuns, se desdobrem em discursos diferentes, conflituosos. Então, “o novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta” (FOUCAULT, 2014, p. 25).

Enquanto o comentário se apresenta como uma identidade em forma de repetição, o autor se apresenta como uma identidade em forma de individualidade (FOUCAULT, 2014, p. 28). Apesar de nem todo texto ou discurso estar assinado por um autor, em muitos casos essa figura é indispensável como, por exemplo, no discurso científico que, para ser legitimado, depende da figura de seu autor. Nos jornais alternativos, nem sempre as reportagens estão vinculadas a um indivíduo e, sem poder associar o discurso de determinada matéria a uma pessoa específica, o autor do jornal se torna um grupo de pessoas, o que causa conflitos internos e, em casos extremos, rachas dentro dos jornais. Por fim, a disciplina, que tem como função a categorização e organização – ou limitação – dos discursos e, para que uma proposição seja legitimada, precisa se enquadrar dentro de uma disciplina e suas teorias. Ao mesmo tempo que esses elementos internos do discurso são responsáveis pela criação de novos discursos, são também mecanismos de controle e coerção (FOUCAULT, 2014, p. 34).

E o terceiro grupo de elementos que interferem no discurso, que está relacionado ao regulamento das condições de funcionamento e à permissão ou proibição de acesso de sujeitos a determinados discursos. Esses elementos são: o ritual, a sociedade do discurso, a doutrina e a apropriação social.

O ritual se refere às características que determinada pessoa precisa ter ou expressar para realizar determinado discurso. Diz respeito também a outros elementos e “todo o conjunto de signos” (FOUCAULT, 2014, p. 37) essenciais para aquele discurso – o que justifica a denominação de “ritual”. Já a sociedade do discurso seria a distribuição de determinado

discurso apenas em um grupo fechado e sob regras rigorosas, vivendo entre o segredo e a distribuição, com o objetivo de conservação e proteção de algum conhecimento específico. Em contrapartida, a doutrina pretende divulgar seu discurso para o maior número possível de pessoas, buscando sempre partir de uma identidade que possibilite união do grupo: classe, raça, gênero, religião, etc. Assim, a doutrina exige uma aceitação de um mesmo discurso entre as pessoas do grupo e a negação dos demais discursos. E, finalmente, a apropriação social, que é operada a partir da educação e “todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo” (FOUCAULT, 2014, p. 41).

Então, depois de compreender os mecanismos e elementos que ordenam o discurso, Foucault segue para os possíveis métodos de análise, como: a inversão, a descontinuidade, a especificidade e a exterioridade. Para a primeira é preciso pensar nos elementos abordados anteriormente de forma negativa, como uma “rarefação do discurso” (FOUCAULT, 2014, p. 49) e tornar consciente a existência deles e suas consequências, realizando uma análise dessas formas de exclusão para acessar o que está abaixo deles. Entretanto, ao passar para o método seguinte, de descontinuidade, nos é apresentado que essa visualização do que está abaixo dos elementos de rarefação do discurso não nos dá acesso ao que estava posto antes deles, a palavra, nem mesmo ao “não-dito”, mas sim “os discursos devem ser tratados como práticas descontínuas, que se cruzam por vezes, mas também se ignoram ou se excluem” (FOUCAULT, 2014, p. 50). No caso da especificidade, é preciso compreender um discurso como uma ação violenta, como uma prática imposta, já que “não há providência pré-discursiva que o disponha a nosso favor” (FOUCAULT, 2014, p. 50). Por fim, a exterioridade, pensando que não devemos buscar analisar o interior do discurso, aquilo que está escondido em “entrelinhas”, mas sim compreender as suas condições externas de possibilidade.

Assim, com sua proposta Foucault afirma que “a análise do discurso assim entendida não desvenda a universalidade de um sentido; ela mostra à luz do dia o jogo da rarefação imposta, com um poder fundamental de afirmação” (FOUCAULT, 2014, p. 66). E, a partir dos elementos apresentados, será apresentada a análise de editoriais e cartas dos jornais *Nós Mulheres* e *Brasil Mulher*, para investigar a relação do feminismo com a resistência à ditadura no Brasil.

### 3.1. OS EDITORIAIS

Diferente dos jornais da grande imprensa, os jornais alternativos não buscavam trabalhar os acontecimentos de forma objetiva e imparcial. Ao contrário, apresentavam seus

posicionamentos de forma explícita e permitiam que suas opiniões conduzissem a escrita do jornal. Mesmo sendo possível perceber os pensamentos que orientavam as responsáveis pelo jornal, é nos editoriais que podemos compreender de forma ainda mais direta os ideais, os objetivos da produção dos periódicos, os conflitos internos e externos, as dúvidas, os medos e tantos outros sentimentos que permearam a vida dessas mulheres e da redação dos jornais. A partir da análise desses editoriais, ficará mais evidente as diferenças, as similaridades e os conflitos entre os dois periódicos.

O jornal *Nós Mulheres* desde a sua primeira publicação possui editorial, contabilizando oito no total. No caso do *Brasil Mulher*, da edição zero até a 14 o jornal apresenta editoriais no mesmo formato do *Nós Mulheres*. Em uma edição extra publicada em abril de 1977 foi apresentado um comunicado em nome dos dois jornais, com as mesmas características, linguagem e no mesmo espaço destinado aos editoriais, com a diferença de estar representando tanto o *Brasil Mulher* quanto o *Nós Mulheres*. Nos números 15 e 16 há uma mudança de proposta em que o espaço que antes era do editorial passa a ser aberto para outras instituições e grupos publicarem seus posicionamentos, passando a ser intitulado “Mulher e Debate”. Por fim, na edição especial publicada em março de 1979 não há um local demarcado para o editorial, apesar de os primeiros textos do jornal, “MCV”<sup>29</sup> e “Anistia”, apresentarem traços editoriais.

Apesar de já terem sido abordados na pesquisa, os primeiros editoriais dos dois jornais são importantes para estabelecer o ponto de partida, as ideias iniciais que deram origem aos jornais e de que forma o pensamento dessas mulheres mudou ao longo dos anos. Em seu primeiro editorial, de outubro de 1975, o jornal *Brasil Mulher* publicou:

Não é o jornal da mulher. Seu objetivo é ser mais uma voz na busca e na tomada da igualdade perdida. Trabalho que se destina a homens e mulheres. Não desejamos nos amparar nas diferenças biológicas para desfrutar de pequenos favores masculinos, ao mesmo tempo que o Estado, constituído de forma masculina, deixa-nos um lugar só comparado ao que é destinado por incapacidade de participação ao débil mental. (*BRASIL MULHER*, 1975, n. 0, p. 2).

Com um discurso mais ácido e defensivo, o editorial defende a recuperação de uma “igualdade perdida” – reservando as duas páginas seguintes para tratar sobre esse tema – e também enfatiza que essa é uma luta conjunta de mulheres e homens. Apesar de reconhecer que o Estado e a sociedade estão amparados em uma lógica patriarcal, coloca a responsabilidade por essa opressão também nas mulheres com frases como “a época do beicinho está definitivamente para trás” e “não desejamos nos amparar em diferenças biológicas para

---

<sup>29</sup> Movimento do Custo de Vida.

desfrutar de pequenos favores masculinos”, provavelmente uma crítica às mulheres que ainda não haviam aderido à luta pela emancipação ou às mulheres que simplesmente não concordavam com esse movimento. Além disso, ao não se afirmar como um jornal feminista e iniciar seu editorial com a frase “não é o jornal da mulher”, busca se distanciar do movimento feminista e aproximar os homens do jornal. Apesar disso, se distancia também, por exemplo, da imprensa feminina com temáticas voltadas à moda e ao comportamento, como a revista *Claudia*, que apresentava a questão da liberdade sexual feminina, mas não abordava a luta de classes.

Em seu segundo editorial, jornal número um, de dezembro de 1975, o *Brasil Mulher* reafirma e defende as escolhas editoriais da edição anterior e, novamente de forma defensiva, publica que não será possível agradar a todos e que sua bandeira – de priorizar a emancipação do ser humano de forma geral – fez com que surgissem “barreiras” para a continuidade do jornal, sem que isso as fizesse desistir. Entretanto, apesar das críticas e discordâncias, o jornal número zero esgotou – revelando o sucesso ou curiosidade em relação à primeira edição.

No primeiro ano do jornal *Brasil Mulher*, o *Nós Mulheres* ainda não existia, então a comparação dos dois primeiros editoriais será feita com uma distância de alguns meses. Longo, o primeiro editorial do *Nós Mulheres*, de junho de 1976, inicia o texto abordando questões de gênero, indicando que essa seria a principal temática do jornal. Com afirmações de que as mulheres, desde que nascem, são condicionadas pela sociedade a aceitar os papéis de mãe e esposa, o editorial demonstra que em diferentes momentos da vida das mulheres esses papéis são ensinados e reafirmados: passando pela educação e brincadeiras de infância, que já são treinamentos para a vida doméstica, até as dificuldades e desigualdades encontradas no mercado de trabalho e a obrigação de uma dupla jornada de trabalho: fora e dentro de casa. Então, acreditam que o objetivo do jornal e do movimento feminista é mudar essa situação de submissão e desigualdade: “Queremos mudar essa situação. Achamos que NÓS MULHERES devemos lutar para que possamos nos preparar, tanto quanto os homens, para enfrentar a vida. Para que tenhamos o direito à realização” (*NÓS MULHERES*, 1976, n. 1, p. 2).

Os dois jornais, influenciados pelo marxismo, apresentaram durante todo o período de existência uma preocupação muito grande com a questão do trabalho, um recorte de classe às vezes mais categórico do que o de gênero – principalmente no *Brasil Mulher*. Entretanto, já no primeiro editorial o *Nós Mulheres* resolve tratar, também, da sexualidade como uma área em que a mulher sofre opressão:

Além disso, aprendemos que sexo é um pecado para NÓS MULHERES, que devemos ser virgens até o casamento, e que as relações sexuais entre marido e mulher devem ser realizadas tendo como principal objetivo a procriação. Aprendemos também que devemos estar sempre preocupadas com a nossa aparência física, que devemos ser dóceis, submissas e puras para podermos conseguir marido. Ao mesmo tempo, vemos todos aplaudirem amorosas e as farras de nossos irmãos. E muitas vezes não entendemos porque eles podem ter uma liberdade que para nós é considerada pecaminosa (*NÓS MULHERES*, 1976, n. 1, p. 2).

Dessa forma, o jornal inova ao abordar temas de gênero sem medo de falar sobre a sexualidade e sem medo de se posicionar abertamente como feminista. Ainda, entendem que os homens devem participar do trabalho doméstico para que as mulheres possam também participar da sociedade de forma mais ativa para que, assim, possam todos juntos lutar por uma sociedade mais justa e digna. A partir dessa lógica, chegam à conclusão de que a luta das mulheres e o movimento feminista não podem ser separados da luta geral da sociedade pela emancipação tanto de homens quanto de mulheres – lógica essa presente em diferentes momentos dos dois jornais. É possível perceber que a tentativa de legitimação do feminismo e de suas pautas passou por esse discurso de união entre a luta geral e a luta das mulheres e por um discurso de não-exclusão dos homens no movimento feminista. Como já foi abordado, os grupos de esquerda – dos quais essas mulheres faziam parte também – acreditavam que a luta feminista ou pautas específicas das mulheres iriam dividir e tirar o foco da luta geral pela revolução socialista ou pela redemocratização, atrasando o processo. Segundo Foucault, o discurso é o acontecimento em si e a palavra é materialidade, então nesse caso apresentado é possível pensar de que forma o discurso de lutas específicas versus luta geral esteve presente não apenas ao longo da existência dos dois jornais, mas também como foi responsável por muitas vezes moldar a prática feminista dessas mulheres.

O jornal *Nós Mulheres* escolheu se posicionar contra o machismo da sociedade e em favor das mulheres, com um discurso de união e afetividade, inclusive com a insistência no termo “nós mulheres”, no plural, discurso que não é tão evidente nos primeiros editoriais do *Brasil Mulher*. Entretanto, é preciso considerar que os jornais surgiram com um ano de diferença e o *Brasil Mulher* foi pioneiro em lançar um periódico com recorte de gênero em um contexto ditatorial no Brasil. Assim, abriu caminho para que outros jornais e outros movimentos de mulheres surgissem, incentivando a participação da mulher na vida pública.

Em seu segundo editorial, de outubro de 1976, o jornal *Nós Mulheres* deixou de lado as explicações sobre o posicionamento do periódico e realizou uma espécie de resumo dos principais assuntos que a edição apresentaria, escolhendo abordar com mais ênfase a temática do custo de vida e como o aumento dos preços e a inflação impactam de forma muito direta a

vida doméstica e, principalmente, as famílias trabalhadoras. Assim, como à mulher são impostas as obrigações domésticas, são também elas que mais tem contato com esses problemas econômicos cotidianos. A partir desse problema, o jornal apresenta ações femininas de luta por melhores condições de vida: “[...] um número cada vez maior de mulheres saem de seu isolamento para, juntas, analisarem as condições em que vivem, reivindicando mudanças” (*NÓS MULHERES*, 1976, n. 2, p. 2). Como exemplos, as reivindicações das donas de casa e de mulheres da periferia de São Paulo que passaram a se reunir para buscar soluções e discutir sobre “a importância social de seu papel” (*NÓS MULHERES*, 1976, n. 2, p. 2). Então, o jornal procura, por meio desse editorial, fazer a divulgação de lutas sociais que têm como protagonistas as mulheres da periferia que, insatisfeitas com suas realidades, se uniram para exigir que um governo autoritário e violento ouça suas reivindicações.

Nos demais editoriais, os jornais abordaram assuntos relacionados ao trabalho feminino, democracia e eleições, situação do jornal e o feminismo, sem abordar questões como sexualidade ou direitos reprodutivos nessa seção. Sobre o discurso feminista, o editorial do jornal número dois do *Brasil Mulher*, primeiro de 1976, explica sobre o movimento de forma breve, em um parágrafo, para, em seguida, abrir novamente um discurso diferente do utilizado no *Nós Mulheres*, com uma tentativa de se distanciar de mulheres liberais ou de classes sociais mais altas, que não concordavam com tal posicionamento:

Cada mulher que se recuse a compreender e aceitar a verdade é uma inimiga de todas as mulheres que fazem dupla jornada de trabalho, que trabalham com os filhos pendurados nas cadeiras, que sofrem discriminação salarial, que recebem “cantadas” a que muitas vezes são obrigadas aceitar diante da insegurança de perder o ganho para sua sobrevivência (*BRASIL MULHER*, 1976, n. 2, p. 2).

Apesar de seguirem a mesma forma de “diálogo” dos outros editoriais do jornal, nesse momento é possível perceber um claro posicionamento feminista da redação do periódico que, inclusive, entende agora o movimento como indispensável para o fim da opressão da mulher. Entretanto, continuam enfatizando que é necessária a presença dos homens nas discussões e ações feministas para acabar com “os condicionamentos e as estruturas que se formam à nossa volta como muros de pedra” (*BRASIL MULHER*, 1976, n. 2, p. 2).

Ainda no mesmo ano, no jornal número seis, o feminismo é novamente abordado. Seguindo a mesma linha dos outros editoriais analisados, o periódico insiste em afirmar que a luta feminista não está separada da luta pela emancipação geral de todos os cidadãos ou de todos os trabalhadores. Como uma forma de justificar a falta de matérias sobre temas específicos da mulher em seu jornal, explica que a mulher precisa de informações diversas para

estar consciente da sua realidade e do contexto em que vive, já que “não existe o reino da mulher” e que “um jornal feminista não é só aquele que tem como pauta exclusiva a mulher” (*BRASIL MULHER*, 1976, n. 6, p. 2).

Nessa mesma edição, foi publicada uma carta criticando a exclusão da mulher da classe média das páginas dos jornais e pedindo que fossem trabalhados mais assuntos específicos da realidade feminina, como o divórcio, a desigualdade salarial, as universitárias, etc. Iniciando com elogios à iniciativa de criação do jornal, a carta afirma que “[...] deu-nos quase a impressão de que a mulher, a mulher da classe média, é acomodada e quase conformada com a situação” (*BRASIL MULHER*, 1976, n. 6, p. 15). A mesma crítica foi recebida pelo jornal *Nós Mulheres*, na edição 4, de março de 1977: “o sistema abrange a todas. Oprime a todas. Seu jornal, para permanecer e se estabelecer definitivamente, precisa do apoio da mulher da classe média” (*NÓS MULHERES*, 1977, n. 4, p. 10).

Em abril de 1977, o jornal *Brasil Mulher* publicou um comunicado conjunto dos dois jornais no espaço do editorial. No texto, defendem que a luta pela emancipação da mulher deve ser feita também pelos homens e que essa luta está compreendida na libertação de todos os indivíduos. Sobre essa questão, o jornal recebeu uma crítica do *Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris*, publicado na edição seguinte, de 1978, que defende uma luta específica da mulher, já que são problemas que as afetam diretamente.

Os editoriais 5, de junho/julho de 1977, e 6, de agosto/setembro de 1977, do jornal *Nós Mulheres*, abordam a identificação do jornal e das mulheres por trás dele com o movimento feminista. Primeiro, a consciência desde o início de que seria necessário publicar um jornal abertamente feminista e a dificuldade desse processo:

Mesmo entre nós havia reservas ao nos afirmar feministas, palavra tão desgastada. Pois as vezes pode parecer mais fácil fechar os olhos à opressão e contentar-se com as migalhas de liberdade que nos oferecem. Ou então buscar soluções individuais, falso raciocínio de que há mulheres oprimidas, mas nós já superamos o problema. O grupo de *NÓS MULHERES* formou-se em torno da ideia de criar um jornal feminista. Muitas de nós sequer nos conhecíamos, como não conhecíamos o que significava feminismo para o resto do grupo. Aos poucos, porém, num processo muitas vezes doloroso, fomos nos conhecendo (*NÓS MULHERES*, 1977, n. 5, p. 2).

Se posicionar como feminista, principalmente em um contexto autoritário, era um ato de coragem, visto que poderia afastar até mesmo os “companheiros” da esquerda, isolando essas mulheres de outros movimentos de resistência. Então, não era uma decisão automática e natural, era um passo em direção à autonomia das mulheres e sua emancipação – a coragem de dizer a verdade independente dos riscos. E, logo após um editorial especificamente sobre a importância

de se posicionar como feminista, um editorial defendendo e justificando tal posicionamento: uma explicação de que a luta pela emancipação da mulher não significava ignorar outros problemas sociais, não significava abandonar a luta de classes. Ainda, que o movimento feminista serve para países “subdesenvolvidos”, mas não da mesma forma que é utilizado nos Estados Unidos ou em países da Europa que, segundo o texto, incentivam a luta de mulheres contra os homens – apesar da visão de que a luta feminista dos países “desenvolvidos” era uma tentativa de troca de dominação, passando dos homens para as mulheres, havia uma consciência de que as teorias não poderiam ser apenas importadas, mas deviam sim se adaptar à realidade brasileira.

Entretanto, nesse momento as mulheres do jornal admitem que insistir que a luta das mulheres não está desvinculada da luta pela emancipação de todos é uma tentativa de desassociar o movimento feminista da ideia de luta de mulheres contra os homens, discurso muito presente nos jornais *Nós Mulheres* e *Brasil Mulher*. É muito importante a mudança de pensamento explicada aqui, que reconhece a importância de uma luta específica das mulheres e feita por mulheres: “[...] são somente as mulheres, porque isso as toca diretamente, organizadas e lutando por suas reivindicações específicas, que terão a força necessária para mudar essa situação” (*NÓS MULHERES*, 1977, n. 6, p. 2). Portanto, com essa mudança discursiva, o *Nós Mulheres* passa a compreender que o objetivo do movimento feminista é a solução de problemas específicos das mulheres e que devem ser solucionados por essas mulheres.

Da mesma forma o editorial seguinte, número 7, de junho de 1977, inicia seu texto afirmando que a luta pela emancipação feminina não está alheia às demais lutas sociais que buscam uma sociedade mais justa e por isso o movimento feminista, ou pelo menos o *Brasil Mulher*, precisa estar unido aos outros movimentos sociais que lutam por melhores condições de vida. Por fim, entende que por a mulher também ser afetada pelas desigualdades e violências, tem papel importante dentro da resistência:

Esse quadro geral de marginalização econômica, política e social dos setores oprimidos da sociedade atinge também a Mulher. O desenvolvimento da sua consciência e participação significará o aumento das forças que trabalham para a construção de uma sociedade na qual os trabalhadores e demais setores oprimidos tenham seus interesses atendidos e não haja lugar para qualquer tipo de opressão (*BRASIL MULHER*, 1977, n. 7, p. 2).

Assim como no editorial número seis de *Nós Mulheres*, de agosto/setembro de 1977, o editorial 10, de dezembro de 1977, do jornal *Brasil Mulher* apresenta uma mudança na forma

de compreensão do movimento feminista, admitindo a necessidade de uma luta específica para os problemas específicos das mulheres. Inicia o texto esclarecendo os objetivos da criação do jornal: entregar informações para que as mulheres tomassem consciência da necessidade de se mobilizar para participar dos movimentos de resistência da sociedade, inclusive por democracia. Em um claro momento de reflexão acerca do trabalho realizado pelo jornal até então, as mulheres concluem que, apesar dos erros, os efeitos foram positivos: “Embora ainda não tivesse consciência da problemática específica da mulher, a sua preocupação de mobilizar as mulheres para questões gerais teve um caráter positivo” (*BRASIL MULHER*, 1977, n. 10, p. 2).

Reconhece, então, a limitação das edições anteriores que insistiam em enquadrar a mulher dentro de uma luta mais geral da sociedade, muitas vezes deixando de lado questões de gênero: “percebemos que o jornal, embora dirigido para a mulher, não estava levantando seus problemas específicos” (*BRASIL MULHER*, 1977, n. 10, p. 2). Apesar desse reconhecimento, o jornal não abandonou o forte apelo à luta de classes ao citar principalmente problemas femininos relacionados ao trabalho. Inclusive, finaliza esse editorial com uma conclusão quase contraditória depois de reconhecer que não estava abordando a especificidade da luta da mulher: “compreendendo que as reivindicações específicas da mulher se inserem nas lutas mais gerais dos trabalhadores brasileiros, o Brasil Mulher tem se proposto a apoiar e divulgar as mobilizações femininas” (*BRASIL MULHER*, 1977, n. 10, p. 2).

Apesar de todas essas reflexões e supostas mudanças na forma de pensar o jornal, o editorial número 12, de maio de 1978, afirma que o *Brasil Mulher* está “de cara nova”, mas que segue com a sua preocupação voltada principalmente para a mulher trabalhadora. Enfatizando ainda mais essa questão, o número 15, de abril de 1979, veicula em sua seção Mulher e Debate, substituta do editorial, um resumo do Programa da *Sociedade Brasil Mulher*, responsável pela publicação do jornal, que afirma que a emancipação da mulher só acontecerá depois da emancipação de outros setores da sociedade, principalmente os trabalhadores. Ainda, com um discurso que lembra o início do jornal, escreve:

A SBM combate vigorosamente a visão de um feminismo distanciada da luta de classes, pois entende que, embora sejam todas as mulheres que sofram algum tipo de discriminação nesta sociedade, em função de seu sexo, isto não significa que todas sofram pressões idênticas, nem que possuam os mesmos interesses em função de sua classe (*BRASIL MULHER*, 1979, n. 15, p. 2).

As opressões sofridas por mulheres dependem de outras questões como classe social, raça, orientação sexual, entretanto o jornal utiliza o discurso de classe para se distanciar de

outras questões que afetam a vida das mulheres, como a sexualidade. Nos objetivos listados pela *Sociedade Brasil Mulher*, os principais estão relacionados de alguma forma ao trabalho, mas, também, apresentam objetivos de resistência à ditadura, como a luta pelo fim do regime militar e por uma “Constituinte Democrática e Popular” (*BRASIL MULHER*, 1979, n. 15, p. 2).

### 3.2. AS CARTAS

A partir das cartas publicadas nos dois jornais é possível conhecer parte dos seus públicos leitores, inclusive com a possibilidade de reunir informações como: idade, ocupação, cidade de origem e alguns posicionamentos políticos. Além disso, com as cartas percebemos de que forma esse público recebia as reportagens veiculadas e as informações transmitidas por meio dos elogios, críticas e sugestões. Importante também considerar que, assim como as outras seções dos jornais, as cartas publicadas são resultado de escolhas das mulheres responsáveis pelos periódicos, já que há uma limitação de espaço e, também, de interesses. Em uma análise preliminar podemos destacar que as mulheres são maioria entre as cartas publicadas, entretanto também havia a participação de homens, seja criticando, seja aderindo à luta feminista ou incentivando as mulheres que participam do movimento.

O jornal *Nós Mulheres* contou com uma seção de cartas desde a sua primeira edição até a última, totalizando oito edições com praticamente a mesma localização espacial e mesma dinâmica de publicações desta seção – com exceção do número sete em que foi publicada apenas uma carta, do *Grupo de Mulheres Brasileiras na Bélgica*, e do número oito, também com apenas uma carta, do *Grupo de Mulheres Brasileiras em Paris*, em ambos os casos posicionadas ao lado do editorial, na segunda página, ao invés das últimas páginas como nos demais números. De certa forma, as cartas se tornaram uma extensão do editorial, mas realizado por pessoas de fora, já que apresenta relatos, divulgação de outros grupos, ensaios sobre questões de interesse das mulheres, reflexões, mas, com exceção de alguns casos, apresenta poucas críticas e debates.

No jornal *Brasil Mulher* a seção de cartas foi nomeada *Brasil Correio* e tinha como objetivo “ser uma seção de debates dentro do BM. As mais diversas opiniões recebidas, através de cartas, serão transcritas para apreciação de nossas leitoras e leitores” (*BRASIL MULHER*, 1976, n. 2, p. 15). Entretanto, nos números zero e dois, a seção *Brasil Correio* e a seção *Cartas* coexistiram e nos demais a seção *Cartas* foi extinta, e no número 10 não foi publicada nenhuma carta. Então, além de publicar cartas com elogios, críticas e sugestões, eram publicados também relatos, mais longos do que o restante das cartas, além de pedidos de conselhos e divulgação de

outros movimentos sociais. Em alguns momentos os textos publicados apresentam, inclusive, traços de reportagens, tornando-se um espaço colaborativo do jornal.

A partir do número 15 surge a seção *Mulher e Debate*, que teve como objetivo a publicação de textos de outros grupos ou movimentos sociais, substituindo a dinâmica da seção *Brasil Correio*, publicando primeiro o texto da *Sociedade Brasil Mulher*, e depois, no número 16, da *Associação das Mulheres*. Por agregar elementos de editorial e de cartas, já que eram textos de opinião de grupos externos ao jornal, as duas seções foram substituídas e agrupadas em *Mulher e Debate*.

Em seu número zero, o jornal *Brasil Mulher* publicou uma carta de uma trabalhadora rural mineira, em passagem por Londrina que, em contato com uma repórter do jornal, solicitou que seu relato fosse publicado para alertar as pessoas sobre a situação de miséria em que os trabalhadores vivem. Além de publicar seu relato, o jornal se comprometeu a enviar a carta para o então presidente Ernesto Geisel, pedindo que tome providências sobre a situação em que vivem muitas mulheres brasileiras:

Figura 6 – Carta publicada no jornal *Brasil Mulher*, 1975, n. 0.

Brasil Mulher – 9/10/75 – pag. 15

## CARTA



"Sou roceira, não sei lê nem escrevê e quem tá escrevendo prá mim é a reporti que veio conversa cumigo. Quero que ela escreva tudo bem direito porque se ela mi enganã Deus castiga ela".

Sô quero pedir para as autoridades para não enganar a nós que trabalhamos na roça, plantamos e colhemos café, algodão, arroz, feijão, mais o café e, o algodão que nesse sul tem de perder de vista, e mais coisas que a gente nunca mais vê depois que colhe, porque os caminhões levam tudo pra fão longe que a gente num sabe que é que é feito.

Quero que a reporter diga para as autoridades que depois que eu vim de Minas, no caminhão do Seu Alonso, a minha vida piorou muito. Piorou ainda mais. Hoje, sô faço trabalhar, quando tem trabalho. E não tenho mais nem o vestido de ir à missa. Sô tenho farrapo e aqui quem tem cabedal, comenta dos outros e são capazes de nem deixar a gente entrar na igreja.

Eu quero que o jornal fale para todo mundo lá de Minas, das Alagoas, de Pernambuco, e de outras terras das gentes desgraçadas que estão aqui que nem

nôs, para não cair na conversa que aqui no sul é a terra da bonança, que chove dinheiro do céu e que tem tanta criação que os capados entram pela porta da cozinha.

Quero que o jornal diga para eles que é melhor ser pobre na terra da gente, pobre respeitado que ganha bom dia das pessoas, porque aqui a gente é chamada de vagabundo e anda sem destino com a mala na cabeça, indo de uma fazenda para outra, "caçando" trabalho ou, em cima dos caminhões que levam o pessoal que nem "gado animal".

E depois de tudo, ainda dá um tempo ruim, queima tudo, os fazendeiros mandam todo mundo embora, até família colona que ainda restava...

Maria Feliciano, mineira, 32 anos, de passagem pelo centro da cidade de Londrina, Paraná em agosto de 1975.

Mandareinos o Brasil Mulher ao Presidente Geisel, D. Maria Feliciano. Se ele não tomar providências nós vamos fazer um pouquinho do que a senhora pede: vamos espalhar por aí o seu recado. Dizem que mulher sabe falar, então nós vamos falar muito, usar a boa fama para o que vale a pena ser esclarecido.




Fonte: Acervo Sérgio Buarque de Holanda<sup>30</sup>

Ao longo das edições, o jornal buscou abordar as especificidades do trabalhador do campo. No número 4, de 1976, foi reservado em grande parte para esse assunto, como é possível perceber já na capa: "Os nossos estão sem terra" e "Mulheres portuguesas estão fazendo a reforma agrária". Cada uma dessas reportagens ocupou duas páginas do jornal e, além disso, o

<sup>30</sup> Disponível em: <https://acervo.fpabramo.org.br/index.php/jornal-brasil-mulher-7>. Acesso em: 14 ago. 2020.

editorial também foi utilizado para tratar do tema. Na edição seguinte, uma carta critica o editorial e a reportagem “Os nossos estão sem terra” por não abordarem o protagonismo ou os problemas das mulheres relacionados ao assunto da reforma agrária e do trabalho no campo. A falta das mulheres na reportagem foi um desvio no propósito o que, segundo o jornal, foi concertado com a publicação de “Lavradoras sem terra”, também ocupando duas páginas.

Em seguida, na seção *Brasil Correio*, cartas menores de assuntos diversos foram publicadas e respondidas pela redação do jornal. Começando pela primeira, de uma feminista que escreve:

Saibam que nós vamos passar a perna nos homens. E além do mais eles são covardes e incompetentes, refugiam-se num tremendo machismo e num egoísmo maior ainda. A nossa classe vai tomar as rédeas do mundo porque o mundo dirigido pelos homens está em absoluta decadência (*BRASIL MULHER*, 1975, n. 0, p. 16).

Como ficou evidente com a análise dos editoriais, essa não é uma opinião apoiada pelo jornal, que responde de forma breve que o objetivo do periódico não é a troca da relação de poder, passando do homem para a mulher, entretanto não utiliza a oportunidade para reafirmar quais seriam, então, os objetivos do jornal e como entendem as responsabilidades do movimento feminista. Termina, assim, com a frase “se concorda conosco, escreve. Se não concorda, escreva também” (*BRASIL MULHER*, 1975, n. 0, p. 16). Nas demais cartas, as mulheres se ocuparam em dar conselhos, respondendo sobre educação dos filhos, como ensinar os maridos sobre a participação nas atividades domésticas, como driblar com altos preços do tomate com uma horta em casa e como enfrentar a vontade dos familiares e seguir o sonho de se tornar artista.

Em sua seção *Brasil Correio* do número um, de dezembro de 1975, o espaço foi reservado para responder críticas ao jornal publicadas no jornal *Opinião* e as demais cartas publicadas serviram como argumentos para refutar a crítica. O jornal *Opinião* havia publicado uma avaliação do número zero do *Brasil Mulher*, que desaprovou a quantidade de reportagens gerais, muito maior do que a quantidade de reportagens que de fato refletiam sobre a situação específica da mulher. Ofendidas, as mulheres do *Brasil Mulher* respondem que a publicação do *Opinião*: “[...] não faz uma crítica ao Brasil Mulher, mas sim propõe sua extinção, pois pretende que ele negue todas as suas propostas em prol de uma defesa ‘feminista’ e inconsequente, superior ao homem” (*BRASIL MULHER*, 1975, n. 1, p. 13).

### 3.2.1. Direitos Reprodutivos e o Corpo Feminino

Em diversos momentos o jornal recebeu críticas sobre seu posicionamento, com destaque para a carta recebida do *Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris*, publicada no número 13, de julho de 1978, com críticas às reportagens sobre controle de natalidade e pílulas anticoncepcionais. O posicionamento do jornal ao longo de suas edições é contrário ao uso das pílulas por conta de um programa do governo que objetivava a distribuição do remédio, o que o jornal considerou como um controle de natalidade da população mais pobre. O *Círculo* criticou em especial uma reportagem veiculada no número seis, que finalizava o artigo pedindo para as leitoras jogarem fora suas pílulas, o que as mulheres em Paris consideraram uma grande irresponsabilidade da autora do texto, que em momento nenhum propõe algum outro método contraceptivo.

Temas como aborto, métodos contraceptivos, o corpo feminino e sexualidade, ocuparam um espaço tímido nos dois jornais, perdendo para as reportagens sobre trabalho, por exemplo. Entretanto, o jornal *Brasil Mulher* publicou com uma frequência maior esses temas e, inclusive, durante as edições 13 a 16 manteve uma seção específica para o assunto, chamada “Corpo Feminino”, onde se preocupou em explicar questões do corpo feminino para suas leitoras, já que “Em geral, nós, mulheres, desconhecemos o nosso corpo. O pouco que nos ensinaram foi a sentir dores [...]. Ninguém nos ensinou nada sobre o prazer que nosso corpo pode nos dar” (BRASIL MULHER, 1978, n. 13, p. 14).

Por se tratar de um tema importante e considerando os comentários do *Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris*, vamos analisar de que forma essa temática foi trabalhada nos dois jornais. Já na segunda edição do *Brasil Mulher*, de dezembro de 1975, as pílulas são abordadas na reportagem “Pílulas... ora pílulas”, na seção *Ciência*, ocupando duas páginas inteiras. O texto começa citando entidade do governo, a Bemfam<sup>31</sup>, responsável por um programa de distribuição de pílulas anticoncepcionais que, segundo a reportagem, teve início em 1973 no Rio Grande do Norte, sendo aprimorada em 1974. À primeira vista, pode parecer que o jornal ia na contramão do posicionamento feminista de liberdade sexual por meio das pílulas, entretanto o *Brasil Mulher* era contrário à forma como o governo estava impondo o uso do contraceptivo, deixando as mulheres sem informações suficientes para tomar suas próprias decisões.

Além disso, o jornal apresenta preocupação com os efeitos negativos das pílulas na saúde da mulher, como a atrofia dos ovários e câncer de mama, e afirma que:

---

<sup>31</sup> A Bemfam (Sociedade Civil Bem-Estar Familiar no Brasil), foi criada em 1965 e era responsável por políticas de “planejamento familiar” (BARRETO, 2020, p. 5).

Foi-lhe impingida a tarefa de entregar-se de corpo e alma aos laboratórios farmacêuticos, tarefa que lhe causa insegurança e cujas reais consequências ela desconhece. A sociedade atual incumbiu a mulher de controlar a capacidade de alimentação e a distribuição de renda no mundo” (BRASIL MULHER, 1975, n. 1, p. 6).

Para basear cientificamente seu posicionamento, o jornal publicou um artigo do Dr. Mario Victor de Assis Pacheco, que apresenta os riscos para a saúde da mulher e afirma que elas são vítimas do “patriarcado industrial e científico”. A reportagem finaliza com um parágrafo que posteriormente foi muito criticado pelo *Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris*:

Prezada leitora: JOGUE FORA a sua “pílula”. Mas faça isso agora, imediatamente, assim que acabar de ler este artigo de solidariedade a você. E aconselhe a sua amiga a fazer o mesmo ou, então, não se queixe amanhã, amargamente, de não ter sido advertida a tempo (BRASIL MULHER, 1975, n. 1, p. 7).

O *Círculo* apresentou críticas ao jornal justamente por conta desse posicionamento considerado irresponsável por não apresentar ou informar sobre alternativas à pílula, apenas tenta convencer que as mulheres parem de a utilizar. No ano seguinte, na edição número 3, o jornal novamente dá destaque ao tema das pílulas, com uma reportagem que ocupou duas páginas, intitulada “Pílula: solução ou problema?”, em uma nova seção: *Natalidade*. Assim como na reportagem anterior, há uma preocupação em veicular informações baseadas em pesquisas científicas e apresentar comentários de pesquisadores e profissionais da saúde. Diferente do tom do texto anterior, dessa vez a questão principal passa a ser a quantidade de pílulas diferentes, o que dificulta a escolha por parte da paciente e do médico: “então o problema não é se se deve, ou não, usar a pílula, mas como usá-la e esse como não depende exclusivamente da mulher, mas também do seu médico” (BRASIL MULHER, 1976, n. 3, p. 6).

Durante a reportagem, são apresentados outros dois métodos, a camisinha e o DIU. Entretanto, o foco do texto não foi tanto a crítica à pílula ou a discussão sobre outros métodos, mas sim as questões sócio econômicas por trás do controle de natalidade e como a falta de condições financeiras afeta na decisão sobre a quantidade de filhos: “quando a mulher diz que ela deve evitar a gravidez esbarra na estrutura sócio-econômica, nos preconceitos, na desinformação e – principalmente – nas questões de ordem moral e religiosa” (BRASIL MULHER, 1976, n. 3, p. 7). Então, a ideia de “jogar fora” as pílulas, foi substituída por um diálogo sobre a realidade das mulheres brasileiras, principalmente de classe social mais baixa,

e todas as questões que precisam enfrentar para ter um certo controle sobre seus próprios corpos.

A edição seguinte, ainda no mesmo ano, continua com a publicação da seção *Natalidade*, dessa vez com a reportagem “Continuamos nascendo”, ocupando uma página. Com denúncias de esterilização e distribuição sem receita médica de pílulas pela Bemfam, a reportagem novamente apresenta autoridades na área com posicionamento contrário ao controle de natalidade promovido pelo governo e, principalmente, incentivado e operacionalizado pelos Estados Unidos nos países Latino Americanos. Segundo a reportagem, o governo deve apresentar e oferecer opções de métodos contraceptivos sem que haja imposição de controle de natalidade. Ainda, defendem que a pobreza é causada pela falta de distribuição igualitária e não pelo nascimento: “convencer os pobres de que a pobreza é resultado dos filhos que não se evita, tem sido uma tônica na qual insistem os partidários do ‘controlismo em massa’” (BRASIL MULHER, 1976, n. 4, p. 6).

Nesse mesmo momento, o jornal *Nós Mulheres*, em sua primeira edição, de junho de 1976, publicou a reportagem “Controle de Natalidade: ser ou não ser mãe”. Ocupando uma página, inicia o texto dando destaque para a seguinte frase, logo abaixo do título:

‘Não tenham mais de dois filhos’ dizem-nos na Índia. ‘Tenham muitos filhos’ diziam-nos na Alemanha nazista. Nos dois casos, controlando-nos como se fossemos máquinas reguláveis e sem vontade própria. A opção, achamos, deve caber a nós, mulheres. A sociedade, por outro lado, cabe fornecer os meios necessários para que possamos ter esses filhos em condições adequadas, e também para que possamos optar por não tê-los, se assim preferimos (NÓS MULHERES, 1976, n. 1, p. 17).

Seguindo a mesma linha da reportagem anterior do *Brasil Mulher*, é apresentada a ideia de que não é o aumento populacional o responsável pela pobreza e sim a má distribuição de recursos. Além disso, defendem que as mulheres tenham acesso a todas as informações sobre os métodos contraceptivos para que assim possam escolher e que os homens também sejam responsáveis por esses cuidados. Apesar de apresentar o mesmo posicionamento do *Brasil Mulher*, o *Nós Mulheres* faz isso de forma mais direta, sem o uso de tantas citações de terceiros, expondo de forma mais evidente sua opinião. Ainda, nesse momento o posicionamento do *Nós Mulheres* estava muito mais voltado para o direito de escolha da mulher sobre seu próprio corpo e sobre ter ou não filhos, enquanto as duas últimas reportagens analisadas do *Brasil Mulher* estavam mais alinhadas com a ideia de essa deveria ser uma decisão do casal.

Na mesma edição, o jornal publicou uma carta de um homem que afirma que as mulheres não estavam preparadas para a liberdade sexual e que “em pouco tempo sua cabeça

estará tão pesada que precisará descansá-la de vez em quando no sofá do analista” (NÓS MULHERES, 1976, n. 1, p. 18). Em resposta a isso, o jornal se posiciona contrário, afirmando que o problema não é a liberdade sexual das mulheres, mas sim a falta de diálogo sobre o assunto. Finalizam com a promessa de que o assunto seria abordado nas edições seguintes, o que não aconteceu com tanta ênfase.

Ainda em 1976, na edição número 2, de setembro, o *Nós Mulheres* publicou uma carta escrita por uma mulher, criticando o tom dado ao jornal anterior:

O primeiro número do nosso jornal realmente não foi nada interessante em termos de entretenimento, nem de cultura. Infelizmente as escritoras dos artigos (que me desculpem esqueceram-se de ser as ‘lutadoras’ que querem libertar-se de sua condição de mulheres. Fizeram o que todas as mulheres fazem: reclamar, reclamar e reclamar. Todos os artigos escritos por mulheres, eu como mulher, acho que são dramáticos (NÓS MULHERES, 1976, n. 2, p. 14).

Em resposta, o jornal afirmou que, primeiro, o objetivo nunca foi produzir um jornal de entretenimento e, segundo, a situação da mulher no Brasil é dramática. A seleção de críticas para publicação é importante também para o jornal reafirmar sua posição e justificar suas escolhas, um espaço para responder uma opinião que pode ser compartilhada por outras leitoras.

No ano seguinte, em junho de 1977, o *Brasil Mulher* publicou novamente sobre a questão de planejamento familiar e controle de natalidade, com a reportagem “O planejamento familiar da miséria”. Seguindo com as denúncias ao projeto da Bemfam, publicam a informação de que no ano anterior a entidade havia distribuído pílulas anticoncepcionais para 200 mil brasileiras, principalmente no Nordeste. No decorrer do texto são apresentados os mesmos argumentos das edições anteriores, contrários aos programas de planejamento familiar que tem como base o controle de natalidade. Por fim, a reportagem é finalizada com a seguinte charge:

Figura 7 – Charge publicada no jornal *Brasil Mulher*, 1977, n. 7.



Fonte: Acervo Sérgio Buarque de Holanda<sup>32</sup>

No mesmo mês, o jornal *Nós Mulheres* se distanciou do assunto do controle de natalidade para apresentar uma reportagem sobre a menstruação, com o título “Menstruação: vamos falar nela?”. Com o intuito de incentivar o autoconhecimento do corpo, o texto inicia afirmando que a menstruação é um assunto tabu e que é vista como algo negativo por significar que a mulher não está grávida. Aproveitando o assunto, o jornal fez um paralelo entre esse tom negativo imputado à menstruação e a falta de liberdade sexual feminina:

Muito embora nossa vida sexual esteja ainda irremediavelmente ligada à capacidade de procriar, o caminho da liberdade parece estar na clara separação entre nosso papel de mãe, que deve ser uma escolha, e o de ser humano com necessidades afetivas e sexuais (NÓS MULHERES, 1977, n. 5, p. 4).

<sup>32</sup> Disponível em: <https://acervo.fpabramo.org.br/index.php/jornal-brasil-mulher-7>. Acesso em: 14 ago. 2020.

Por fim, explicam como funciona o ciclo menstrual e alguns efeitos no corpo da mulher ligados a ele. Enquanto isso, no mês de agosto, o jornal *Brasil Mulher* continuou a tratar sobre o programa de planejamento familiar, retornando especificamente sobre o assunto das pílulas, com a reportagem “Pílulas: o risco que correm 80 mil mulheres”. Com o mesmo posicionamento das publicações anteriores, dessa vez é apresentado o Programa de Prevenção de Gravidez de Alto Risco, que pretendia distribuir pílulas anticoncepcionais para 80 mil mulheres que tinham a possibilidade de enfrentar uma gravidez de alto risco. Segundo o texto, o governo considerava gravidez de alto risco quando a mulher estava em situação de “subnutrição ou outros problemas” e que o risco dessa gravidez era maior do que qualquer risco apresentado pelo uso da pílula. Como já foi percebido anteriormente, nesse momento não há um incentivo para que as mulheres parem de utilizar esse método contraceptivo, há, no entanto, uma preocupação com a forma de distribuição dessas pílulas pelo governo e sua motivação. Segundo o jornal, foi constatada uma mudança ideológica na forma de trabalhar o planejamento familiar, já que antes o governo defendia que devia ser uma escolha do casal, sem interferência estatal, mas que depois passou a promover programas (como por meio de convênios com a Bemfam) que tem como princípio o controle de natalidade.

Retomando o assunto, o jornal *Nós Mulheres* de setembro de 1977 publicou a reportagem “Pílulas para milhões”, em que critica o trabalho da Bemfam e faz denúncias de suas práticas. Com o mesmo posicionamento de reportagens anteriores, se apresenta contrário ao projeto de controle de natalidade promovido pelo governo militar. Logo abaixo, no texto intitulado “Rumo ao planejamento familiar”, explica também sobre o Programa de Prevenção de Gravidez de Alto Risco. Com isso, o jornal defende que a mulher tenha acesso a informações sobre diferentes métodos, para que possa escolher por conta própria e com acompanhamento médico de qualidade:

No momento, o importante é que a possibilidade de controlar o número de filhos, separando assim o prazer sexual da procriação – que é um direito das mulheres – não seja transformado em programas de controle de natalidade irracionais, prejudiciais e muitas vezes coercitivos. Cabe a todos – principalmente às mulheres – assegurar isso desde já, exigindo informações sobre os métodos existentes para evitar a gravidez e a livre escolha do método a ser utilizado (NÓS MULHERES, 1977, n. 6, p. 12).

Em junho de 1978, pela primeira vez a questão do aborto ganha destaque no jornal *Brasil Mulher*, ocupando duas páginas. A primeira reportagem, intitulada “No Brasil, o aborto é proibido. Mas acontece”, apresenta muitos dados, como o número de abortos ilegais realizados no Brasil por ano. A crítica principal gira em torno da falta de informações que as

mulheres têm sobre métodos anticoncepcionais e os riscos aos quais muitas mulheres precisam se submeter para realizar abortos clandestinos. Mencionam também um projeto de lei que estava sendo discutido sobre a legalização do aborto no Brasil. Na página seguinte, na seção *Rosa dos Ventos*, a reportagem “As mulheres italianas legalizaram o aborto”, que apresenta a lei aprovada pelo senado italiano em 1978 que legalizava o aborto. A partir de comentários das mulheres que participaram da luta por esse direito, o jornal demonstra como essa questão foi uma vitória do movimento feminista que esteve organizado desde 1971 em favor da causa:

O direito do aborto livre e gratuito tem sido levantado por todos os movimentos e organizações de mulheres na Europa. A denúncia pública e em massa feita pelas próprias mulheres que abortaram, na França, na Alemanha e em outros países, foi uma das formas de luta pela qual se expressou essa revolta contra uma legislação que as obrigava a praticar o aborto ilegal e em más condições. Foi pela luta e organização dessas mulheres que os governos dos diferentes países se viram pressionados e legalizaram o aborto (BRASIL MULHER, 1978, n. 13, p. 5).

Apesar do reconhecimento de que foi a partir do movimento de mulheres e do movimento feminista que a questão do aborto se tornou uma discussão pública e política, os jornais optaram por não dar muito espaço ao assunto. Segundo Amelinha Teles, que participou do jornal *Brasil Mulher*, o tema era pauta recorrente entre as feministas, apesar de não estar tão evidente nos jornais:

Defender o aborto era praticamente definir-se como feminista. Ao mesmo tempo em que a luta pelo aborto legal estava desde o primeiro momento, era também uma pauta polêmica quando pensada nas articulações e alianças políticas com outros movimentos (TEGA; BELLUCI, 2019, p. 155).

Em concordância com o relato de Amelinha, Danielle Tega e Maria Quartim apresentam que, apesar de não ter aparecido no jornal, o aborto era discutido pelas integrantes do *Nós Mulheres*, de acordo com as atas de reuniões realizadas pelo grupo (TEGA; MORAES, 2021, p. 137). Assim, considerando que essas mulheres estavam alinhadas com a militância a favor da legalização do aborto, fica evidente que haviam outros motivos para excluir o assunto das páginas dos jornais como, por exemplo, a necessidade de fazer alianças com a Igreja Católica, contrária ao aborto, em prol da luta contra a ditadura.

Em seu último número, edição 8, de junho de 1978, o jornal *Nós Mulheres* mudou o formato do jornal, deixando de usar uma capa, iniciando com diversas notícias menores. Dentre elas, na primeira página, “Pílulas: quem pediu?”, que critica o Programa de Prevenção da Gravidez de Alto Risco que pretendia distribuir a pílula em grandes quantidades, sem oferecer

outros métodos para as mulheres, e finaliza com a crítica: “tudo isso, sem a menor consulta à principal interessada: a mulher” (NÓS MULHERES, 1978, n. 8, p. 1).

Ainda no número 8, o *Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris* enviou uma carta ao jornal, em que apresentou uma crítica principalmente à falta de reportagens específicas sobre a situação da mulher ou então a forma como esses temas eram abordados que, por se tratar de um dos poucos veículos de informação que trabalhavam esses temas (como sexualidade, prostituição, etc.), “várias vezes os artigos são tímidos e sente-se o vacilo da máquina com medo de avançar demais” (NÓS MULHERES, 1978, n. 8, p. 2). Questionam também a falta de debate sobre as teorias feministas, faltando um espaço para essas questões no jornal. Ainda, fazem uma pergunta muito importante às mulheres responsáveis pelo jornal: “gostaríamos de saber se o jornal conseguiu estabelecer laços com seu público, abrindo caminho para ser um jornal **deste** público e não somente dirigido a ele” (NÓS MULHERES, 1978, n. 8, p. 2). Em resposta à carta, a equipe do jornal não se mostra ofendida ou na defensiva, pelo contrário, ao sinalizar uma abertura às críticas demonstra que as questões levantadas seriam possivelmente consideradas (como não houve mais publicações, não é possível saber se de fato as sugestões seriam incorporadas ao jornal).

Novamente sobre o Programa de Prevenção da Gravidez de Alto Risco, a edição especial de março de 1979, o jornal *Brasil Mulher* apresenta os mesmos argumentos anteriores, o jornal defende que a prevenção do risco deve ser feita por meio do acesso ao acompanhamento médico pré natal e não com a imposição de evitar a gravidez:

Fala-se muito em controlar a natalidade, mas é importante lembrar um detalhe: em todos os países onde o controle de natalidade foi implantado, a iniciativa era tomada em consequência do desenvolvimento social e econômico, e nunca o contrário. Nos países desenvolvidos, a renda, o trabalho, a escolaridade, a urbanização, levaram as mulheres a planejar o número de filhos que desejam ou podem ter (BRASIL MULHER, 1979, n. especial, p. 7).

Considerando a trajetória dos dois jornais em relação a esse tema específico, é possível perceber uma mudança de posicionamento principalmente no *Brasil Mulher*, que inicia com uma opinião mais incisiva contra as pílulas anticoncepcionais, quase uma campanha contra o método, inclusive incentivando que as mulheres as jogassem fora – fato criticado pelo *Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris*. No decorrer das publicações ao longo dos anos restantes do jornal, as reportagens sobre o tema foram mais no sentido de se posicionar contra os programas de controle de natalidade promovidos pelo governo, se aproximando do tom do *Nós Mulheres*.

Também é possível perceber como o aborto era um tema interdito pelas próprias produtoras dos jornais, seja por fatores externos ou mesmo internos à redação do jornal. Já era um assunto que vinha sendo trabalhado, principalmente por grupos feministas, mas ao longo de todas as publicações ganhou destaque apenas no jornal *Brasil Mulher* de julho de 1978, como foi apresentado anteriormente.

Mesmo não sendo o foco de nenhum dos jornais, o *Brasil Mulher* colecionou uma quantidade maior de reportagens sobre o assunto, que costumavam receber destaque com uma ou duas páginas inteiras. Apesar disso, não foi possível localizar publicações de cartas discutindo o assunto nas páginas dos dois jornais, com exceção da carta do *Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris* veiculada no jornal *Brasil Mulher*. Sobre isso, podemos levantar algumas hipóteses: pelas cartas que foram publicadas, é possível perceber que o público dos dois jornais estava muito interessado nas temáticas de trabalho e da vida doméstica, inclusive utilizando o espaço para relatar suas experiências, então existe a possibilidade de que não se interessavam o suficiente sobre o tema de métodos contraceptivos a ponto de enviarem uma carta sobre o assunto. Outra possibilidade é de que o jornal tenha um público mais voltado para a classe média, apesar dos esforços das mulheres para que suas publicações atingissem outro público, e que então essas mulheres não tenham se identificado com as denúncias feitas pelos jornais sobre os programas de controle de natalidade promovidos pelo governo que, como foi apresentado nas reportagens, alcançavam a população mais pobre. Por fim, outra hipótese é que os jornais tenham recebido cartas sobre esses temas, mas essas não eram selecionadas para a publicação.

## 4. O FEMINISMO E DEMOCRACIA

### 4.1. DEMOCRACIA À BRASILEIRA

Mesmo antes do golpe militar a política brasileira era instável e as vias democráticas nem sempre foram escolhidas para resolver os problemas do país. No início da história republicana o Brasil enfrentou autoritarismos e nossos primeiros presidentes foram militares, o Marechal Floriano Peixoto e o Marechal Deodoro da Fonseca. Mais tarde, nos anos 1930, um golpe de estado efetuado por Getúlio Vargas, que instaurou o Estado Novo. Então, depois de poucos anos de uma certa “normalidade” – mas nunca calma – a população vivenciou mais um período ditatorial com o golpe militar de 1964. Mesmo em nossa história recente a democracia é constantemente violada, sendo o ápice em 2016, com o golpe que resultou no impeachment da então presidenta e ex-presença política Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores. Processo que abriu espaço e deu forças ao extremismo da direita, que culminou na eleição de Jair Bolsonaro, enfraquecendo ainda mais as instituições democráticas com seu discurso negacionista e autoritário.

Entre um golpe e outro, a população brasileira experimentou curtos períodos democráticos e, mesmo nesses períodos, houveram conflitos. Questiona-se, ainda, se podemos realmente afirmar que houve, em algum momento, uma democracia, visto que as diversas violências impedem o pleno exercício da cidadania, como o racismo, a LGBTfobia, a misoginia, a desigualdade social e a miséria. Em um país em que grande parte da população é impedida de participar ativamente da política – apesar de terem direito a isso – a luta contra essas violências se torna também um meio de estender a cidadania e fortalecer o regime democrático.

O feminismo sempre participou desse movimento em busca de igualdade também política, desde a conquista do direito ao voto feminino até a inclusão de suas pautas e reivindicações na Constituição de 1988. Há, também, feminismos brasileiros que sempre se mantiveram desconfiados da política institucional, muito por conta de explicitarem os problemas de uma política de representação. Como exemplo, a figura de Maria Lacerda de Moura, que em um determinado momento se aproximou de Bertha Lutz, mas que não levantava a bandeira do sufrágio universal. Ao contrário, chegou a afirmar que nunca votaria (ARAJEJCZYK, 2013, p. 244) e defendia que a emancipação feminina aconteceria por meio da educação. Então, o feminismo no Brasil tinha diferentes perspectivas em relação à política e à democracia. Apesar das dificuldades impostas às mulheres na participação da política institucionalizada, elas criaram novas formas de fazer política e lutar por seus direitos. Formas que, mesmo muitas vezes sendo paralelas ao Estado, o impactaram profundamente (BIROLI,

2018, p. 174). Para o jornal *Nós Mulheres*, a luta pela emancipação da mulher e a defesa da democracia andavam juntas no feminismo:

Esses movimentos, na sua maioria, lutam pela emancipação da mulher brasileira e por sua participação mais ativa na defesa da democracia. Para nós, o feminismo é a conjugação desses dois elementos inseparáveis, em uma luta que nos leva a examinar mais profundamente o lado específico da opressão social que recai sobre a mulher (NÓS MULHERES, 1976, n. 3, p. 7).

Segundo Marcos Napolitano (2019, p. 241), o conceito de democracia era entendido de diferentes formas durante a ditadura militar e, para a esquerda, a democracia precisava ser “substantiva”, ou seja, precisava ir além da ideia de direitos e deveres, estava ligada também à justiça social e à participação popular na política. Apesar das divergências, a exigência por democracia se intensificou na década de 1970 e, para as mulheres dos jornais, sem a democracia não seria possível a emancipação feminina. Ou seja, desse ponto de vista a democracia é essencial ao feminismo e à sua luta por igualdade.

Norberto Bobbio, em seu livro *Dicionário de Política* (1998, p. 328-329), define democracia substancial, como a que Napolitano afirma ser a defendida pela esquerda política da época, como uma democracia *para* o povo, enquanto a democracia formal é uma democracia *do* povo. As duas formas representam o conceito mais geral de democracia, ou seja, em ambos os casos há uma participação do povo dentro do sistema político, entretanto no caso da democracia substancial, apenas a participação do povo não é suficiente, é preciso haver igualdade ou, pelo menos, condições dignas de vida para a população. Tal característica é percebida nas defesas à democracia feitas pelas páginas dos dois jornais já que ao lado das reivindicações pelo fim da ditadura e pelos direitos democráticos, aparecem também reivindicações por melhores condições de vida e de trabalho e por uma sociedade mais justa.

Essas questões foram incorporadas com mais intensidade ao discurso da esquerda depois do Ato Institucional número 5 e do extermínio dos grupos armados, quando houve uma mudança de estratégia e de reivindicações, principalmente considerando os militantes que estavam em seu segundo exílio, em países europeus:

Houve um processo crescente de valorização da defesa dos direitos humanos e foram criados grupos de exilados que mobilizavam campanhas de denúncia da ditadura no exterior. O projeto de transformação da sociedade foi revisto e reavaliado a partir da experiência no Brasil e na América Latina, e uma nova temática foi incorporada ao debate político pela esquerda brasileira: a democracia (BASTOS, 2007, p. 65).

Segundo Marcelo Ridenti, nesse momento “encerrou-se a proximidade imaginativa da revolução” (2010, p. 78). Essa mudança não significou abandonar o desejo e empenho pela revolução socialista, mas sim uma mudança dos meios para atingir esse objetivo. A autocrítica feita pelos militantes no exílio nesse momento, em seus grupos de discussão, não gerou os mesmos projetos e reflexões, causando discordância e conflitos entre eles. Para alguns, inclusive para as feministas que mais tarde formaram os jornais, a redemocratização no Brasil era essencial para dar continuidade às lutas sociais e ao projeto socialista.

Em um artigo publicado em 1979, portanto durante o período em que o jornal *Brasil Mulher* ainda era veiculado, intitulado “A democracia como valor universal”, Carlos Nelson Coutinho analisou essa relação da esquerda com a democracia e o socialismo. O autor defendeu uma democracia socialista das massas e acreditava na necessidade da democratização da economia, com caráter “antimonopolista, antilatifundiário e antiimperialista” (COUTINHO, 1979, p. 43). Segundo ele, considerando a trajetória autoritária brasileira e o regime de exceção que viviam naquele momento, os “passos” seguintes seriam:

Em primeiro lugar, lógica e cronologicamente, trata-se de primeiro conquistar e depois consolidar um regime de liberdades fundamentais, para o que se torna necessária uma unidade com todas as forças interessadas nessa conquista e na permanência das “regras do jogo” a serem implementadas por uma Assembleia Constituinte dotada de legitimidade. E, em segundo, trata-se de construir as alianças necessárias para aprofundar a democracia no sentido de uma democracia organizada de massas, com crescente participação popular; e a busca da unidade, nesse nível, terá como meta a conquista do consenso necessário para empreender medidas de caráter antimonopolista e antiimperialista e, numa etapa posterior, para a construção em nosso País de uma sociedade socialista fundada na democracia política (COUTINHO, 1979, p. 45-46).

A utilização da imprensa alternativa como forma de resistência à Ditadura Civil-Militar pode ser entendida como uma forma de resistência não violenta. Como aponta Judith Butler, a não violência é um discurso e surge sempre em um cenário onde a violência é uma possibilidade, mas escolhe-se a outra opção como forma de resistência. É um posicionamento ético-político coletivo, que tem como objetivo o combate à desigualdade:

Deste modo, encarna uma resistência a forças sistêmicas de destruição e compromete-se com a construção, em corresponsabilidade, de um mundo que reconhece na interdependência global e no valor igualitário de cada vida os fundamentos éticos para combater a desigualdade (AFONSO, 2021, p. 101).

A violência em si ocorre em meio às desigualdades já que supõe que algumas vidas devem ser preservadas, enquanto outras são exterminadas. A luta pela igualdade social a partir

da não violência é uma forma de quebrar o ciclo violento institucionalizado na sociedade. No caso da Ditadura Brasileira, durante os Anos de Chumbo os discursos contrários aos dos militares e as reivindicações não eram consideradas, eram silenciadas com censura e violência. Quando se iniciou o processo de distensão política e uma suposta diminuição do aparato de censura – o que não ocorreu de fato, visto que durante o governo Geisel mídias foram censuradas, o Congresso foi fechado, foi criada a Lei Falcão e o conjunto de leis conhecido como Pacote de Abril, mecanismos institucionalizados de censura – os grupos da luta armada já haviam sido eliminados e a resistência foi desviada para formas não violentas, como a imprensa alternativa.

Portanto, para Butler, a não violência é “um modo de resistência, especialmente quando recusa e rompe os enquadramentos por meio dos quais a guerra é forjada repetidas vezes” (BUTLER, 2016, p. 259). Muitas mulheres que optaram por seguir o caminho da não violência por meio dos jornais haviam participado, anteriormente, da guerra de guerrilhas e, por conta disso, muitas foram presas e torturadas, perderam amigos, companheiros, familiares e precisaram abandonar suas vidas para seguir para o exílio ou para a clandestinidade. Os traumas causados por essas perseguições e perdas também podem ter aberto a possibilidade de uma militância não violenta.

Segundo Butler, somos formados por normas e categorias – não necessariamente violentas – impostas pela sociedade e convivemos com elas durante a vida até que, em algum momento, tomamos consciência delas e ocorre uma possibilidade de ruptura. A partir dessa ruptura, passamos a viver em constante luta contra essas normas e categorias. Como não é possível viver fora das relações de poder, podemos apenas “contestar o poder determinante desta produção” (BUTLER, 2016, p. 240), por isso a importância do trabalho ético na transformação dos modos de vida e da crítica aos modos de sermos governados. Essas normas e categorias podem ser entendidas como parte das violências simbólicas cometidas pela Ditadura ao veicular formas subjetivas normalizadoras esperando que os indivíduos se adaptem a elas e ajam na sociedade de acordo com as normas comportamentais estabelecidas, ou então das violências materiais – contra o corpo feminino – que visavam corrigir o desvio que era considerado ser mulher e militante, por meio de torturas específicas e estupros. As imposições sociais sobre o ser mulher não nasceram da Ditadura, mas eram mantidas por ela a partir da manutenção e reafirmação de modelos tradicionais e patriarcais que procuram impor o lugar da mulher e o modo de ser mulher. Segundo Margareth Rago “a moral dominante era profundamente conservadora e, não raras vezes, as feministas eram atacadas como lésbicas, prostitutas, sempre com uma carga preconceituosa muito violenta” (2013, p. 231).

A escolha deliberada do uso do discurso feminista como forma não violenta de resistência à Ditadura presente nos jornais é percebida de forma menos explícita em reportagens que tratam sobre a busca por igualdade de salários e de oportunidades, sobre o direito das mulheres, sobre as relações de gênero, entre outros, já que vai contra as normas e categorias tradicionais mantidas ou reforçadas pela sociedade autoritária da Ditadura. Dessa forma, as novas estratégias de resistência estão presentes na utilização das lentes do feminismo para analisar a realidade da mulher e suas relações com a sociedade. Já o discurso não violento como forma de resistência à Ditadura especificamente se manifesta de forma mais explícita em reportagens sobre as censuras, violências e em favor da redemocratização, sendo o último muito recorrente e muito associado às lutas feministas.

#### 4.2. A DEMOCRACIA E OS JORNAIS

Ao longo da vida dos jornais *Nós Mulheres* e *Brasil Mulher*, o assunto da democracia foi abordado de diferentes formas. As eleições, assunto recorrente, foram analisadas dependendo do momento pelo qual o país passava, se a população tinha mais ou menos possibilidade de participação. Durante a década de 1970, o Brasil passou por um período de “distensão política lenta e gradual” (SARTI, 1998, p. 4) – e, também, seletiva. Por conta da crise mundial do petróleo e, por consequência, o fim do suposto “milagre econômico” dos anos 1960, que teve seu fim já no início da década de 1970, somado à forte repressão das liberdades individuais e coletivas característica dos Anos de Chumbo, a Ditadura Civil-Militar perdeu legitimidade, principalmente entre as classes baixa e média da população. Parte desse descontentamento foi percebido pelo resultado das eleições de 1974 para o legislativo, ocasião em que o MDB, partido de oposição, conseguiu eleger muitos de seus candidatos, ganhando espaço político em meio à Ditadura. Para o processo eleitoral daquele ano, Geisel havia diminuído a censura na propaganda política, o que também impactou positivamente a campanha da oposição. O MDB conquistou 16 das 22 cadeiras do Senado, enquanto na Câmara aumentou sua ocupação de 87 para 165 deputados, fazendo com que a Arena perdesse os dois terços necessários para aprovar o que lhes interessasse sem dificuldades (CARVALHO, 2021, p. 181).

Então, por conta do descontentamento social e da crise econômica, Ernesto Geisel iniciou o processo de distensão, a partir do qual “aumentaria os espaços de participação política e anularia os mecanismos mais explícitos de repressão” (SWENSSON JR.; MATTOS, 2003, p. 64). Apesar da existência desse projeto e de ainda hoje existir uma visão mais liberal da história que construiu o discurso de que Geisel foi responsável pelo processo de redemocratização do país:

[...] o saldo repressivo do governo Geisel não autoriza falar em democracia ou mesmo em distensão: durante seu governo houve 39 opositores desaparecidos e 42 mortos pela repressão. A censura à imprensa, às artes e às diversões foi amplamente utilizada, abrandando-se somente em meados de 1976; o Congresso foi fechado durante 15 dias (NAPOLITANO, 2019, p. 234).

Segundo os historiadores Marco Aurélio Vannucchi e Walter Cruz Swensson Jr (2003, p. 73), os militares “promovidos” a cargos mais intimamente ligados à repressão (responsáveis pelas prisões, perseguições e torturas) não estavam dispostos a abrir mão de sua autonomia e poder em nome da distensão política. Com isso, além de precisar lidar com uma população cada vez mais visivelmente insatisfeita (crescimento da imprensa alternativa, novas manifestações, aumento no número de diretórios do MDB espalhados pelo Brasil, dentre outros fatores), Geisel ainda perdia apoio de parte dos militares, estando em conflito com as diferentes forças brasileiras.

A intenção de Geisel e de outros militares presentes no governo não era a de que o Brasil passasse de uma ditadura para uma democracia plena, mas sim previa a substituição por um governo civil autoritário. Ou seja, a abertura política foi guiada pelos militares, que pretendiam “autorizar” no poder civis que concordassem com a postura das Forças Armadas, portanto, o objetivo não era a volta da democracia, mas, sim, a institucionalização do regime ditatorial, inclusive dos crimes cometidos por ele, por meio de civis que continuassem o caminho tomado pelo Golpe de 1964 e que agissem sob tutela militar. Por isso, por vezes permanece a impressão de que o governo de Geisel foi mais permissivo, entretanto, tal característica era seletiva já que as prisões, assassinatos e censuras continuaram existindo em seu governo. A decisão pela distensão e abertura política não partiu de uma vontade por democracia, mas sim da impossibilidade de sustentar um governo nos moldes que havia se instalado desde 1964. Segundo Marcos Napolitano, os militares julgavam que:

[...] era preciso iniciar uma normalização da vida política, que no jargão político da época significava consolidar o espírito de tutela do AI-5 em princípios constitucionais, abrandar o controle da sociedade civil, sem necessariamente dar a ela espaço político efetivo no processo decisório, e, em um futuro incerto, devolver o poder a civis identificados com as doutrinas que inspiraram 1964 ou que, ao menos, não lhes fossem hostis (NAPOLITANO, 2014, p. 213).

Entretanto a população exigia liberdades democráticas – a partir dos mais diversos entendimentos do conceito de democracia – e a combinação de crise econômica e a diminuição da censura à imprensa fizeram com que a população tivesse mais espaço para se posicionar contra, por exemplo, as mortes “misteriosas” e os desaparecimentos, como foi o caso do

jornalista Vladimir Herzog que, segundo a polícia, suicidou-se nas dependências do DOI-Codi de São Paulo. Pessoas foram às ruas em sinal de indignação com a morte do jornalista e tantos outros que haviam sido assassinados ou que estavam desaparecidos (SCHWARCZ; STARLING, 2018, p. 471-472). Entretanto, o espaço que o MDB havia ganho nas eleições legislativas de 1974 não serviu como regra para a eleição seguinte já que, nas eleições municipais de 1976, a Arena obteve mais sucesso, elegendo mais candidatos. A volta por cima por parte do governo militar ocorreu, principalmente, por conta da aprovação da Lei Falcão que limitava a propaganda eleitoral, diminuindo os debates e diálogos acerca dos candidatos na televisão.

Após a derrota do MDB nas eleições de 1976, o governo retomou o diálogo com a oposição para, em seguida, voltar atrás: Geisel não conseguiu negociar as medidas de institucionalização da Ditadura com o MDB, o que fez com que o Congresso fosse fechado para que, no dia primeiro de abril de 1977, fossem aprovados os “pacotes de abril”<sup>33</sup>. Estudantes, intelectuais, MDB, Igreja Católica, imprensa, empresários e trabalhadores encabeçaram movimentos de oposição ao governo militar. Durante o ano de 1977 a esquerda, principalmente na figura dos estudantes, passou a mobilizar manifestações e passeatas, que foram reprimidas. Além disso, parcelas da população passaram a exigir uma Assembleia Nacional Constituinte (NAPOLITANO, 2014, p. 230-238).

Portanto, um governo que teve seu início marcado por promessas de abertura política voltou a endurecer a repressão com a sensação de perda do controle (já que a ideia nunca foi ceder o poder por completo) para, depois, retomar o projeto de abertura lenta e gradual – ou projeto de institucionalização do regime de exceção. Segundo Napolitano “até o começo de 1977, a abertura era uma miragem, um projeto incerto, mais preocupado em reorganizar o ‘modelo político’ do regime. A partir de 1978, transformou-se em uma agenda política voltada para a transição democrática” (2014, p. 236).

Considerando esse contexto e o período em que os jornais iniciaram suas atividades, a primeira eleição abordada por eles foi a de 1976. No início desse ano, o BM de número 3, publicou a reportagem “Eleições, um novo teste” (BRASIL MULHER, 1976, n. 3, p. 3), analisando as eleições de 1974 e incentivando a participação de todos na eleição que ocorreria no final do ano. De forma muito lúcida, as mulheres buscaram compreender os motivos para a vitória da oposição na eleição passada, sem a ilusão de que isso significava uma vitória

---

<sup>33</sup> Os “pacotes de abril” foram um conjunto de decretos-lei e emendas que tinham como objetivo a institucionalização do regime ditatorial por meio de uma reforma jurídica e constitucional, que decretaram, por exemplo, a eleição indireta de um terço do Senado e dos governadores.

automática em 76. Considerando o êxodo rural como um fator determinante nas eleições, sugeriram que estando na área urbana essas populações teriam mais liberdade de voto, já que não estariam mais sob domínio das oligarquias rurais. Ainda, criticaram as eleições indiretas e o bipartidarismo, que impediam a verdadeira possibilidade de escolha de seus representantes políticos e enfraquecia a oposição. Por fim, apresentam a data em que a mulher conquistou o direito ao voto, mas menosprezam esse exercício político ao afirmarem que “normalmente elas votam em quem o pai, o marido ou o noivo vota” e que “os argumentos de que o voto feminino é irracional, aleatório, não são inteiramente justos” – mas então seriam parcialmente justos? A crítica à democracia representativa e à esperança de que a via institucional resolveria todos os problemas é recorrente no feminismo brasileiro.

Ainda em 1976, o jornal em sua edição número 4 (BRASIL MULHER, 1976, n. 4, p. 7), publicou uma reportagem sobre a exclusão dos analfabetos do direito ao voto, o que significa excluir parte significativa da população brasileira de se manifestar politicamente e exercer sua cidadania. Aproveitando o tema, o texto analisou a perda de sentido do voto ao instituir eleições indiretas, bipartidarismo, censura, cassações, etc. Segundo José Murilo de Carvalho, durante o governo militar houve “a manutenção do direito do voto combinada com o esvaziamento de seu sentido [...]” (CARVALHO, 2021, p. 178). Nessas duas reportagens anteriores à eleição de 1976, não houve necessariamente um incentivo direto ao voto ou uma propaganda do partido político de oposição. Houve, sim, uma crítica ao modo como o regime militar controlava a política e afastava cada vez mais a vontade popular. Não podemos perceber também uma falsa esperança de que o resultado das eleições de 1974 obrigatoriamente se repetiria em 1976, apesar do descontentamento da população.

O jornal *Nós Mulheres* também publicou duas reportagens antes da eleição de 1976, com uma abordagem um pouco diferente. A primeira, intitulada “Eleições municipais, saiba escolher seu candidato”, inicia com dados que demonstravam como a Arena tinha controle da política municipal, com um número maior de prefeitos e vereadores. Em seguida, explicam porque, apesar da possibilidade de escolher seus representantes por meio do voto, aquela não seria uma eleição democrática: bipartidarismo e a censura da Lei Falcão. Por fim, ao contrário do jornal *Brasil Mulher*, há um chamado para participar ativamente das eleições municipais:

Se até agora a população tinha uma atitude conformada diante de seus problemas, a situação começa a mudar, tanto que vários trabalhadores decidiram disputar eles mesmos as eleições, pois a Câmara Municipal ou a Câmara dos Vereadores pode ser um instrumento importante para que o povo faça ouvir a sua voz (NÓS MULHERES, 1976, n. 2, p. 3).

Com esse incentivo à participação, finalizam apresentando uma candidata mulher do MDB, sem divulgar seu nome, portanto sem fazer uma propaganda a uma pessoa, mas sim a uma ideia.

Ainda no mesmo ano e antes da eleição, a segunda publicação ocupou duas páginas do jornal e buscou chamar a atenção do leitor com uma imagem de várias pessoas reunidas com as mãos erguidas e o título “Votar por que?”. Com um claro discernimento de que o processo eleitoral não era democrático, novamente as mulheres decidem elencar os motivos para tal. Dessa vez de forma mais detalhada, retomam a questão da eleição indireta, bipartidarismo e decretos que censuram as campanhas, acrescentando ainda o controle do poder municipal pelo poder estadual e federal, dominado pela Arena. Um texto que inicia com um tom mais pessimista – ou realista – muda de rumo ao apresentar opiniões de mulheres que, apesar de todas as restrições, entendem que é importante escolher bem seu candidato e votar. Para finalizar, apresentam algumas mulheres candidatas e suas propostas, inclusive uma candidata pela Arena, com um discurso completamente contrário ao defendido pelo jornal.

Após as eleições, o jornal Brasil Mulher, ainda em 1976 em sua edição número 6, publicou a reportagem “Apesar das eleições”, com uma grande charge antes do texto:

Figura 8 – Reportagem “Apesar das Eleições” do jornal Brasil Mulher, 1976, n. 6

# APESAR DAS ELEIÇÕES

Dia 15 de novembro último, 40 milhões de brasileiros foram chamados às urnas para votar, escolher os prefeitos e os vereadores de quase quatro mil municípios. Dias depois, os dois partidos permitidos no país passaram a contar suas glórias: a Arena porque conseguiu a maioria de votos e de candidatos eleitos, recuperando-se da derrota sofrida nas eleições para o Senado, em 1974; e o MDB porque conseguiu aumentar o número de vereadores e prefeitos eleitos, em comparação com as eleições municipais de 72.

Mais importante do que a análise simples dos resultados e o significado dessas eleições no quadro político nacional, já que foram realizadas com todas as regras que caracterizam um regime de exceção. Assim, apresentamos a seguir alguns pontos que, no nosso entender, merecem reflexão.

### Realização

Essas eleições municipais, a exemplo de todas as outras realizadas após 1964, prescindiram de princípios democráticos básicos. Como considerar válida e real a manifestação dos eleitores se as opções ficaram restritas aos dois partidos criados e permitidos pelo governo? Como classificar de “livres” as eleições de 15 de novembro se não há liberdade para o exercício dos mandatos políticos, já que pairam sobre os eleitos as ameaças de cassação pelo AI-5? Como o povo pode escolher livremente seus representantes se não existe liberdade de associação e organização nos diversos setores de atividades, se não existe liberdade de expressão e informação e esta permanentemente ameaçada pela repressão policial?

Como considerar essas eleições representativas se os eleitores nas capitais dos Estados e nos 151 municípios considerados áreas de segurança nacional e estâncias hidrotermais não puderam, mais uma vez, escolher os prefeitos? Além disso, como considerar consciente a escolha dos eleitores se essas eleições tiveram a particularidade de receber como norma de última hora a «Lei Falcão», que proibiu os candidatos de apresentarem suas mensagens no rádio e na televisão?

Não bastassem essas restrições, o clima em que transcorreram as eleições também contribuiu para colocar em dúvida a sua validade em termos de manifestação livre da população, já que o governo federal e os governos estaduais usaram e abusaram de suas máquinas administrativas e o próprio presidente da República chegou a caracterizar o pleito de forma plebiscitária (sim ou não ao seu governo).

Não houve cidade brasileira que não tivesse recebido a visita de um enviado oficial e as promessas tradicionais de vespereira de eleições, como a construção de casas populares, centros sociais urbanos para o trabalhador, etc. A isso, deve-se acrescentar as pressões exercidas direta ou indiretamente pelos organismos oficiais a funcionários e a terceiros, o que influiu, inclusive para que muitas pessoas não participassem e não se manifestassem pela oposição. Não faltaram ainda exemplos de boicote à campanha do MDB, como cortes de luz, uso da polícia para intimidar os comícios, prisões de cabos eleitorais notadamente no interior dos Estados.

### Apuração

Em número de votos e de prefeitos e vereadores eleitos, ganhou a Arena. Mas isso não impediu o crescimento do MDB em todo o país e, especialmente nos centros urbanos mais populosos. Em 1972 (também eleições municipais), a Arena recebeu 85,24% dos votos válidos e o MDB, 14,76%. No último dia 15 de novembro, a Arena teve votos de cerca de 54% dos eleitores, e o MDB, de 46%. Outro dado importante é que, em 1972, o MDB recebeu votos de 31% dos eleitores das cem maiores cidades do país e agora, em 76, passou a 59%.

No Estado de São Paulo, por exemplo, além de vencer na capital (somente vereadores, de 7 passou para 13 cadeiras), o MDB ganhou em toda a área metropolitana conquistando prefeituras importantes como as das cidades industriais do ABCD (Santo André, São Bernardo, São Caetano, Diadema) e Osasco. Significativa também é a vitória do MDB em todo o Estado do Rio Grande do Sul, onde o partido apresenta maior organização nas bases e maior rigidez na linha oposicionista.

### Canalização

Qualquer tentativa de explicação para o crescimento do MDB, no entanto, deverá estar presa necessariamente às condições políticas, econômicas e sociais, do povo brasileiro, e não apenas aos méritos do próprio partido como real representante da vontade popular. De um modo geral, esse crescimento deve-se ao descontentamento crescente da população com relação à política econômica dos governos após 64 e à defesa de teses mais próximas da realidade do povo brasileiro pelos líderes mais autênticos da oposição que praticamente reavivaram o partido durante a campanha eleitoral de 74.

Sem outra opção — já que a Arena e o partido do governo — o povo tem canalizado todas as suas insatisfações para o MDB, embora a oposição formal de seus membros e as limitações atuais do regime (principalmente nos Legislativos) continue impedindo as transformações necessárias à sociedade brasileira. Ainda mais porque, o MDB, além de romper na sua prática política os compromissos teóricos assumidos durante o calor das campanhas, aglutina dentro de si correntes adesistas e inconsequentes, que nada mais fazem, tão logo alcançarem o poder, do que aplaudir o que aflige o povo brasileiro.

Assim, mesmo com todas as limitações às atividades políticas, parece restar ao povo brasileiro, como uma preparação para o futuro, a opção de organizar-se cada vez mais em todos os setores da sociedade, independentemente da atuação dos dois partidos existentes. Isso não implica, porém, em deixar de participar, apoiar, criticar e procurar fortalecer as lideranças mais autênticas da oposição, mas sempre sem a ilusão de que o MDB — como um todo — pode e vai salvar o Brasil.

BRASIL MULHER 3

Fonte: Acervo Sérgio Buarque de Holanda<sup>34</sup>

<sup>34</sup> Disponível em: <https://acervo.fpabramo.org.br/index.php/jornal-brasil-mulher-7>. Acesso em: 14 ago. 2020.

Assim como feito anteriormente, a democracia foi questionada por conta do bipartidarismo, da censura, das cassações e da eleição indireta em muitos municípios considerados “áreas de segurança nacional”. Apesar da vitória da Arena, o MDB aumentou seu número de candidatos eleitos, com os seguintes dados apresentados pelo jornal: em votos válidos, em 1972, a Arena havia conseguido 85,24% dos votos, enquanto o MDB apenas 14,76%; em 1976, a Arena continuou à frente, porém com apenas 54% dos votos válidos e o MDB, muito mais próximo do que na eleição anterior, conquistou 46%.

Apesar disso, não há no jornal uma romantização do partido de oposição e de sua atuação política. Entende-se que, por ser a única opção não governista, a população insatisfeita é obrigada a escolher o MDB, mas não era um partido que representava de fato o povo:

Assim, mesmo com todas as limitações às atividades políticas, parece restar ao povo brasileiro, como uma preparação para o futuro, a opção de organizar-se cada vez mais em todos os setores da sociedade, independentemente da atuação dos dois partidos existentes. Isso não implica, porém, em deixar de participar, apoiar, criticar e procurar fortalecer as lideranças mais autênticas da oposição, mas sempre sem a ilusão de que o MDB – como um todo – pode e vai salvar o Brasil (BRASIL MULHER, 1976, n. 6, p. 3).

Mesmo considerando todos os empecilhos à atividade política democrática e a falta de representatividade no único partido de oposição, elas ressaltam a importância da participação das mulheres – visto que era o público alvo do jornal – na política. A ideia de apoiar e votar em pessoas, apesar da situação do partido do MDB, estava presente também no jornal *Nós Mulheres*, ao divulgar algumas candidatas do partido e suas propostas. Votar no MDB era a resistência possível dentro da política institucionalizada, entretanto as ações feministas agiam também paralelamente ao Estado, assim como tantas outras organizações sociais. Segundo Flávia Biroli:

[...] cabe lembrar que a ação organizada das mulheres tem seguido cursos alternativos e produzido efeitos também no âmbito estatal. Isso explica por que, ao mesmo tempo que as mulheres e, em especial, as feministas estão sub-representadas na política, observa-se forte reação a suas pautas. Em outras palavras, estabelecem-se reações e controvérsias porque as mulheres e seus movimentos organizados têm encontrado maneiras de dar visibilidade a suas reivindicações e promover suas pautas recorrendo a campanhas, protestos, marchas e formas de participação nos espaços institucionais não restritos às disputas eleitorais (BIROLI, 2018, p. 174).

Com um intervalo maior entre publicações, o número seguinte às eleições do jornal *Nós Mulheres* foi publicado apenas em março de 1977, em seu número 4. Com uma edição especial sobre o Dia Internacional da Mulher e sem uma reportagem específica sobre o resultado das

eleições municipais do ano anterior, foi reservada a seção *Nacional* para tratar de assuntos mais ligados à ditadura. Iniciando com um parágrafo que questiona a existência da democracia no Brasil, o jornal aborda novamente a falta de liberdade imposta pelo AI-5 e pela Lei de Segurança Nacional. Em seguida, pequenas notícias que ilustram o que foi escrito: censura de jornais, políticos cassados, manifesto de intelectuais brasileiros, greve de motoristas e cobradores de ônibus e as discussões sobre liberdade abordadas na 15ª Assembleia Geral da CNBB.

Em seu número especial de abril de 1977, o jornal *Brasil Mulher* publicou uma nota conjunta com o *Nós Mulheres* em que pedem por liberdades democráticas e afirmam o apoio ao Manifesto dos Intelectuais Contra a Censura e ao documento da CNBB Exigências Cristãs de uma Ordem Pública:

Por isso, nesse momento, clamamos por liberdades democráticas, amplas, completas. Sentimos que esse anseio é um grito atravessado na garganta de milhões de brasileiros. Sabemos que a maneira de consegui-las é através da participação ativa e consciente de todos [...]. Por melhores condições de vida e de trabalho! Por liberdades democráticas! (BRASIL MULHER, 1977, n. especial, p. 2).

Em um número voltado principalmente para a comemoração do Dia Internacional da Mulher, a nota conjunta ganhou espaço de destaque ao estar posicionada na segunda página, logo abaixo do editorial. Assim como em outros momentos do jornal, é possível perceber a influência do pensamento marxista e do projeto socialista defendido por essas mulheres que sempre colocam como condição da democracia a igualdade social, condições dignas de trabalho e liberdade. Acima da nota, no espaço do editorial, também um texto conjunto com o *Nós Mulheres*, tratando sobre a emancipação feminina e a necessidade de uma maior participação das mulheres na resolução dos problemas da sociedade: “assim estaremos contribuindo para aumentar o grau de participação de Homens e Mulheres na luta particular da emancipação feminina, ao mesmo tempo que lutamos e trabalhamos pela transformação da sociedade” (BRASIL MULHER, 1977, n. especial, p. 2).

Ainda em junho 1977, o número 7 do *Brasil Mulher* publicou uma pequena notícia, no final da página 6, sobre a CPI da Mulher. Com uma breve explicação sobre o que é uma CPI e o motivo dela: receber denúncias sobre a situação da mulher no Brasil via Estado. Apesar de pessimistas sobre o real poder de mudança da CPI na sociedade, incentivaram que mulheres fossem até o endereço do jornal para discutir o tema e que levassem denúncias até o senador Gilvan Rocha.

No número seguinte, de agosto de 1977, uma reportagem com o título “A cassação e os direitos humanos” ganhou destaque ocupando a página 3 inteira. Com um desenho da Constituição cercada de poeira, teias de aranha e ratos, o texto inicia contando sobre a cassação do deputado Alencar Furtado, do MDB, após pronunciamento no rádio em que falou sobre as violações dos direitos humanos, as cassações de outros colegas e os presos políticos, além de mencionar a possibilidade de redemocratização.

Figura 9 – Desenho que acompanha a reportagem “A cassação e os Direitos Humanos”, jornal Brasil Mulher, 1977, n. 8.



Fonte: Acervo Sérgio Buarque de Holanda<sup>35</sup>

Segundo o texto, após seu pronunciamento, o deputado respondeu a um jornalista que estava enganado sobre a redemocratização, visto que sua fala havia levado à cassação de seu mandato. Assim, o texto afirma que:

Cabe concluir que o deputado Alencar Furtado acreditou que poderia falar publicamente de assuntos considerados fundamentais para o sistema, tais como os ligados à segurança nacional, fugindo dos limites reais da democratização permitida pelo governo. Além disso, a cassação se deve também ao fato dele fazer parte da liderança oposicionista e cujas posições de não concordância poderiam prejudicar “o diálogo desejado” entre governo e oposição (BRASIL MULHER, 1977, n. 8, p. 3).

<sup>35</sup> Disponível em: <https://acervo.fpabramo.org.br/index.php/jornal-brasil-mulher-7>. Acesso em: 14 ago. 2020.

Por fim, a reportagem apresentou alguns trechos da entrevista de Furtado seguido dos artigos da Declaração dos Direitos Humanos que conversavam com o que foi dito pelo deputado, como o artigo XXI, sobre o direito a eleições e ao voto direto, o III, sobre direito à vida, liberdade e segurança, e o XIX, sobre liberdade de expressão.

Sobre a frustração de Alencar Furtado, que teve seu mandato cassado em meio à promessa de abertura política, Marcos Napolitano explica que o governo de Geisel foi marcado por decisões que aparentavam contradição, mas que “inscrevem-se em uma estratégia clara de reforçar a autoridade do Estado e, conseqüentemente, dotar o regime e o governo de instrumentos para conduzir a transição para o governo civil com mão de ferro” (2019, p. 231).

Na mesma edição, uma atualização sobre a situação da CPI da Mulher, noticiada anteriormente. Com o título “CPI da Mulher: fora das fábricas, escolas e cozinhas”, apresentou a seguinte charge:

Figura 10 – Charge apresentada no Jornal Brasil Mulher, 1977, n. 8.



Fonte: Acervo Sérgio Buarque de Holanda<sup>36</sup>

A crítica da reportagem é em relação à elitização dos depoimentos já que as mulheres passavam por uma avaliação de currículo antes de falar diante do Congresso, barrando as mulheres trabalhadoras e de periferia. Outra forma de impedir o acesso das mulheres mais pobres era a obrigatoriedade de se deslocar até Brasília, sem existir a possibilidade de

<sup>36</sup> Disponível em: <https://acervo.fpabramo.org.br/index.php/jornal-brasil-mulher-7>. Acesso em: 14 ago. 2020.

deslocamento dos deputados e senadores participantes da CPI. Com o foco no trabalho, a reportagem, por meio da fala do deputado Almir Pazianoto, argumentou que não há sentido em lutar por uma igualdade quando a situação do trabalho é precária, o que estaria apenas incluindo a mulher também nessa situação. O que se deve é acabar com a existência dessas condições insalubres para todos. De forma breve, também foi abordada a necessidade de maior participação das mulheres na política, citando o Movimento Feminino pela Anistia e o Departamento Feminino do MDB.

Em agosto de 1977, em seu número 6, o jornal *Nós Mulheres* separou um pequeno espaço sobre a mesma CPI, apenas informando sua existência e contando sobre a participação do jornal e de outras entidades de mulheres em uma reunião com senador Gilvan Rocha, em São Paulo, para discutir a situação da mulher brasileira. Com certa ironia, crítica e desconfiança em relação à política institucionalizada, finalizam com: “esperamos somente que seus resultados não demorem tanto quanto foi preciso esperar pelo divórcio, nem que as decisões tomadas sejam tão distanciadas da discussão popular como também foi o caso do divórcio” (NÓS MULHERES, 1977, n. 6, p. 5).

Nos dois jornais o tema do trabalho é constantemente abordado e, por consequência, o sindicato aparece em vários números. Em outubro 1977, o número 9 do jornal *Brasil Mulher* dispensou uma página inteira para a reportagem “As mulheres votam no sindicato e quem ganha são sempre os mesmos homens”. Com críticas ao presidente do Sindicato dos Oficiais, Costureiras e Trabalhadores nas Indústrias de Confecção de Roupas e Chapéus de Senhoras de São Paulo, então candidato à reeleição após 12 anos no cargo, o jornal apresenta a chapa de oposição, que tem como principal proposta a sindicalização de 30 mil trabalhadores, em sua maioria mulheres, excluídas do sindicato. Explicando também sobre a dupla jornada de trabalho – dentro e fora de casa –, a desigualdade salarial, o tempo de deslocamento e a falta de creches, o jornal conclui que: “tudo isso acaba levando ao seu debilitamento físico e à impossibilidade de uma vida social, cultural e de uma atuação sindical” (BRASIL MULHER, 1977, n. 9, p. 3). Apesar da presença de partidos políticos e grupos de esquerda dentro dos sindicatos, as questões de gênero continuavam excluídas das discussões e as mulheres continuavam silenciadas. Por isso, as feministas passaram a criticar a atuação dos sindicatos e sua política de exclusão, ocupando também esse espaço com seus posicionamentos acerca da realidade.

Nesse caso, diferente do posicionamento com o MDB e as eleições de 1976, o jornal fez propaganda da oposição, a chapa 2, e explicou que:

[...] a chapa de oposição sabe que mesmo perdendo vai continuar a trabalhar nas fábricas. Porque o mais importante é continuar mostrando a todas as mulheres trabalhadoras que é preciso se unir e tomar consciência. E que dessa forma, mesmo que seja um trabalho lento, se chega a construir até um sindicato que defenda livremente os interesses dos trabalhadores (BRASIL MULHER, 1977, n. 9, p. 3).

Na edição de março de 1978, número 11, o jornal *Brasil Mulher* preparou um número especial do Dia Internacional da Mulher, com destaque na capa ao 1º Congresso da Mulher Metalúrgica e muitas reportagens sobre o evento. O jornal comemorou a vitória da chapa 2 do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, com a reportagem “Mulher na chapa da oposição”, que apresenta uma entrevista com a mulher que participou da chapa, a Antônia. Em concordância com o que foi discutido na reportagem anterior – e portanto com o discurso do jornal – Antônia afirma que as mulheres participam pouco do sindicato por conta da sobrecarga da dupla jornada de trabalho e que sua “maior preocupação é a classe feminina, tentar trazê-las para o sindicato para participarem mais diretamente em torno de problemas de trabalho e também social” (BRASIL MULHER, 1978, n. 11, p. 10).

O último número publicado do jornal *Nós Mulheres*, de junho de 1978, apresenta uma edição com muitas notícias e reportagens de denúncia à ditadura. Já na primeira página (pela primeira vez sem capa, mas sim no mesmo formato dos jornais tradicionais), vemos diversas chamadas e notícias políticas, sobre a anistia, sobre o assassinato do jornalista Herzog e sobre o uso político da reformulação de parte da CLT. No último caso citado, um projeto de lei que havia sido enviado para reformular o artigo sobre o trabalho feminino foi retirado de votação. A notícia explica que, apesar de ser uma vitória das mulheres, a decisão foi uma jogada política por conta das eleições que se aproximavam. As páginas 4 e 5 foram reservadas para uma grande reportagem sobre o papel das mulheres no golpe militar de 1964, a partir da Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Com o título sarcástico “E Deus com isso?” e uma fotografia para ilustrar a presença feminina na Marcha:

Figura 11 – Reportagem do jornal *Nós Mulheres*, 1978, n. 8, p. 4.

A MARCHA

## E Deus com isso?

Na marcha de 1964: a força política da mulher do lado de lá.

Para os que hoje ainda não têm vinte anos, 1964 pode não significar muito. Mas os mais velhos e de boa memória recordam-se das promessas que aquele ano oferecia. Os jornais da época estão aí para provar: o movimento popular avançava na conquista de maior democracia, exigindo que o governo realizasse uma série de reformas que garantissem melhores condições de vida e trabalho para o povo brasileiro.

No comício do dia 13 de Março de 1964, que reuniu milhares de pessoas, o então presidente da República João Goulart anunciava a decisão de levar adiante as reformas – inclusive a reforma agrária – e alertava para “a reação das forças conservadoras que, em nome da democracia, querem impingir-nos uma democracia anti-povo, do anti-sindicato, da anti-reforma, ou seja, aquela que melhor atenda aos interesses dos grupos a que eles servem e representam”. E que “a democracia que eles querem é a democracia dos monopólios privados nacionais e estrangeiros, é a democracia que luta contra os governos populares” (O Estado de São Paulo, 14/3/1964).

Os fatos provaram que as previsões de Jango eram corretas. A partir do dia 13 de Março, a conspiração caminha rapidamente. E muitas mulheres, usadas pelas forças políticas da direita, engrossaram, quando não encabeçaram as manifestações de rua contra Goulart e a bandeira das reformas. Mulheres nas ruas. De que lado?

A mobilização das mulheres a partir de 1962 pode parecer, para aqueles que

desconhecem a história, um grande momento dentro da luta das mulheres. Afinal, várias organizações de mulheres nos Estados mais importantes, como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e outros, surgiram naquele ano. So que não apareciam para lutar pelos direitos da mulher: sua tarefa era contrapor-se a qualquer mudança de caráter popular. Por isso, não via muito a história do MAF (Movimento de Arregimentação Feminina), da UCF (União Cívica Feminina) e da CAMDE. A palavra a uma de suas líderes:

“Sou neta, sobrinha, irmã e mulher de general”. Eis como começa o depoimento de Amélia Molina Bastos, professora primária aposentada, fundadora e presidente da CAMDE – Campanha da Mulher pela Democracia – que, por ironia, tem nome oposto aos seus objetivos. “A CAMDE foi fundada aqui nesta casa que você está vendo, aqui nesta sala. Meu irmão, Antonio Mendonça Molina, vinha há muito tempo trabalhando no Serviço Secreto do Exército contra os comunistas. Nesse dia, 12 de Junho de 1962, eu tinha reunido aqui alguns vizinhos, 22 famílias ao todo. Era parte de um trabalho meu para a Paróquia Nossa Senhora da Paz. Nesse dia o vigário disse assim: – Mas a coisa está muito preta. Isso tudo não adianta nada porque a coisa está muito ruim e eu acho que se as mulheres não se meterem nós estamos perdidos”.

“A mulher deve ser obediente. Ela é intuitiva, enquanto o homem é objeti-

vo”. Acostumadas a ouvir tais afirmações, as mulheres dificilmente conseguem pensar com autonomia. Passam a ser meras executoras das ordens do marido, dos irmãos. E dos vigários. No momento em que todos esses homens, reunidos na casa de D. Amélia, decidiram que era necessária a participação das mulheres, ela também se decidiu: “Eu, como so muito católica, pensei logo: comunismo-atcismo. Então eu tenho que defender a Igreja”.

E ainda D. Amélia quem fala: “No princípio nós não sabíamos o que fazer. Então eles (os irmãos, pais, maridos e vigários) nos disseram: Comecem por ir aos jornais. Contra o que vocês podem protestar agora? “Eram os homens quem lhes informavam: tinham que protestar contra escolha de San Thiago Dantas para Primeiro Ministro. Para os outros dias, novas ordens foram dadas. E sempre com o devido apoio material: “Fomos às firmas. Elas têm confiança na CAMDE e dão (dinheiro)”. Precisa-se das mulheres.

As mulheres representam um enorme potencial político: se por outra razão não fosse, basta lembrar que são metade do eleitorado. E em 1964, ao mesmo tempo em que as mulheres realmente democratas não estavam organizadas na defesa das conquistas populares, as forças conservadoras conseguiram mobilizar uma parcela considerável da população feminina “em defesa de Deus” e “contra a subversão”.

Se as mulheres das classes dominantes tinham motivos para se organiza-

rem, pois temiam o movimento de massas e as reformas, a grande maioria foi manipulada e enganada. Muitas nem sabem porque participaram da marcha da Família, com Deus pela Liberdade, que foi o ponto alto da organização conservadora das mulheres.

Os usos e costumes que as mulheres têm como tarefa transmitir nessa sociedade, são valores contrários às idéias de mudanças ou transformações, o que as leva a uma atuação profundamente conservadora. Suas funções, geralmente restritas à esfera doméstica, fazem com que elas sejam mal informadas e portanto, facilmente manipuláveis. Apenas a consciência da opressão social e sexual da mulher permitirá que ela tenha um papel fundamental na luta pela democracia. 1964 nos ensina essa lição. As forças golpistas de 1964 usaram do terço como escudo para defender o grande capital, contra os interesses dos trabalhadores e os fatos provaram como é fácil reunir massas de mulheres sob o pretexto de que a família e a religião estão sendo ameaçadas pelos comunistas. Hoje, 14 anos depois, as mulheres vêm conquistando a sua autonomia e organizando-se na luta por uma democracia que sirva aos interesses das camadas trabalhadoras da população. Entretanto, continuam existindo aqueles que querem manter os seus privilégios. Entre eles, mulheres.

(1) trechos do depoimento de D. Amélia Molina Bastos in *A mulher no Brasil*, June Hahner, Ed. Civilização Brasileira, 1978



As mulheres tiveram papel decisivo na marcha que deflagrou a queda do governo de João Goulart, e a instalação do governo militar.

Fonte: Acervo Fundação Carlos Chagas<sup>37</sup>

De acordo com o jornal, essas mulheres foram usadas pelos conservadores e apenas reproduziram aquilo que ouviram durante toda a vida: deviam ser obedientes. Assim, obedeceram quando os homens as mandaram protestar contra “o avanço do comunismo”:

Suas funções, geralmente restritas à esfera doméstica, fazem com que elas sejam mal informadas e, portanto, facilmente manipuláveis. Apenas a consciência da opressão social e sexual da mulher permitirá que ela tenha um papel fundamental na luta pela democracia. 1964 nos ensina essa lição. As forças golpistas de 1964, usaram do terço como escudo para defender o grande capital, contra os interesses dos trabalhadores e os fatos provaram como é fácil reunir massas de mulheres sob o pretexto de que a família e a religião estão sendo ameaçadas pelos comunistas (NÓS MULHERES, 1978, n. 8, p. 4).

Assim, as feministas pretendem se diferenciar das mulheres que participaram do golpe por meio da ideia de autonomia. Para elas, as que atuaram na Marcha da Família com Deus e pela Liberdade estavam lá por influência e pressão dos maridos, irmãos, pais, não por vontade própria (com exceção daquelas que almejam manter seus privilégios econômicos), mas que por meio da tomada de consciência acerca da própria realidade, é possível participar da luta pela democracia.

Além disso, assim como no *Brasil Mulher*, o jornal abordou a temática da participação das mulheres nos sindicatos, com a reportagem “Sindicato não é lugar só de homem”. O discurso da reportagem gira em torno de defender que a participação das mulheres nos sindicatos é necessária para que sejam discutidos os problemas específicos das mulheres no ambiente do trabalho, como os salários baixos e falta de creches, além da defesa da criação de um departamento feminino dentro dos sindicatos. Novamente é abordada a questão de problemas específicos versus problemas gerais e o jornal se posiciona em defesa da mulher encabeçando a luta por suas questões específicas.

Sobre o assunto, o *Nós Mulheres* apresentou uma entrevista com as duas integrantes da Chapa 3, que saiu vitoriosa na disputa pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, a Marta e a Rosa<sup>38</sup>. A primeira, ao contrário da opinião do jornal, acreditava que os problemas específicos da mulher deviam ser incorporados ao debate geral do Sindicato e que a criação de um departamento feminino apenas sobrecarregaria as mulheres, já que “só a trabalhadora

---

<sup>37</sup> Disponível em: <https://www.fcc.org.br/conteudos especiais/nosmulheres/>. Acesso em: 14 ago. 2020.

<sup>38</sup> Na reportagem apenas Marta é apresentada, enquanto o nome de Rosa apenas aparece respondendo algumas das perguntas da entrevista. Entende-se que Rosa também fazia parte da Chapa 3 pelo teor de suas respostas e porque foi mencionado que duas mulheres integravam a chapa.

assume essa responsabilidade” (NÓS MULHERES, 1978, n. 8, p. 9). Além disso, defendeu que a mulher precisa ser incluída nas discussões dos problemas gerais, como uma forma educativa de entender seu papel dentro da sociedade e que, também, as questões femininas deveriam ser abordadas em assembleias gerais, com todos presentes, para que os homens conheçam os problemas que envolvem o trabalho das mulheres. Ao contrário, Rosa defendeu que apenas a mulher vai lutar por suas próprias reivindicações e que os homens não terão interesse nas lutas específicas porque “quem vai realmente lutar – porque é obvio que é uma luta – é a vítima” (NÓS MULHERES, 1978, n. 8, p. 9).

Assim chegou ao fim o jornal *Nós Mulheres* e por isso a análise das eleições de 1978 será apenas a partir de publicações do jornal *Brasil Mulher*. O número 14, de novembro de 1978, muito próximo da data da eleição, abordou muito essa temática, inclusive tratando sobre o assunto no editorial “O voto é uma arma!”. Com um grande incentivo ao voto, o texto inicia antecipando que o partido do governo vai perder as eleições e no decorrer explicam os motivos pelos quais devem lutar, principalmente pela redemocratização. As mulheres são citadas apenas no fim do editorial, enquanto o foco do discurso foi direcionado ao trabalhador – mencionado do início ao fim. Com a defesa de um governo operário e popular, com uma participação ativa desses grupos na política, as mulheres foram lembradas no último parágrafo: “Nessa conjuntura, onde a mulher trabalhadora já vem lutando pelos seus direitos, é fundamental que ela se integre, participando ativamente do movimento operário e popular pelo fim do regime militar” (BRASIL MULHER, 1978, n. 14, p. 2).

O editorial reflete a preferência do jornal pelo tema e a luta dos trabalhadores – reflexo da trajetória marxista de parte das mulheres responsáveis pela produção. A mulher é mencionada apenas no final do editorial e, mesmo ali, é vinculada à palavra “trabalhadora”. Nesse momento, a luta feminista não é abordada e a mulher é incentivada a participar da política por meio de grupos relacionados ao trabalho. Durante os anos que o jornal foi publicado, o feminismo foi mais importante e mais mencionado dependendo de quem estava à frente no momento. Com um grupo de mulheres tão numeroso e diversificado, é natural que houvessem conflitos internos e em cada momento um grupo conseguia impor suas preferências teóricas. Apesar disso, o tema dos trabalhadores nunca saiu de pauta e foi mais relevante para o jornal do que o próprio feminismo.

Ainda no mesmo número, foi publicada uma reportagem sobre as eleições ocupando duas páginas inteiras, com entrevistas, fotografia, desenho e análise. A primeira entrevista é com uma professora universitária de Psicologia, de São Carlos, Miriam Schiel, que foi eleita vereadora pelo MDB na eleição de 1976. As perguntas feitas pelo jornal foram muito voltadas

à questão de gênero, à realidade da mulher dentro da política e na sociedade de modo geral. Apesar de responder a essas questões, a vereadora desviava o rumo da conversa para questões de classe. Por exemplo, quando questionada sobre sua campanha, respondeu que quando você entra em contato com as pessoas “você se transforma e se torna portadora das visões, angústias e problemas populares” e que nas eleições de 1978 “estamos empenhados na eleição de candidatos populares do MDB” (BRASIL MULHER, 1978, n. 14, p. 8).

Ou então, quando a pergunta foi como ela, como mulher, fazia a defesa das reivindicações e pautas femininas, a resposta foi: “da mesma forma que defendo qualquer outra reivindicação social: procurando sempre ver e defender o ponto de vista que mais beneficie a coletividade dos cidadãos” (BRASIL MULHER, 1978, n. 14, p. 8). Por fim, um último exemplo, o jornal perguntou sobre a atuação política específica como mulher, que foi respondida com a frase “não vejo diferença essencial entre a atuação política de uma mulher ou a de um homem” (BRASIL MULHER, 1978, n. 14, p. 8). Apesar de em alguns momentos expressar que houve sim diferença em sua atuação política e também na forma como foi tratada pelos colegas, de forma geral seu discurso não foi focado na temática de gênero, parecendo mais preocupada com temas entendidos como “gerais”. Além disso, a sua tentativa de não se diferenciar tanto dos homens, mais preocupada com o posicionamento político (MDB versus Arena), quase como um discurso de conciliação dentro da esquerda, é um posicionamento que apareceu muitas vezes no jornal ao longo de suas edições.

Diferente das eleições de 1976, nesse momento o jornal estava mais otimista – o que já foi percebido também no editorial, que não acreditava na possibilidade de derrota da oposição. O tom otimista já é percebido no início do texto, que relaciona as lutas sociais à luta pela redemocratização:

A luta por liberdades vem ganhando, a cada momento, um novo colorido: é a crescente participação do povo; são os trabalhadores que exigem aumento salariais e sindicatos livres; são os movimentos pela anistia, que se estendem a vários estados; são as mulheres que lutam contra a carestia. O governo tenta impedir o avanço das lutas populares. Procura por todos os meios continuar sua política repressiva e antipopular. Mas o povo reage a tais atitudes. Ele quer democracia e é já! Basta de proibições, injustiças e exploração! O povo quer ter liberdade de escolher seus representantes e de falar abertamente sobre os problemas que o País enfrenta (BRASIL MULHER, 1978, p. 9).

Apesar de muitas vezes a prioridade do discurso estar voltada ao recorte de classe, as personagens que dialogam com esse discurso são mulheres e a questão é analisada pelo ponto de vista da mulher. No caso dessa reportagem, além da entrevista com a vereadora Miriam, foram publicados relatos de quatro mulheres sobre suas participações nas campanhas do MDB.

O relato das mulheres escolhidos para acompanhar o texto das eleições também é esperançoso, destacando principalmente a participação popular nas campanhas.

Ao longo do capítulo foram abordadas apenas algumas reportagens presentes nos dois jornais que tratam do tema da democracia, redemocratização, política institucionalizada e participação da mulher na política. Com uma forte tradição marxista, o assunto foi abordado pelo viés de classe, utilizando os trabalhadores como personagens centrais das reportagens. Além disso, foi possível perceber que a luta pela redemocratização não se limitava a questões burocráticas da política, incluindo na discussão sempre a questão da desigualdade, pobreza, falta de direitos trabalhistas, falta de acesso à política e exclusão das mulheres.

Com mais resistência do *Brasil Mulher*, os dois jornais concordaram com a ideia de que o MDB representava a oposição institucionalizada possível em meio a uma ditadura. Apesar disso, não houve uma propaganda forte e direta ao partido durante a eleição de 1976 – os dois jornais citaram políticos do MDB e o classificaram como partido de oposição, entretanto as mulheres optaram por uma linha didática de explicar a importância do voto e algumas propostas de candidatos da oposição – tanto não fizeram campanha direta, que o jornal *Nós Mulheres*, como foi mencionado anteriormente, publicou falas de uma candidata do Arena, com um discurso totalmente contrário ao defendido pelo jornal, sem apresentar críticas. Dessa forma, é possível perceber que o papel das reportagens sobre política era, primeiro, informar as leitoras e, segundo, instrumentalizá-las e incentivá-las, para que participassem de forma mais ativa na política brasileira. Percebia-se em ambos os jornais, também, grande desconfiança em relação à política institucionalizada pela Ditadura Militar e o desejo de que surgisse um governo democrático tanto que ampliasse a participação da população no voto, mas também que ela fosse abarcada por uma concepção de democracia mais preocupada com os problemas sociais do país, o que parecia estar ausente tanto na Ditadura Militar quanto na memória da democracia antes vivida no Brasil.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da história dos jornais *Nós Mulheres* e *Brasil Mulher*, seus escritos puderam impactar a vida de muitas mulheres, principalmente daquelas que se envolveram pessoalmente com suas produções. Apesar dos conflitos internos e dos “rachas” que ocorreram ao longo dos anos, seu espaço também serviu para despertar um sentimento de coletividade entre elas e para a formação de laços que resistiriam ao fim dos jornais. Um momento de criação de novos modos de vida e de percepção do mundo, proporcionado principalmente pelo contato com o feminismo e todos os questionamentos que acarretaram dele, e de criação de novas formas de resistência devido ao contexto da ditadura, tudo canalizado no discurso dos jornais.

As novas discussões apresentadas pelo feminismo, unidas à tradição marxista das escritoras dos jornais, ampliaram o entendimento acerca da realidade da mulher no Brasil, levando em consideração as questões de gênero, de classe e o contexto autoritário em que estavam inseridas. A partir da compreensão dessas realidades e dos trabalhos políticos realizados por essas mulheres, foi possível criar novas formas de resistência, desde a investigação para a escrita das reportagens, a própria publicação e distribuição dos jornais, até os resultados dos contatos gerados a partir da distribuição: incentivo e participação em associações de bairros e de mulheres, luta por melhores condições de vida por meio de abaixo assinados enviados a órgãos públicos e reuniões, movimento pela anistia, reportagens sobre a importância do voto e das eleições, entre outros. Sobre isso, o editorial número 7 do *Brasil Mulher*, de junho de 1977, escreve que as mulheres se uniram para buscar novas soluções para os problemas que as afetavam diariamente, criando assim novas formas de resistência e de sobrevivência: “Em resposta, cada setor começa a criar novas formas de organização e manifestação coletivas em torno de seus problemas mais sentidos” (*BRASIL MULHER*, 1977, n. 7, p. 2).

Em todo o caso, formaram-se resistências conjuntas, novos vínculos, laços de comunidade, redes de solidariedade, outras formas de pertencimento e produções subjetivas que fizeram com que as mulheres se unissem em torno de objetivos comuns. Percebemos essas questões pela fala destas mulheres, ao refletirem, em 2015, sobre o significado dos jornais:

O *Brasil Mulher* e o *Nós Mulheres* tiveram um papel importante na divulgação e construção de uma nova forma de pensar e viver práticas feministas na sociedade brasileira. As feministas, *jornalistas militantes*, se empenharam no registro e na divulgação de proposições políticas questionadoras e críticas dos papéis impostos às mulheres, em geral, mas particularmente às classes trabalhadoras e da periferia das grandes metrópoles. Trouxeram informações que colaboraram para a discussão e reflexão sobre o cotidiano dessas mulheres e sua subordinação aos homens no espaço de casa, do trabalho e da política, introduzindo na cena pública (na sociedade, nos movimentos populares e nos partidos de esquerda), questões do mundo privado e da

igualdade de direitos como prioridades para as transformações sociais no rumo da igualdade e da justiça (LEITE; TELES, 2013, p. 277).

Dessa forma, os dois jornais foram importantes meios de discussão acerca da realidade e se empenharam em denunciar práticas violentas e discriminatórias contra mulheres. Dividindo o mesmo público, temáticas e período de publicação, formaram uma grande frente de divulgação do feminismo e resistência à ditadura. Entretanto, apesar das evidentes semelhanças entre os dois jornais, existiram também muitas diferenças e conflitos. Com um início muito distinto, o jornal *Brasil Mulher* optou por não se posicionar abertamente como feminista, principalmente por divergências internas já que, uma de suas fundadoras, Terezinha Zerbini, não aceitou incluir o termo. Enquanto o *Nós Mulheres*, no ano seguinte, lançou seu primeiro número já como um jornal alternativo feminista.

Além disso, é preciso considerar que os dois grupos eram compostos por mulheres diferentes. O *Brasil Mulher* era formado principalmente por mulheres que permaneceram no Brasil durante os momentos de maior perseguição, com muitas que sofreram ameaças, prisões e torturas, que precisaram viver na clandestinidade e possuíam forte ligação com o Partido Comunista do Brasil. Ao contrário, na redação do *Nós Mulheres* estavam presentes muitas mulheres que passaram pelo exílio, que tiveram contato com o feminismo em países da América Latina e Europa, algumas com histórico de participação em grupos como o *Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris*. Essas diferentes vivências e repertórios produziram escritas e posicionamentos diversos ao longo dos anos.

Com um discurso mais incisivo e impositivo, o jornal *Brasil Mulher*, em muitos momentos, escolheu reforçar o papel do homem no movimento feminista e na luta pela emancipação da mulher, ao contrário do *Nós Mulheres* que optou por destacar o protagonismo feminino nessas lutas. Apesar disso, foi o *Brasil Mulher* que mais publicou assuntos de interesse específico da mulher, como a pílula, o corpo feminino e a vida sexual das mulheres, além de ter ousado com a temática do aborto, enquanto o *Nós Mulheres* reservou poucos momentos para essas discussões e não publicou sobre o aborto.

A luta, os sucessos e os insucessos de nossas antecessoras são o que nos permitem lutar, hoje, por novas demandas. Cada ato de resistência e de criação de novos modos de vida dessas mulheres é significativo na tentativa de transformar as relações de poder. Em momentos de retrocesso, como o que vivemos nos últimos anos no Brasil, com a ascensão de governos autoritários e reacionários na política institucional, podemos pensar nos estudos de Foucault sobre o poder, tentando, primeiro, compreender a forma como atuam as relações de poder atualmente e quais seus mecanismos de atuação para, então, criar novas resistências, novas

estratégias que sejam eficazes no enfrentamento das técnicas de poder empregadas atualmente.

Então:

[...] é preciso dizer que as resistências são sempre mutáveis. Estão sempre se refazendo segundo os poderes que se atualizam na atualidade. Nesta inflexão, resistir é criar, para além das estratégias de poder, um tempo novo. Isso implica que as resistências devem ser avaliadas sempre a partir dos jogos que se efetuam na atualidade (MACIEL JR, 2014, p. 2).

Assim, a resistência é um constante ato de reinvenção, tanto pessoal quanto de estratégias coletivas, sempre em busca de mudança da realidade e das relações de poder e, no caso dos jornais estudados, através, principalmente, da escrita e da conclamação às ações nas periferias e nos movimentos de resistência à Ditadura. A produção de novas subjetividades a partir de um feminismo propriamente brasileiro, preocupado com as questões de classe e com as questões democráticas, de direitos básicos e justiça social, impactam ainda hoje as práticas políticas das mulheres.

Em um desses atos de reinvenção, muitas dessas mulheres passaram da luta armada para a imprensa alternativa feminista, optando por uma resistência não violenta. Segundo Amelinha Teles e Rosalina Leite, depois do massacre aos grupos de esquerda, “a resistência continuava e se transformava em outras ações, agora lideradas por mulheres da periferia e da classe média” (2013, p. 49). Nesse momento surgiram as associações de bairro e de mães, os grupos de reflexão, o *Movimento Custo de Vida*, o *Movimento Feminino pela Anistia* e os jornais *Nós Mulheres* e *Brasil Mulher*.

Então, os dois jornais foram importantes veículos de discussão do feminismo, que levaram para diferentes estados brasileiros denúncias contra a ditadura e contra o patriarcado, informando e instrumentalizando politicamente as mulheres que tiveram contato com suas páginas, impactando, dessa forma, não apenas a vida das que os produziram. Assim, em seus escritos foi possível identificar modos de resistência à ditadura principalmente em três frentes: a primeira, mais direta, por meio das denúncias dos crimes e arbitrariedades cometidos pelo regime de exceção, como as censuras, perseguições políticas, cassações, prisões e assassinatos. Em segundo lugar, uma resistência por meio de ação prática da sociedade, onde o jornal tinha o papel de divulgar e incentivar a participação das mulheres em organizações sociais, associações de mães, de bairro e de mulheres, sindicatos e outros grupos feministas. Ainda nesse sentido, houve um grande incentivo ao voto, sempre enfatizando a falta de democracia apesar das eleições diretas em algumas situações e das desconfianças e críticas manifestadas à política institucional. Com explicações sobre a limitação do voto no momento em que o país

estava vivendo, as mulheres buscaram divulgar candidatas da oposição e suas pautas encorajando o exercício do voto e a entrada de mais mulheres na política.

Por fim, em terceiro lugar, a resistência por meio dos questionamentos dos papéis de gênero e das opressões e discriminações pelas quais as mulheres passavam – e ainda passam – no Brasil. Nesse caso, apesar dessa violência não ter sido criada pela ditadura, foi mantida e intensificada por ela, com posicionamentos autoritários e conservadores. A partir de reportagens sobre o corpo feminino, aborto, pílula anticoncepcional, desigualdade salarial, entre outros, as mulheres lutaram por um ambiente democrático em que pudessem discutir essas questões e lutar por seus direitos ou, como é dito nos jornais, pela “emancipação feminina”.

Assim, a democracia passou a ser essencial para a luta feminista, já que é apenas em uma situação de igualdade e justiça social que as pautas e reivindicações das mulheres poderiam ser colocadas em prática – por isso era tão importante o fim da ditadura e que essas mulheres escolheram a imprensa alternativa e feminista para dar continuidade a sua militância.

Nos anos 1980, a produção dos dois jornais já havia sido encerrada, em um momento em que muitos jornais alternativos chegaram ao fim, e as mulheres envolvidas em suas publicações seguiram para outras formas de resistência e militância<sup>39</sup>. Muitas continuaram a se dedicar aos estudos de gênero, inclusive como professoras universitárias, ou retomaram a militância dentro dos partidos políticos. Ainda na imprensa, parte da redação do *Nós Mulheres* fundou o jornal *Mulherio*, produzido de 1981 a 1988<sup>40</sup>. Participaram, também, dos esforços para a escrita da Constituição de 1988 e mesmo atualmente muitas continuam enfrentando os momentos de retrocesso quanto ao revisionismo da ditadura civil-militar e aos direitos das mulheres, ministrando cursos de promotoras legais populares, formando Conselhos<sup>41</sup>, lançando candidaturas feministas e produzindo pesquisas que renovam e inspiram os estudos de gênero no país.

---

<sup>39</sup> Um exemplo foi a criação da União de Mulheres de São Paulo. Sobre o assunto consultar a dissertação OLIVEIRA, Júlia Glaciela da Silva. **União de Mulheres de São Paulo: feminismo, violência de gênero e subjetividades**. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciência Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013;

<sup>40</sup> Sobre o jornal *Mulherio* consultar o livro OLIVEIRA, Julia Glaciela da Silva. **Militância ou Profissionalização de Gênero?** Um estudo comparativo na imprensa feminista do Brasil, da Argentina e do Chile (1981-1996). São Paulo: Editora Intermeios, 2021.

<sup>41</sup> Como o Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo, de 1983, e o Conselho Nacional de Direitos da Mulher, de 1985.

## 6. FONTES

**BRASIL MULHER.** Londrina: Associação Brasil Mulher, 1975-1979. Disponível em: <https://acervo.fpabramo.org.br/index.php/jornal-brasil-mulher-2>. Acesso em: 12/07/2021.

**NÓS MULHERES.** São Paulo: Associação das Mulheres, 1976-1978. Disponível em: <https://www.fcc.org.br/conteudos especiais/nosmulheres/>. Acesso em: 12/07/2021.

## 7. REFERÊNCIAS

AFONSO, Irandina. Judith Butler e a Não Violência como Força Política e Ética na Luta pela Igualdade. **Revista Filosófica de Coimbra**, v. 31, n. 61, p. 99-114, 2021.

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **Feminismo no Brasil: memórias de quem fez acontecer**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022.

ASSIS, Raquel Anne Lima de. História Comparada: por que usar e como usar. **Boletim Historiar**, v. 5, n. 3, jul./set. 2018, p. 54-63;

BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa: Brasil – 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007;

BARROS, José D'Assunção. **Fontes Históricas: introdução aos seus usos historiográficos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019;

BASTOS, Natalia de Souza. **Elas por Elas: trajetórias de uma geração de mulheres de esquerda: Brasil anos 1960-1980**. 2007. 138 p. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007;

BELTRÃO, Kaizô Iwakami; NOVELLINO, Maria Salet. **Alfabetização por Raça e Sexo no Brasil: evolução no período 1940-2000**. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2002;

BIROLI, Flávia. **Gênero e Desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998;

BRANCO, Guilherme Castelo. As Resistências ao Poder em Michel Foucault. **Trans/Form/Ação**, São Paulo, 24: 237-248, 2001.

BUTLER, Judith. A Reivindicação da Não Violência. In: \_\_\_\_\_. **Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016;

\_\_\_\_\_. **A Força da Não Violência**. São Paulo: Boitempo, 2021.

CARDOSO, Elizabeth. Imprensa Feminista Brasileira Pós-1974. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, p. 37-55, set./dez 2004;

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

CHINEM, Rivaldo. **Jornalismo de Guerrilha: a imprensa alternativa brasileira da ditadura à internet**. São Paulo: Disal, 2004;

CORRÊA, Mariza. Do Feminismo aos Estudos de Gênero no Brasil: um exemplo pessoal. **Cadernos Pagu**, n. 16, p. 13-30, 2016.

CRESCÊNCIO, Cíntia Lima. “Pilulinhas Porretas” e Feministas de Conceição Cahú nos Jornais Brasil Mulher e Nós Mulheres (1976-1978). **Revista de la Red de Intercâtedras de Historia de América Latina Contemporânea**, Córdoba, ano 8, n. 15, dez. 2021 – mai. 2022.

DEBÉRTOLIS, Karen Silva. **Brasil Mulher: Joana Lopes e a imprensa alternativa feminista**. 2002. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002;

ESPIG, Márcia Janete. O Uso da Fonte Jornalística no Trabalho Historiográfico: o caso do Contestado. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 24, n. 2, 1998, p. 269-289;

FERRARO, Alceu Ravanello; KREIDLOW, Daniel. Analfabetismo no Brasil: configuração e gênese das desigualdades regionais. **Educação e Realidade**, 29 (2), p. 179-200, jul./dez. 2004;

FILHO, Mozart Lacerda. **A Experiência da Clandestinidade Política: relatos orais de ex-militantes de esquerda durante a ditadura militar (1964-1979)**. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Franca, 2011.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. 24 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

\_\_\_\_\_. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

\_\_\_\_\_. Michel Foucault, Uma Entrevista: sexo, poder e a política da identidade. **Verve**, n. 5, p. 260-277, 2004.

\_\_\_\_\_. O Sujeito e o Poder. *In*: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. **Michel Foucault, Uma Trajetória Filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FREITAS, Viviane Gonçalves. **Feminismos na Imprensa Alternativa Brasileira: quatro décadas de lutas por direitos**. Jundiaí: Paco, 2018.

KARAWAJCZYK, M. **As Filhas de Eva Querem Votar: os primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil (1850–1932)**. Tese de Doutorado. Departamento de História, UFRGS, 2013.

LEITE, Rosalina Santa Cruz; TELES, Amelinha. **Da Guerrilha à Imprensa Feminista: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980)**. São Paulo: Intermeios, 2013.

LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza (org.). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2021;

LUCA, Tania Regina de. **História dos, nos e por meio dos Periódicos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2008;

MACIEL JR., Auterives. Resistência e Prática de Si em Foucault. **Trivium**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 1-8, jan./jun. 2014.

MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi L. de; SWENSSON JR, Walter Cruz. **Contra os Inimigos da Ordem: a repressão política do regime militar brasileiro (1964-1985)**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MORAES, Maria Lygia Quartim; TEGA, Danielle. O aborto na agenda política brasileira: um debate a partir dos movimentos feministas. In: Cláudia Mazzei Nogueira; Renata Gonçalves; Sônia Nozabielli. (Org.). **Trabalho, movimentos e políticas sociais: diálogos com o Serviço Social**. 1ed. São Paulo: Rosivan, 2021, v. 1, p. 134-152.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. **Marxismo, Psicanálise e o Feminismo Brasileiro: tomo I**. Campinas, SP: UNICAMP/IFCH, 2017a.

\_\_\_\_\_. **Marxismo, Psicanálise e o Feminismo Brasileiro: tomo II**. Campinas, SP: UNICAMP/IFCH, 2017b.

\_\_\_\_\_. **Maria Lygia Quartim de Moraes** (depoimento, 2019). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), (2h 6min).

MUÑOZ, Yolanda Glória Gamboa. Três Imagens da Resistência em Foucault. **Poliética**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 90-114, 2016.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2019.

OLIVEIRA, Julia Glaciela da Silva. **Militância ou Profissionalização de Gênero? Um estudo comparativo na imprensa feminista do Brasil, da Argentina e do Chile (1981-1996)**. São Paulo: Editora Intermeios, 2021.

OLIVEIRA, Júlia Glaciela da Silva. **União de Mulheres de São Paulo: feminismo, violência de gênero e subjetividades**. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013;

PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 26, n. 52, p. 249-272, 2006.

PEDRO, Joana Maria; BARLETTO, Marisa. Movimentos Feministas e Academia: tensões e alianças. **Revista Feminismos**, v. 7, n. 1, jan. – abr. 2019.

RAGO, Margareth. **A Aventura de Contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade**. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

RIDENTI, Marcelo. **O Fantasma da Revolução Brasileira**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

ROLLEMBERG, Denise. Entre Raízes e Radares, o Exílio Brasileiro (1964-1979). **XI Jornadas Interescuelas/Departamentos de História**. Departamento de História. Facultad de Filosofía y Letras. Universidad de Tucumán, San Miguel de Tucumán, 2007.

RUTH Escobar. In: **ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira**. São Paulo: Itaú Cultural, 2022. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa18616/ruth-escobar>. Acesso em: 19 de janeiro de 2022. Verbete da Enciclopédia;

SARTI, Cynthia A. **O Início do Feminismo Sob a Ditadura no Brasil**: o que ficou escondido. Conferência apresentada no XXI Congresso Internacional da Latin American Studies Association. Chicago, 1998. Disponível em <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/lasa98/Sarti.pdf>. Acesso em: 05 out. 2019;

SCOTT, Joan. **A Cidadã Paradoxal**: as feministas francesas e os direitos do homem. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2002.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil**: uma biografia. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018;

TAMIÃO, Juliana Segato. **Escritas Feministas**: os jornais Brasil Mulher, Nós Mulheres e Mulherio (1975-1988). 2009. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009.

TEGA, Danielle. Uma Feminista Marxista: entrevista com Maria Lygia Quartim de Moraes. **Plural**, Revista do Programa de Pós - Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v. 28.2, jul./dez., 2021, p. 203-222.

TEGA, Danielle; BELLUCCI, Mabel; TELES, Maria Amélia de Almeida. Entrevista com Amelinha Teles. **Revista Feminismos**, v. 7, p. 150-160, 2019.